

Melhores firmas 2022

Ranking dos escritórios em destaque nas transações do ano passado, conforme dados do TTR Data

Economia

Análise sobre a proposta de moeda comum entre Brasil e Argentina: "Sur"

Artigo

Regulamentação de jogos e apostas no Brasil

Entrevista

Rodrigo Junqueira, managing partner do Lefosse

ALIANÇA JURÍDICA: A UNIÃO DE ESCRITÓRIOS PELA EQUIDADE RACIAL

LATAM SPECIAL

MEJORES FIRMAS 2022

Ranking de los despachos más destacados por valor de operaciones de M&A y en el sector Tecnología, con información de TTR Data

Ask the submission form to: guido.santoro@iberianlegalgroup.com
For more information about the events send an email to: ilaria.guzzi@lcpublishinggroup.com



These events refer to Iberian Lawyer and they reward the best lawyers and law professionals in Spain and Portugal.

Iberian Lawyer Labour Spain	New Date Madrid, 29/03/2023
Sustainability Summit Portugal	New Date Lisbon, 27/04/2023
Iberian Lawyer IP&TMT Spain	Madrid, 23/05/2023
Iberian Lawyer Energy Awards	Madrid, 29/06/2023
Iberian Lawyer IP&TMT Portugal	Lisbon, 13/07/2023
Iberian Lawyer Legaltech Day	Madrid, 20/09/2023
Iberian Lawyer Forty Under 40 Awards	Madrid, 17/10/2023
Legal Day	Madrid, 07/11/2023
Gold Awards	Madrid, 07/11/2023
Iberian Lawyer Labour Portugal	Lisbon, 05/12/2023



The event aims to highlight the excellence of private practice lawyers, experts in the sector of energy and infrastructure in Latin America.

The LatAm Energy & Infrastructure Awards	São Paulo, 13/12/2023
--	-----------------------



La settimana internazionale di eventi per la legal business community a Milano.

Legalcommunity Week	Milan, 12-16/06/2023
---------------------	----------------------



The Legalcommunity Switzerland Awards is the event celebrating in-house & private practice lawyers in Switzerland.

Legalcommunity Switzerland Awards	Zurich, 04/05/2023
Inhousecommunity Days Switzerland	Zurich, 26-27/10/2023



The Legalcommunity MENA Awards event celebrates the excellence of in-house legal departments and private practice lawyers in the Middle East and North African markets.

LegalcommunityMENA Awards	Cairo, 23/11/2023
---------------------------	-------------------

Antes que Março termine

Antes que Março termine ainda há tempo de fazer muita coisa. Precisamos reforçar que este é um mês marcado por datas significativas e importantes para sociedade, entre as celebrações do terceiro mês do ano, um dos destaques sem dúvidas é o Dia Internacional da Mulher, que exalta as conquistas e as lutas femininas ao longo dos anos. E elas tem conquistado seu espaço cada vez mais na sociedade, e isso também acontece no meio jurídico, haja vista a presença e participação de advogadas cada vez mais expressiva nos escritórios. Trazemos algumas transações na sessão On the Web, destacando as advogadas.

No dia 21 de março, temos o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial e também o Dia Internacional da Síndrome de Down. Nesta data, marcada pelo combate às desigualdades raciais e a luta pela inclusão social, a classe jurídica comemora também mais um ano de existência da Aliança Jurídica pela Equidade Racial, iniciativa que uniu escritórios em prol de um objetivo tão importante, assunto da nossa capa.

O ano mal começou e já estamos quase no final de Março. Já dá pra sentir que 2023 não está pra brincadeira, a movimentação no mercado jurídico nos mostra isso. Mas, ainda é tempo de fazer um balanço de 2022 e analisar como foram as transações do ano passado. Acompanhe o ranking com os melhores escritórios, conforme dados do TTR Data e o posicionamento de algumas firmas a respeito da movimentação do mercado.

E falando em transações, o The Latin American Lawyer trouxe a opinião e análise de advogados sobre a proposta de moeda comum entre Brasil e Argentina: "Sur", que tem a intenção de facilitar as transações entre os dois países.

Sabemos que a ideia, por melhor que seja, precisa ainda de muitas etapas, estudos e análises para ser desenvolvida e implementada. E se o assunto são as "Regras do Jogo", aproveito para convidá-lo a ler o artigo de Monique Guzzo, Tatiana Campello e Camila Garcindo Dayrell Garrote sócias do Demarest que escreveram um artigo sobre a regulação dos jogos no Brasil.

Nesta edição você poderá ler também a entrevista com Rodrigo Junqueira, managing partner do Lefosse um dos escritórios do "magic circle" brasileiro e conferir foram as 50 Top advogadas premiadas no InspiraLaw 2023 - Espanha e Portugal, como foi a movimentação dos escritórios nos últimos meses, entre outros. 

Contenidos

THE LATINAMERICAN LAWYER 30



6

ON THE MOVE

SUCESSÃO

Silveiro Advogados anuncia novo managing partner

12

ON THE WEB

Agora é que são elas

26

Lefosse:

um dos escritórios do "magic circle" brasileiro

32

Sur: proposta de moeda comum no Mercosul

38

Melhores firmas 2022

44

Regras do jogo' podem gerar ainda mais lucro ao mercado de apostas esportivas

50

FROM IBERIAN LAWYER

Inspirallaw

LATAM SPECIAL

74

ON THE MOVE

MÉXICO

H&K promove a dos socios en México

82

ON THE WEB

Liderazgo femenino

90

Entrevista

Innovación a través de la Propiedad Intelectual

94

Mejores firmas Latam 2022

100

Divisas

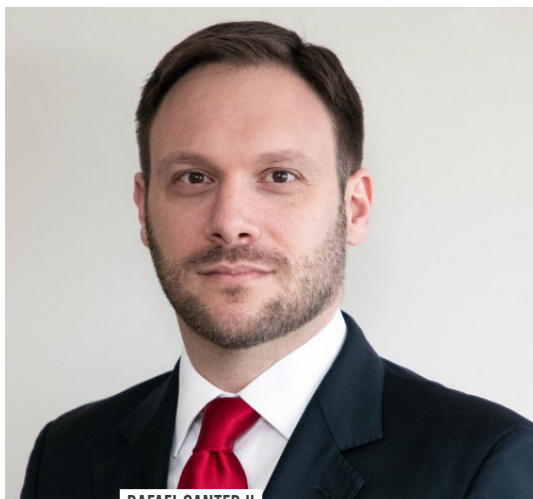
SUR: Potencia Regional

106

Figuras destacadas

Biología y Farmacia en la profesión legal

On the move



RAFAEL CANTERJI

SUCESSÃO

Silveiro Advogados anuncia novo managing partner

Silveiro Advogados anunciou **Rafael Canterji** como novo managing partner. Ele sucederá a Ricardo Ranzolin, que agora dedicará mais tempo à liderança da área de Solução de Disputas e intensificará a atuação no Comitê Executivo do Escritório.

Segundo Ranzolin, “Canterji alia a visão estratégica para o avanço de um Escritório institucional com grande habilidade, organização e capacidade de planejamento. Sobretudo, é um líder muito presente, dotado de inteligência emocional e sensibilidade raras, típica dos gestores mais talhados para o desenvolvimento integrado dos talentos individuais.”

Como managing partner, Canterji liderará nova estrutura de gestão, com o envolvimento direto de mais sócios, além de equipe administrativa.

Rafael Canterji dará continuidade à construção de um Escritório nacional e full-service, apto a lidar com as mais complexas questões da atualidade, valorizando atuação colaborativa e multidisciplinar. Dentre os seus primeiros desafios estará também a mudança para uma nova sede em São Paulo.

“Os resultados de Silveiro Advogados nos últimos anos foram muito expressivos. Pretendemos ampliar o ritmo do crescimento não só com a intensificação da atuação full-service e internacional, mas também com a incorporação de novas tecnologias e constante capacitação dos profissionais em favor de um trabalho verdadeiramente colaborativo. Só assim as reais necessidades dos clientes – que dependem cada vez mais de uma prestação de serviços para além do direito – serão inteiramente atendidas.”, afirma Canterji.



JULIANA CARDOSO

GERÊNCIA

Humberto Sanches apresenta nova managing-partner

Humberto Sanches e Associados apresentou **Juliana Cardoso** como nova managing-partner. Como sócia, sua atuação deve expandir a especialidade em direito tributário, patrimônio e planejamento sucessório. Com mais de 20 anos de experiência, Juliana foi sócia e chefe da área de Planejamento Sucessório e Fiscal de um grande escritório em São Paulo, além de sua experiência trabalhando por 16 anos em uma das quatro principais auditorias e consultorias multinacionais do mundo (BIG 4).

Juliana tem mestrado em Fiscalidade Internacional e Trusts pela Queen Mary, Universidade de Londres, além de uma carreira internacional que inclui trabalhar em uma "trust company" nas Ilhas Jersey, firmas em Nova Iorque (EUA) e Londres.

"Acredito que minha experiência em tributação nacional e internacional, bem como em reestruturações patrimoniais e societárias, agregará ainda mais valor aos clientes de nosso escritório para preparar tanto para um evento de liquidez quanto para a estruturação de seus investimentos e planejamento sucessório", diz a advogada.

Os sócios diretores do escritório, Humberto Sanches e Adriane Pacheco reforçam que a chegada de Juliana é estratégica e acrescenta rigor técnico, com foco nos clientes e excelência no atendimento. "Considerando a iminência da reforma tributária, com impactos profundos para nossos clientes, é importante fortalecer o segmento de planejamento tributário com um profissional altamente qualificado e com sólida base técnica na área tributária, no que diz respeito à tributação de pessoas físicas, bem como de pessoas jurídicas, permitindo-nos expandir ainda mais nossa prática, especialmente em situações de reestruturação mais complexa, como as previstas em um contexto de reforma tributária, pré M&A e/ou IPO, e inspeções administrativas", destacaram.



MADRONA FIALHO ADVOGADOS

FUSÃO

Madrona e Fialho Salles anunciam fusão

Madrona e Fialho Salles anunciaram a fusão de suas operações. A nova equipe já nasce com uma presença relevante no mercado: 266 profissionais (164 advogados, dos quais 39 sócios).

A combinação tem como objetivo levar **Madrona Fialho Advogados** ao Top Of Mind Full Service. Os planos de expansão do mega escritório são ambiciosos: dobrar de tamanho nos próximos 5 anos.

A lógica por trás deste movimento é maximizar a forma similar de trabalho já praticada individualmente por ambas as equipes - com foco na capacidade técnica, senioridade e customização no atendimento, governança e cultura organizacional, valorizando o coletivo - com a complementaridade de suas áreas de atuação diante das exigências legais dos clientes.

Com a fusão, os agentes econômicos terão à sua disposição um escritório one-stop shop, capaz de oferecer soluções aos clientes em dezenas de áreas consultivas e contenciosas corporativas.

"Em um ambiente empresarial e jurídico cada vez mais complexo, a combinação trazida por Madrona Fialho Advogados é vital para ajudar a superar os desafios dos agentes econômicos e proporcionar mais desenvolvimento à sociedade. Nosso lema é fazer fluir", diz **Ricardo Madrona**, fundador de Madrona Advogados e CEO de Madrona Fialho Advogados.

"Estamos genuinamente comprometidos em compreender e resolver os problemas de nossos clientes", explica **Leonardo Canabrava**, um dos sócios de Madrona Fialho Advogados e co-fundador de Fialho Salles.

Madrona Fialho Advogados emerge com um forte esforço no desenvolvimento de uma cultura de governança e organização valorizando as soluções coletivas e personalizadas, completas e confiáveis no atendimento ao cliente. A própria fusão - em um mercado com raras movimentações bem-sucedidas nesta direção com grandes escritórios - é um sinal de pioneirismo e valorização do coletivo.

Madrona Fialho Advogados atenderá inicialmente agentes econômicos dos diversos setores privados e públicos a partir de três sedes físicas: em São Paulo, Belo Horizonte e Brasília.



NATALIA SCHNAIDER SERRO MIES

FORTALECIMENTO

Souto Correa fortalece sua equipe de trabalho

Souto Correa fortaleceu a sua equipe de trabalho com a chegada da nova sócia **Natalia Schnaider Serro Mies**.

Natalia, que é mestre em Direito pela PUCRS, tem mais de 15 anos de experiência na área trabalhista e experiência em grandes empresas brasileiras e multinacionais em questões de assessoria e gestão de litígios, bem como na gestão de demandas perante o Ministério Público do Trabalho, ações de redução de passivos trabalhistas e negociação coletiva, entre outras.

Para o sócio trabalhista da Souto Correa, Joel Galo, a chegada de Natalia fortalece o posicionamento estratégico da firma nesta área. "Além de representar empresas de diversos setores em questões trabalhistas complexas, Natalia é reconhecida no mercado por sua capacidade técnica, comercial e de liderança. Sua integração à equipe nos ajudará a identificar ainda mais oportunidades para nossos clientes", diz ele.

Natália trabalhou anteriormente na CMT – Carvalho, Machado e Timm; e também tem passagens por escritórios de advocacia como Guedes Pedrassani Advogados e TozziniFreire Advogados.



HENRIQUE DE FARIA MARTINS

EXPANSÃO

Candido Martins Advogados expande sua atuação para Europa

Candido Martins Advogados anunciou a expansão da atuação para Madri, capital da Espanha. A intenção é ampliar e intensificar contatos com fundos de private equity, investidores e assessores financeiros.

Desde a sua fundação em 2010, o escritório cresceu, em média, 25% ao ano. Somente no último ano, registrou um crescimento de 30% com a mesma equipe e aumentou a margem de produtividade.

O sócio-fundador Henrique de Faria Martins, que estará à frente dessa expansão internacional, conta que o escritório sempre atuou com fundos de private equity e atendeu clientes dos Estados Unidos (EUA) e Europa. “Muitos dos nossos clientes possuem investidores e acionistas na Europa e EUA. Esse volume tem se intensificado nos últimos anos e sempre discutimos a necessidade de se ter uma presença física em outro país. A pandemia suspendeu este processo e com a volta de investimentos no Brasil, discutimos buscar mais oportunidades internacionais”.

Alamy Candido, sócio-fundador do Candido Martins, explica o motivo por escolher Madri para a nova atuação. “Após pesquisas, notamos que muitas empresas da Península Ibérica se baseiam em Madri. O país nos pareceu um bom ponto de partida para ingressar na Europa, além de possuir vários vínculos com Brasil.”

Henrique ficará alocado fisicamente em Madri, onde terá uma agenda de encontros, reuniões e eventos. Virtualmente, ele manterá relação com os clientes no Brasil. E ainda viajará para São Paulo, ficando mais de 10 dias, todo mês, na sede do escritório.

“Nossa equipe é a mesma desde a pandemia e conseguimos construir um time sensacional para ajudar nossos clientes de private equity, empreendedores e de wealth, reforçando as transações de sucesso”, complementa Henrique.



LC Publishing Group

lcpublishinggroup.com



INFORMATION



EVENTS



INTELLIGENCE



PUBLICATIONS

LC publishing Group provides 100% digital information - with a business angle - on legal, finance and food markets in Italy and is the largest legal publisher across southern Europe and Latin America after the acquisition of the majority share in Iberian Legal group.



LC Publishing Group S.p.A.
Operational office: Via Savona 100 | 20144 Milan
Registered office: Via Tolstoi 10 | 20146 Milan
Phone: + 39 02 36 72 76 59



On the web

Agora é que são elas

As mulheres são uma potência – não é só “agora é que são elas”. Elas já vem sendo tudo o que querem ser há tempos. E no mercado jurídico elas tem conquistado seu espaço, dado seu nome e marcado sua atuação nas firmas.

Por isso, nesta edição do mês em que é celebrado o Dia Internacional da Mulher, em todas as transações dessa editoria você encontra operações com participações de advogadas. Como forma de demonstrarmos e reforçarmos a importância da atuação dessas profissionais em diferentes escritórios e transações, apenas elas estão nas fotos em destaque.

Souto Correa lidera aquisições na área da saúde



GIEDRE BRAJATO



RUBYA FLORIANI



FLÁVIA ALMEIDA FORTI DA FONSECA

Souto Correa assessorou o grupo médico privado brasileiro Oncoclínicas na aquisição de dois ativos de saúde.

A Oncoclínicas adquiriu a Cardiomobile, empresa focada na prestação de serviços médicos em medicina nuclear, hemodinâmica, telemedicina e diagnóstico por imagem, com sede em Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

A aquisição da Cardiomobile está alinhada ao planejamento estratégico da Oncoclínicas de expansão e consolidação no mercado de medicina nuclear, sendo a terceira aquisição de empresas pertencentes ao grupo UMC Medicina Nuclear.

A UMC Medicina Nuclear foi constituída em 2013 e é um dos maiores, mais completos e avançados centros de saúde do Brasil, com infraestrutura inovadora e desenvolvendo processos modernos e em constante evolução para atender pacientes, médicos, funcionários e comunidade.

Na segunda transação, a equipe de Souto Correa auxiliou a Oncoclínica na aquisição da UOCP (Unidade de Oncologia Clínica e Pediátrica), especializada em oncologia pediátrica. A UOCP tem sede em São Paulo e conta com um corpo clínico formado por pediatras e oncologistas clínicos.

Lançada em 2010, a Oncoclínicas é especializada no tratamento do câncer e está presente em 35 cidades do Brasil.

As transações foram fechadas no início de fevereiro, sem valor divulgado.

Souto Correa assessorou a Oncoclínicas e contou com os sócios **Giedre Brajato**, Maurício Paschoal e o advogado Bruno Teixeira da Silva.

A Cardiomobile foi assessorada por Romano Donadel e contou com as sócias **Rubya Floriani** e **Flávia Almeida Forti da Fonseca**.

A UOCP (Unidade de Oncologia Clínica e Pediátrica) foi representada pelo Madrona e contou com o sócio José Senedesi Neto e o advogado Henrique Maluta e a advogada junior Bruna Ianela Corrêa.

Mattos Filho e Vieira Rezende operam em financiamento de R\$ 1,35 bi

Mattos Filho representou a Vinci Airports e a Concessionária Amazon Airports na contratação de um financiamento de R\$ 1,35 bilhão, por meio de duas fontes, incluindo uma emissão de dívida no mercado de capitais.

O Banco da Amazônia (BASA) aportou R\$ 750 milhões e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) disponibilizou R\$ 600 milhões para investimentos em debêntures de infraestrutura emitidas pela concessionária. O BNDES também atuou como subscritor das debêntures.

O financiamento será destinado a sete aeroportos da região Norte – Manaus (AM), Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), Rio Branco (AC), Tefé (AM), Tabatinga (AM) e Cruzeiro do Sul (AC) – que foram privatizadas em 2020 através do leilão público internacional promovido pela ANAC.

Vieira Rezende Advogados assessorou o BNDES, Banco da Amazônia e o sindicato formado por BNP Paribas, Santander e ABC do Brasil.

Mattos Filho contou com os sócios Pablo Sorj e Bernardo Môcho, associadas Karina Melo e Maria Massi.

Vieira Rezende Advogados contou com as sócias **Marina Ferraz Aidar** e **Virginia Mesquita** e associados Luana Komatsu Falkenburger, Pedro Afonso Gonzalez e Thais Freitas.



MARINA FERRAZ AIDAR



VIRGINIA MESQUITA

Veirano assessora Agro New na aquisição da Agrofito

Veirano Advogados assessorou a Agro New Máquinas Agrícolas Agrofito – sociedade integralmente detida pela Nors – na aquisição de 100% do capital social da Agrofito Case Máquinas Agrícolas, sociedade autorizada Case IH.

Os vendedores são particulares. O valor da transação não foi divulgado.

O negócio foi aprovado pelo CADE em 10 de fevereiro de 2023.

Veirano Advogados contou com os sócios Marcos Rocha, **Maria Cecilia Vieira** e a advogada Thaisa Passalini.



MARIA CECILIA VIEIRA

Firmas brasileiras atuam em acordo entre Nuvini e Mercado



MARIANA MEDITSCH

Tauil & Chequer Advogados, associado de Mayer Brown nos Estados Unidos, assessorou a holding de empresas de software Nuvini em um acordo de combinação de negócios de US\$ 312 milhões entre o Grupo Nuvini e a SPAC Mercado. Machado Meyer Advogados e Latham & Watkins representaram a SPAC Mercado Partners. Após a conclusão da combinação de negócios proposta, a empresa combinada operará sob o nome Nuvini e espera-se que suas ações sejam listadas na Nasdaq sob o símbolo NVNI. A expectativa da empresa é que a transação proporcione ao Grupo Nuvini maior acesso ao mercado de capitais, posicionando-o como um dos principais consolidadores de empresas SaaS (Software as a Service) em seu portfólio, na América Latina.

A equipe Tauil e Checker no Brasil foi comandada pelos sócios Carlos Motta e Rodolfo Tella, com a participação do sócio Celso Grisi. Além disso, também participaram do caso os associados Giampaolo Marzulli, Dianie Teixeira, Isabela Franco e Natália Minotto. Nos Estados Unidos, os sócios Edward Best e Esther Chang comandaram a equipe, com a participação dos sócios Matthew Streit, Milena Muradian, Gonzalo Go, Marissa Dressor, Adam Lerner, James Alford, Ping Hsu e Natalie Narae Kim.

Machado Meyer assessorou a Mercado Partners Acquisition Corporation e contou com a sócia **Mariana Meditsch** e os advogados Maria Eduarda Medeiros Saboia, Victor Goulart Lazarini e Tatiana Machado Soares.

Latham & Watkins trabalhou em parceria com Machado Meyer.



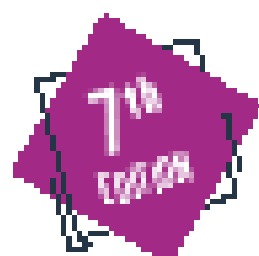
Is the **largest specialist legal publisher**
across **Southern Europe** and **Latin America**
with the acquisition of the majority share in



LC Publishing Group S.p.A.
Operational office: Via Savona 100 | 20144 Milan
Registered office: Via Tolstoi 10 | 20146 Milan
Tel. + 39 02 36727659

LEGALCOMMUNITYWEEK

LCPUBLISHINGGROUP



12 - 16 JUNE 2023

Hotel Principe di Savoia
Piazza della Repubblica 17 - Milan, Italy

THE GLOBAL EVENT FOR THE LEGAL BUSINESS COMMUNITY

Patrons



Patron Partners



Gold Partners



Sponsors



Media Partners



Legalcommunity Week 2023

■ Live at the conference

■ Events at the conference - Indicate with

MONDAY 5 JUNE		Partner	Theme	Reg. fee
From 08:00	■	Pre-Speaking Cocktail	 PwC PwC PwC PwC	15
MONDAY 12 JUNE				
08:00 - 09:00	■	Opening Conference	 The OTS The OTS The OTS The OTS	1200
08:00 - 09:00	■	Breakfast "Legal Heritage"	 PwC PwC PwC PwC	1200
From 08:00	■	GreenCrossed Cocktail	 GreenCrossed GreenCrossed GreenCrossed GreenCrossed	15
From 08:00	■	Reception Party	 Key Key Key Key	15
TUESDAY 13 JUNE				
08:00 - 09:00	■	Breakfast on Piazza	 PwC PwC PwC PwC	1200
08:00 - 09:00	■	Conference "Private Capital and the Investment for 2023"	 PwC PwC PwC PwC	1200
08:00 - 09:00	■	Breakfast	 PwC PwC PwC PwC	1200
08:00 - 09:00	■	Breakfast "Legal Heritage"	 PwC PwC PwC PwC	1200
From 08:00	■	Women Leadership: the future is now	 PwC PwC PwC PwC	15
WEDNESDAY 14 JUNE				
08:00 - 09:00	■	Corporate Day	 PwC PwC PwC PwC	15
08:00 - 09:00	■	Conference	 PwC PwC PwC PwC	1200
08:00 - 09:00	■	Breakfast "Private Equity Technology"	 PwC PwC PwC PwC	1200
08:00 - 09:00	■	Breakfast "Private Equity Technology"	 PwC PwC PwC PwC	1200
08:00 - 09:00	■	Breakfast "Private Equity Technology"	 PwC PwC PwC PwC	1200
From 08:00	■	Breakfast "Private Equity Technology"	 PwC PwC PwC PwC	1200
From 08:00	■	Breakfast "Private Equity Technology"	 PwC PwC PwC PwC	1200
THURSDAY 15 JUNE				
08:00 - 09:00	■	Conference	 PwC PwC PwC PwC	1200
08:00 - 09:00	■	Breakfast	 PwC PwC PwC PwC	1200
08:00 - 09:00	■	Breakfast "CPD & Social Impact"	 PwC PwC PwC PwC	1200
08:00 - 09:00	■	Corporate Awards	 PwC PwC PwC PwC	15
FRIDAY 16 JUNE				
08:00	■	Breakfast and general preview	 PwC PwC PwC PwC	15

SEE YOU FROM 12 TO 16 JUNE 2023

For information please visit or email to info@legalsocietyofpakistan.gov.pk or +92 333 700 1000

www.legalsocietyofpakistan.gov.pk



Aliança Jurídica: a união de escritórios pela equidade racial

Dia 21 de março, Dia Internacional Contra Discriminação Racial, é comemorado também 4 anos desde o lançamento oficial da Aliança Jurídica pela Equidade Racial, que existe desde 2017. O The Latin American Lawyer falou com advogados de diferentes escritórios que compõe a Aliança para saber mais sobre a iniciativa.

por amanda medeiros

A Aliança Jurídica pela Equidade Racial, iniciativa com objetivo de promover a inclusão e a equidade raciais, de profissionais negros e negras, nos escritórios de advocacia e mercado jurídico, iniciou-se e foi formalizada em um seminário na Fundação Getulio Vargas, realizado em 2017.

A princípio, a Aliança Jurídica pela Equidade Racial era formada por 9 escritórios fundadores: BMA - Barbosa Müssnich Aragão, Demarest, Lefosse, Machado Meyer, Mattos Filho, Pinheiro Neto, Trench Rossi Watanabe, TozziniFreire e Veirano. Depois foram aprovados o ingresso de mais três firmas – Stocche Forbes, Cescon Barriau e Felsberg –, e recentemente houve o ingresso de mais um escritório: o Lobo de Rizzo, subindo de 9 para 13 o número de membros.

Desde o início, os escritórios fundadores perceberam que muito pouco era feito pela diversidade e inclusão, e que se unindo, eles poderiam fazer muito mais. Tendo um mesmo objetivo, a concorrência ficou de lado e a promoção da pauta racial em ambientes jurídicos foi priorizada por todos.

E a intenção é que a Aliança cresça cada vez mais. Conforme **Robson Oliveira**, advogado da área de Imobiliário e cofundador e membro do D Raízes, grupo de afinidade focado em inclusão racial do **Demarest Advogados**, para um escritório participar da Aliança é necessário que ele seja um escritório full service devidamente inscrito na OAB, tenha ao menos 150 advogados e, entre outros requisitos, possua um programa de diversidade e inclusão, com uma política



ROBSON OLIVEIRA



KENNETH FERREIRA

de promoção da equidade racial. “Admitido o pedido de ingresso na Aliança, o escritório ocupa a categoria de convidado. Quando o escritório passa a participar por um ano das reuniões mensais e eventos de sensibilização do grupo, período após o qual o Conselho de Fundadores delibera sobre a sua participação efetiva como membro associado”, esclarece.

CONSCIÊNCIA COLETIVA

Kenneth Ferreira, sócio responsável pela frente racial do Vozes – Programa de Diversidade, Equidade e Pertencimento do **Lefosse** confirma e relembra de quando os escritórios se juntaram para falar sobre diversidade racial. “A percepção era de que havia poucos advogados e estagiários negros nos escritórios de advocacia. Assim, a Aliança começou a analisar o que poderia ser feito para mudar essa situação”.

O primeiro passo, segundo ele, foi organizar um censo com todos os escritórios membros para aferir os respectivos percentuais de profissionais negros. Nesse censo, realizado em 2018 com a ajuda do CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), a impressão inicial foi confirmada e o resultado mostrou que os escritórios da Aliança contavam com 1% de profissionais negros em seus quadros jurídicos.

A partir de então, uma série de eventos foi realizada visando a sensibilização de cada um dos escritórios a respeito do tema para que medidas internas fossem tomadas buscando o aumento da participação de profissionais negros nas bancas. “Os eventos serviram não só



ROBERTO QUIROGA

para a sensibilização, mas também para a troca de experiência visando desenvolver melhores práticas para o sucesso do objetivo da Aliança”, destaca Ferreira.

Roberto Quiroga, sócio-diretor do **Mattos Filho**, reiterou que em 2021, a Aliança realizou o segundo Censo de Diversidade, também em parceria com o CEERT. Na pesquisa, foi identificado que 11% dos profissionais da área jurídica dos principais escritórios de advocacia eram negros. “O crescimento do número de escritórios da Aliança somado à maior adesão dos respondentes e a um maior número de profissionais negros no mercado jurídico demonstram os esforços dos integrantes da Aliança em relação à pauta”, pontua.

Quiroga reforça que, a partir do primeiro censo, os escritórios ampliaram iniciativas com foco na temática racial e em outras frentes de diversidade, como a criação de grupos de afinidade e a realização de eventos de sensibilização e de treinamentos para que processos de recrutamento e seleção sejam cada vez mais justos e inclusivos, minimizando os vieses inconscientes. “Neste ano, ainda no primeiro semestre, a Aliança irá conduzir uma série de ações no mercado jurídico, como o lançamento de um livro com artigos de todos os escritórios e oferta de bolsas de estudos”, conta.

O sócio-fundador do Mattos Filho diz que o escritório acredita que a Aliança é o caminho para que possam juntos, oferecer mais

oportunidades para a população negra que, ainda hoje, tem baixa representatividade no setor jurídico, a exemplo de outros segmentos da economia.

Para o sócio do Lefosse, a Aliança e interação gerada com os demais escritórios também foi fundamental. “Foi a partir disso que pudemos implementar iniciativas fortemente discutidas e recomendadas na Aliança, tais como a consolidação dos valores do escritório já voltados à inclusão e a criação de grupos de afinidade que tratam dos diversos pilares de inclusão”, menciona.

Kenneth Ferreira reconhece que essas iniciativas trouxeram resultados por um lado empolgantes, mas, por outro, bastante desafiadores. “Os escritórios membros da Aliança aumentaram a participação em seus quadros jurídicos, isso mostra que estamos no caminho certo, mas com muito trabalho ainda pela frente”, reforça.

UM LONGO CAMINHO PELA FRENTE

João Busin, sócio responsável pela área de Private Equity e Venture Capital e **Clara Pacce Pinto Serva** sócia e head de Empresas e Direitos Humanos do **TozziniFreire**, destacaram como pontos fortes do resultado da Aliança, a troca de experiências; validação de processos de contratação e retenção de profissionais negros; utilização da imagem para influenciar demais escritórios de advocacia, e até mesmo clientes, a priorizarem a inclusão racial em suas respectivas organizações; iniciativas conjuntas para romper



JOÃO BUSIN



CLARA PACCE PINTO SERVA

a barreira do racismo estrutural; e fomento à educação e conscientização dos profissionais dos escritórios acerca da importância da inclusão racial, entre outras ações.

Os sócios de TozziniFreire, João Busin e Clara Pacce também concordam que ainda há um desafio grande pela frente, mas asseguram que o fato de estarem na Aliança já trouxe melhorias sensíveis, inclusive de cultura. “Poder refletir sobre as dificuldades e oportunidades que ainda temos de avanço quando falamos sobre esse nicho de mercado, e o fato de estarmos desde o início trouxe-nos grandes benefícios, como a criação e intensificação de políticas educacionais internas para retenção e desenvolvimento de carreira de pessoas negras”, explicam.

Ana Carolina Lourenço, advogada da área de Contencioso Cível do escritório **Machado Meyer** destaca que por meio da Aliança



ANA CAROLINA LOURENÇO

Jurídica, os escritórios que participam além de serem responsáveis por organizarem eventos de letramento racial ainda apoiam intencionalmente ações que promovem o fortalecimento de práticas de inclusão nos escritórios e de entidades e organizações. Ana Carolina complementa que a aliança promove um rico networking entre os colaboradores pessoas negras e não negras dos escritórios.

Bruno Costa, sócio da área de Imobiliário do Machado Meyer Advogados classifica que as mudanças no escritório após a Aliança Jurídica são para além dos números. “O escritório aprendeu com a Aliança Jurídica quais são os principais desafios que precisa enfrentar



BRUNO COSTA

para a contratação e desenvolvimento dos profissionais, bem como sobre a mudança cultural do escritório de constante valorização de pessoas e da diversidade”, apresenta.

De acordo com ele, o que mudou com a aliança foi o sentimento de pertencimento e de transformação. “Acreditamos que transformar é possível e que estamos fazendo isso juntos, com muitas pessoas aliadas e pessoas negras rumo à prática cotidiana de equidade racial e de oportunidades”, diz.

NOVOS DESAFIOS

Anna Mello, sócia e líder do Comitê de Diversidade e Inclusão do **Trench Rossi Watanabe** reconhece que o desafio continua. “Precisamos trabalhar cada vez mais a inclusão



ANNA MELLO

e acelerar o desenvolvimento de carreira dos profissionais pretos e pardos também para as posições de liderança”, grifa.

Ela relata que desde que entrou na Aliança, o escritório viu seus números crescerem. “Na Aliança não somos concorrentes, mas sim parceiros unidos pela mesma causa, potencializamos o alcance de nossas ações, temos oportunidade de trocar experiências, fazer benchmarking e atuar em conjunto em prol da causa. Vemos a questão não apenas entre as nossas paredes, mas dentro de um contexto maior de mercado”.

O **Stocche Forbes**, assim como os demais escritórios, participa ativamente de reuniões mensais. **Cecília Margutti Passos**, associada sênior e head de Diversidade & Inclusão e **Paulo César Duarte**, sócio de Tributário e sponsor do RADIX, grupo de ações internas em prol da



CECÍLIA MARGUTTI PASSOS

equidade étnico-racial, assinalam que quando o assunto é a pauta racial no universo jurídico o que se vê é uma verdadeira união. Segundo eles, há um engajamento genuíno e concreto por parte de todos, pois a causa é comum. “Essa aliança entre as bancas é de extrema relevância para a pauta em geral, não apenas para nossas estruturas, pois cria tendência no mercado, refletindo em outras estruturas menores, o que chamamos de “tendência para o bem”. Internamente, não há dúvidas, já sentimos um significativo aumento da representatividade de pessoas negras desde o início desse movimento”, orgulham-se.

Os dados do censo que indicam um aumento em relação aos três anos anteriores,



PAULO CÉSAR DUARTE

representa um aumento significativo em relativamente pouco tempo, mas é fato que ainda não espelha a realidade racial e étnica da população brasileira, em que mais da metade é composta por pessoas pretas e pardas.

Os sócios do Stocche Forbes defendem que os escritórios estão empenhados, assim, em corrigir o rumo da história, avançando em prol do movimento por um universo jurídico mais diverso, inclusivo e equitativo. “Portanto, há muito trabalho a ser feito e ainda, de modo algum, é possível, com base nos indicadores atuais, nos darmos por satisfeitos. A situação, embora tenha feito avanços significativos, continua

sendo inaceitável – e todos nós da Aliança concordamos”, afirmam.

NOVOS HORIZONTES

Fato é que, independentemente da velocidade com que tal movimentação tem se dado, a mudança da cultura não ocorre do dia para noite e ainda há muitos obstáculos a serem superados.

Conforme os sócios do Stocche Forbes, para acelerar ainda mais essa mudança, é importante que os escritórios se mantenham unidos, colaborando, interagindo, fomentando ações comuns, criando pautas, nunca deixando de lado a consciência sobre a realidade dos grupos minorizados, que transpassam os limites de



VIVIANE RODRIGUES

nossas estruturas. Eles dizem acreditar que a preocupação com o “para além dos muros dos escritórios” é algo que certamente podemos esperar por parte da Aliança agora em 2023.

Viviane Rodrigues, sócia das áreas de Trabalhista e Remuneração de Executivos do **Cescon Barriueu**, conta que para o ano de 2023, além da manutenção dos esforços anteriores e da expansão do grupo, com entrada de novos participantes, um dos principais projetos é a aprovação da Aliança com nova gestão da OAB/SP, para fomentar e incrementar oportunidades para advogados negros. “Teremos também o lançamento de um livro, escrito em colaboração de todos os membros, abordando temas relacionados a racismo estrutural no mercado jurídico.”



FERNANDO MEIRA

O sócio gestor **Fernando Meira** e o sócio **Renê Medrado**, ambos do escritório Pinheiro Neto Advogados, destacam que têm visto paulatinamente um aumento na contratação de estagiários e profissionais formados negros, o que os deixa bastante animados. Eles reconhecem que ainda há um grande caminho pela frente. Na conversa, os sócios acrescentam que o trabalho em diversidade, equidade e inclusão requer uma visão estratégica e deve ser feito de forma estruturada.

Eles avaliam que fortalecer e ampliar uma cultura positiva requer comprometimento com o resultado, com as etapas e com as diferentes formas de desenvolvimento e aprendizado de cada integrante em relação ao tema. Nesse aspecto, a Aliança compartilha as estatísticas dos escritórios de forma conjunta, efetivamente para não gerar uma competição, e sim, agir de forma rápida sobre uma questão estrutural. 



RENÊ MEDRADO

FINANCECOMMUNITYWEEK

LCF PUBLISHING GROUP

NEXT EDITION

13-17

NOVEMBER 2023

MILAN

5th EDITION

The global event
for the finance community

FOUR SEASONS HOTEL • VIA GESÙ 6/8 • MILAN

Platinum Partner

Legance
SPECIAL AGENT

Gold Partner

Linklaters

Sponsors

 **Accuracy**

#financecommunityweek    

For information: help@finaryglopublishinggroup.com • +39 02 36727659



LEGALCOMMUNITYMENA

The first digital information tool dedicated to the legal market in MENA
Egypt, Qatar, Saudi Arabia, United Arab Emirates

LEGAL MARKET IN MENA AREA

DEAL ADVISORS

PRIVATE PRACTICE LAWYERS

RUMORS & INSIGHTS

LEGAL & IN-HOUSE AFFAIRS

MAIN LEGAL TRENDS & TOPICS

IN-HOUSE LAWYERS



Follow us on



www.legalcommunitymena.com

RODRIGO JUNQUEIRA



Rodrigo Junqueira, managing partner do Lefosse, classifica o escritório entre o grupo dos que são mais influentes no Brasil.

por amanda medeiros

Lefosse: um dos escritórios do “magic circle” brasileiro

Hoje, atendemos a 21 áreas do direito e somamos 59 sócios.

Rodrigo Junqueira é managing partner do Lefosse. Ele atua na área de mercado de capitais, incluindo equity e dívida, assessora tanto a emissores quanto coordenadores em M&A e também operações de M&A relacionadas a companhias abertas e private equity. Junqueira já colaborava há mais de uma década no Lefosse, quando em 2021 agregou sua experiência e expertise para o novo posto de comando do escritório.

Nos últimos anos, o Lefosse, escritório de advocacia full-service que oferece consultoria especializada em todas as práticas do direito, ampliou seu quadro de sócios, expandindo ainda mais seus negócios.

Para saber um pouco mais sobre a forte atuação do Lefosse no mercado jurídico brasileiro, o The Latin American Lawyer entrevistou Rodrigo Junqueira que falou da carreira, do escritório e das perspectivas para o ano de 2023.

Além de uma carreira consolidada que se desenvolveu juntamente com o crescimento do Lefosse, o managing partner Rodrigo Junqueira tem também experiência internacional como advogado associado no escritório Davis, Polk & Wardwell em Nova Iorque.

The Latin American Lawyer: Você sempre participou ativamente para que o Lefosse se desenvolvesse cada vez mais. Não à toa, hoje você é o managing partner do escritório. Como é para você analisar a trajetória de crescimento da sua carreira e do Lefosse?

Rodrigo Junqueira: O escritório vem crescendo exponencialmente, e isso já se reflete na percepção do mercado nacional e internacional. Para se ter ideia, há cerca de dez anos, atuávamos em três práticas e tínhamos 15 sócios. Hoje, atendemos a 21 áreas do direito e somamos 59 sócios. Ao assumir como managing partner, dei continuidade a esse trabalho de evolução e expansão de nossa estratégia full-service, com o envolvimento ativo das minhas sócias, sócios e do nosso time administrativo, hoje composto por cinco áreas especializadas (Finanças, Recursos Humanos, Tecnologia, Marketing e Facilities).

Você assumiu como managing partner da firma em uma fase importante de crescimento, enquanto o país passava por muitas mudanças no mercado. Isso trouxe facilidades ou mais desafios ao cargo?

Antes de assumir, em julho de 2021, eu já participava da gestão do escritório há bastante tempo. Mas chegar à cadeira de managing partner traz uma série de responsabilidades, principalmente no sentido de dar sustentação a projetos essenciais para nossa estratégia de crescimento. Ao mesmo tempo, atravessávamos uma pandemia, na qual os clientes contaram conosco como um parceiro de confiança para grandes operações e atuação em casos complexos.

O Lefosse (mais uma vez) é destaque nos rankings do TTR. Como essa informação chega até vocês

Para além dos números, nossos clientes nos procuram quando estão pensando sobre suas estratégias de negócio. Somos próximos deles. Isso porque os profissionais que compõem nosso corpo jurídico vêm dos mais diversos segmentos do mercado, trazendo experiência prática nos negócios que atendemos. Esse nosso perfil empreendedor e dinâmico é a chave para a confiança que pauta nossas relações.

Além do desempenho do escritório, o sócio Carlos Mello foi o principal dealmaker. Para o mercado essas estatísticas

confirmam o Lefosse entre os melhores. Como vocês lidam com essa responsabilidade e cobrança?

O Carlos gosta muito de estar nos casos, perto dos clientes, e essa posição no ranking sintetiza bem a forma como atuamos, sempre pró deal. É o nosso diferencial e, ao mesmo tempo, é algo natural, é a forma como sabemos fazer negócio. E o mercado reconhece isso.

A considerar os rankings do relatório, podemos dizer que o escritório teve um bom ano. Como vocês avaliam internamente?

Apresentamos bons números: atuamos em operações que superaram R\$ 100 bilhões, considerando M&A, ECM e Fixed Income em 2022, de acordo com dados do TTR. Lideramos o ranking de ECM, que considera operações de IPO e follow-on, com atuações que somam R\$ 54,3 bilhões. E somos o 2º maior escritório brasileiro em investimentos de private equity, com transações que registraram R\$ 6,5 bilhões. Além disso, seguimos com nosso projeto, como um dos escritórios líderes em crescimento no ano: anunciamos 15 novos sócios em 2022 (seis orgânicos e nove laterais), uma alta de 25% em nossa sociedade, fortalecendo ainda mais a característica full-service do Lefosse. Seguimos, ainda, com a nossa expansão institucional, com o novo escritório de Brasília.

Quais são as expectativas do escritório para o mercado em 2023?

A perspectiva é de que 2023

Nossos clientes nos procuram quando estão pensando sobre suas estratégias de negócio. Somos próximos deles.



seja um ano desafiador, mas com maior movimentação transacional do que 2022. Setores de infraestrutura, varejo (englobando saúde e educação) e serviços financeiros como um todo serão beneficiados. Outro setor que merece atenção é o de energia. Esperamos também crescimento de demandas jurídicas nas áreas de Reestruturação e Insolvência, Resolução de Conflitos, Infraestrutura e Energia, ESG, Compliance, Investigações e Penal Empresarial.

Quais são as estratégias para se manter ativo e com bons resultados também esse ano?

Somos reconhecidos como um dos escritórios do magic circle brasileiro, ou seja, do grupo de até quatro escritórios que

são referência, como ocorre na Inglaterra e nos Estados Unidos. E em continuidade à estratégia definida para a nossa expansão, ampliaremos nossas operações, de olho no mercado para identificar oportunidades, desenvolvendo os advogados nessa cultura empreendedora que é nossa marca, de proximidade e relações duradouras e de confiança com os nossos clientes.

Fizemos investimentos certos nos últimos dois anos, reforçando e expandindo práticas que já começaram a apresentar aumento na demanda e atividade, caso de Reestruturação e Insolvência e Compliance, Investigações e Penal Empresarial. Esperamos seguir em frente nessa linha e colher esses resultados.

Considerando a análise do ano passado, o cenário atual do Brasil e do mundo e o volume das transações desses primeiros meses, quais são os maiores desafios do mercado para 2023?

Seguiremos num cenário desafiador, como pontuei, tendo em conta aspectos globais: o primeiro é a continuidade do conflito na Ucrânia e os impactos nos investimentos europeus; o segundo refere-se às incertezas no que diz respeito à inflação, taxa de juros e crescimento nos Estados Unidos. O terceiro é a projeção de um maior crescimento na China. Além disso, localmente, ainda temos expectativas em relação ao desenvolvimento da atuação do novo governo.

Ter uma carreira de sucesso é o sonho de todo advogado. Você já chegou lá, mas pessoalmente, quais são os desafios/sonhos profissionais que o Rodrigo Junqueira ainda quer realizar/conquistar?

Além de já estarmos posicionados como um dos escritórios do magic circle, como falei anteriormente, estamos atentos aos movimentos do mercado nacional. Mas nossas referências são internacionais e, portanto, sabemos que há um caminho importante de evolução e aprimoramento enquanto

A perspectiva é de que 2023 seja um ano desafiador, mas com maior movimentação transacional do que 2022.



Rodrigo Junqueira é managing partner e sócio das práticas de Societário e M&A, Mercado de Capitais e Private Equity do Lefosse.

Possui ampla experiência em operações no mercado de capitais, incluindo equity e dívida, assessorando tanto emissores quanto coordenadores. Tem usado seu conhecimento em empresas listadas e regulamentação para desenvolver uma ampla e bem-sucedida prática cobrindo M&A e private equity.

Graduou-se em Direito pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e em Administração pela FGV-SP (Fundação Getúlio Vargas). Possui experiência internacional como advogado associado no escritório Davis, Polk & Wardwell em Nova Iorque. 🇺🇸

Lefosse é um escritório de advocacia full-service, que oferece consultoria especializada em todas as práticas do Direito, com sólida experiência em serviços jurídicos sofisticados nos cenários nacional e internacional. Conta com 59 sócios com ampla experiência em mercados estratégicos. O Lefosse aposta na inclusão, na diversidade e na abordagem prática multidisciplinar das áreas do Direito. Práticas: Ambiental; Bancário, Operações e Serviços Financeiros; Comércio Internacional; Concorrencial e Antitruste; Compliance, Investigações e Penal Empresarial; Direito Público e Regulação; Energia; Fundos de Investimento; Imobiliário; Infraestrutura; Life Sciences & Healthcare; Mercado de Capitais; Petróleo e Gás; Reestruturação e Insolvência; Reorganização Patrimonial e Sucessória; Resolução de Disputas; Seguros, Resseguros e Previdência Privada; Societário e M&A; Tecnologia, Proteção de Dados e Propriedade Intelectual; Trabalhista e Tributário. 

Nossos advogados vêm dos mais diversos segmentos do mercado, trazendo experiência prática e entendimento profundo nos negócios que atendemos.

instituição. Outro ponto fundamental: não apenas eu, mas também minhas sócias e sócios estamos focados em manter no Lefosse um ótimo ambiente para se trabalhar, de forma horizontal e muito integrada entre nossas equipes e áreas, desenvolvendo os advogados nessa cultura empreendedora que é a nossa marca. Uma aspiração é saber que tudo que estamos construindo hoje deixará um legado para o escritório e, notadamente, para as pessoas que fazem parte desse projeto.

Sobre o Lefosse, qual principal diferencial do escritório em relação aos

outros concorrentes?

Primeiro, o cliente sabe que o nosso sócio é parte ativa dos casos: atua lado a lado na busca de soluções, do início ao fim. Nossos advogados vêm dos mais diversos segmentos do mercado, trazendo experiência prática e entendimento profundo nos negócios que atendemos. Pelo aspecto da nossa cultura, para além do foco em manter no Lefosse um ótimo ambiente para se trabalhar, somos próximos. Sócios, advogados, equipes administrativas, todos atuando juntos para entregar as melhores soluções para nossos clientes, o que se reflete num grande diferencial de atendimento. 



LEGALCOMMUNITYCH

The first digital information tool dedicated to the legal market in Switzerland



LEGAL MARKET IN SWITZERLAND

IN-HOUSE LAWYERS

PRIVATE PRACTICE LAWYERS

RUMORS & INSIGHTS

LEGAL & IN-HOUSE AFFAIRS

MAIN LEGAL TRENDS & TOPICS

DIGITAL NEWS



Follow us on



www.legalcommunity.ch



Sur: proposta de moeda comum no Mercosul

O The Latin American Lawyer ouviu o ponto de vista de profissionais do setor jurídico e econômico na América Latina. Nesta versão em português, trazemos a opinião de alguns advogados brasileiros sobre as vantagens, complicações e possibilidades da proposta de moeda comum entre Brasil e Argentina: "sur".

por amanda medeiros

Já nos primeiros dias do ano, durante uma reunião entre o governo brasileiro e argentino, foi discutida a possível criação de uma moeda comum entre os países do Mercosul, que seria chamada de Sur.

A iniciativa de uma moeda comum que visa facilitar suas operações financeiras seria exclusiva para transações comerciais, de modo que, como não está em circulação, o real brasileiro e o peso argentino não deixariam de existir.

No ponto de vista de **Andrea Cruz**, associada da prática de Antitruste e Comércio Internacional do **Trench Rossi Watanabe**, é importante ter clareza sobre o exato escopo da proposta em questão e o contexto político e econômico no qual ela está inserida. “A proposta tem como pano de fundo cenário econômico internacional que vem desafiando o desenvolvimento de ambos os países. De um lado, a Argentina enfrenta cenário de relevante crise econômica, caminhando para uma situação de estagnação, isto é, a combinação perversa entre a estagnação econômica e a inflação de preços. Somado a isso, a Argentina não dispõe de uma reserva relevante de divisas em moedas fortes como o Euro ou o Dólar e tende a ter sua dívida pública majorada com a depreciação histórica de sua moeda. O Brasil, por sua vez, tem perdido espaço nas exportações de produtos industrializados à Argentina, sobretudo, pela concorrência chinesa”, analisa.

Para ela, a adoção de moeda comum em tese poderia eventualmente promover maior integração econômica entre o Brasil e a Argentina, intensificando o comércio e investimentos entre os dois países, com potencial para a conformação de bloco econômico mais competitivo e dotado de maior poder de barganha para inserção nas cadeias globais de valor. “Dentre os benefícios associados a tal esforço bilateral, pode-se citar eventual simplificação do pagamento de transações comerciais entre os dois países; menor dependência em relação a reservas em dólar para o comércio internacional; eliminação/redução de riscos cambiais; e redução dos custos de transação”, diz.



ANDREA CRUZ



FRANCISCO NICLÓS NEGRÃO

DESAFIOS

A proposta de uma nova moeda já havia sido mencionada antes, mas nunca foi adiante. O projeto de agora ainda está em fase de análise e estudos, sem data para ser implementado.

Francisco Niclós Negrão, sócio de Trench Rossi Watanabe, colíder da prática de Antitruste e Comércio Internacional, destaca que os desafios que precisam ser enfrentados não são triviais, em especial quando se considera que se trata de países com perfis bastante distintos, apesar de pertencentes à mesma união aduaneira (o Mercosul).

Do ponto de vista econômico, uma moeda única (e não comum) usualmente exige um esforço institucional tremendo, contemplando importante aproximação de taxa de juros, inflação, política fiscal, política cambial e monetária, o que pode envolver impasses relacionados à autonomia e soberania nacional. Já uma moeda comum, objeto da declaração dos países, embora exija esforço

institucional relativamente menor, demandaria a criação de um mecanismo de compensação do comércio entre os dois países que não fosse baseado em outras moedas internacionais como o Dólar. “Da perspectiva jurídica, a criação de moeda comum precisaria estar amparada por um novo e detalhado arcabouço normativo, além de potencialmente demandar a eventual instituição de órgãos supranacionais de controle e monitoramento efetivos”, pondera.

Trata-se, evidentemente, de plano audacioso e de longo prazo, que certamente demandaria planejamento, recursos e empenho institucional importantes, sendo que o primeiro passo é justamente uma análise detida e cuidadosa do projeto, algo que será iniciado pelos países. Ponto central será a análise concreta dos custos e benefícios envolvidos, pois oscilações do câmbio das moedas podem afetar o preço de referência de forma importante. O peso argentino, como bem se sabe, tem passado por importantes instabilidades, e tal cenário gera risco que deverá ser arcado financeiramente pelo sistema e pelas partes.

Para **Vera Kanas**, sócia da área de Comércio Internacional do TozziniFreire, a implementação dessa moeda comum, porém, enfrenta uma série de desafios, inclusive jurídicos, a depender da estrutura que será desenhada e do grau de obrigatoriedade da “sur” nos pagamentos entre contrapartes brasileira e argentina. “Mesmo que a “sur” seja facultativa, não está claro em que medida a adesão a essa moeda ocorrerá, porque Brasil e Argentina têm realidades macroeconômicas muito diferentes, e a Argentina tem falta de divisas e questões cambiais muito relevantes. O peso argentino é muito desvalorizado em relação ao dólar, e o país adota uma série de cotações da moeda que geram instabilidade no comércio internacional. Ademais, tradicionalmente, o povo argentino é muito apegado ao dólar, o que pode afastá-lo da ideia de aderir a uma nova moeda nas relações com o Brasil. O Brasil, por sua vez, pode ser impactado pela volatilidade do câmbio argentino, que acabará por abalar a credibilidade da “sur” e fazer com que as empresas brasileiras continuem a optar pelo estável dólar”, compara.

A análise do sócio de Comércio Internacional e Concorrência do Azevedo Sette, **Lucas**



VERA KANAS

Mandelbaum Bianchini, com contribuição do sócio de Comércio Internacional e Concorrência, Luiz Eduardo Salles e do estagiário da área, Pedro Martins Zuffo é reservada. Ele lembra que o dólar é a principal referência para conversão de moedas nas transações de comércio internacional, o que gera a dependência por reservas internacionais da moeda. “O Brasil não costuma enfrentar problemas em operações de importação pois possui reservas relevantes em dólares. A Argentina, por sua vez, enfrenta escassez em suas reservas que, muitas vezes, prejudicam ou até impedem a realização de transações internacionais. Nesse sentido, a utilização de uma moeda comum, que não dependeria da existência de divisas em dólar, pode estimular as operações de comércio regional entre os países”, considera. Claro que ainda há que se estabelecer como seriam as regras de conversão entre o Sur e as moedas nacionais. Bianchini acrescenta que a pandemia e os conflitos internacionais reforçaram a necessidade de estimular o comércio regional e diminuir os riscos logísticos da operação (near-shoring). “A Argentina sempre



LUCAS MANDELBAUM BIANCHINI

foi um parceiro comercial importante do Brasil, tendo o Brasil como principal país de suas importações até 2018. A adoção de uma divisa comum nas transações comerciais entre os países teria como objetivo facilitar este intercâmbio entre os países. A realização de transações de comércio internacional sem uma moeda intermediária pode também reduzir os custos de transação de empresas ao eliminar a necessidade de compra ou venda de dólares”.

BARREIRAS GEOECONÔMICAS

Na análise de **Fábio Braga**, sócio da área de Bancário e Financeiro do Demarest, não seria possível se esperar que o uso de uma nova unidade de medida monetária fosse suficiente para ensejar o barateamento de custos nas operações comerciais transnacionais na região do Cone Sul ou mesmo o incremento do volume de trocas. “Muito antes de se pensar em instituir a emissão de uma nova moeda comum, seria necessário que houvesse na região (e não apenas entre Brasil e Argentina) o estabelecimento de uma política de livre comércio que fosse minimamente factível”, pondera.

Ele confirma o que lembram diversos economistas, que citam até mesmo a experiência do padrão monetário europeu, a criação de uma moeda comum é o resultado final em um processo de integração econômica que vai, aos poucos, tornando menos assimétricas as relações comerciais dentro da própria região geoeconômica. “Mas, isso é um fenômeno que ainda se encontra muito distante sequer da cambiante experiência do Mercosur”, destaca.

Sendo assim, Braga diz considerar que um dos maiores entraves que se pode esperar nesse contexto, do ponto de vista jurídico, diz respeito aos efeitos da fortíssima pressão inflacionária que atinge a economia argentina. “Ainda que haja preocupações no Brasil em torno do mesmo fenômeno inflacionário, a discrepância está presente na avaliação comparativa entre as duas economias. E isso poderia acabar se refletindo de modo adverso no contexto das relações contratuais, que teriam que se adaptar a um único padrão monetário por imposição do uso da nova moeda nas operações de comércio exterior”, julga.

PATRICIA ALVES



Braga ainda compara os cenários: “Tanto quanto já experimentamos aqui, na Argentina a intervenção estatal nas relações contratuais é uma tônica. Nessa dimensão, não poderíamos descartar o risco de que isso viesse a ocorrer quer em razão de atos judiciais interventivos com o objetivo de buscar equalizações econômicas entre os contratantes ou mesmo como manifestação de política monetária que pretendesse adotar o governo argentino. Consequência desse histórico de instabilidade econômica com reflexos jurídicos seria a introdução de um grave elemento de incerteza de manutenção de padrões contratados nas operações transfronteiriças”, deduz.

O sócio do Demarest ainda levanta um questionamento sobre de que modo seria possível se atribuir a uma nova moeda comum a característica de meio de pagamento e de reserva de valor, sem que seja possível o estabelecimento de uma referência monetária estável diante da grande assimetria do peso argentino frente ao real?

Em abril de 2022, nosso atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aludiu à ideia de que tal emissão ficasse a cargo de um imaginado Banco Central para a América do Sul, para cuja capitalização contribuíssem cada um dos países-membro. Porém, nos parece que novamente a assimetria econômica entre os dois países ofereceria ainda maior complexidade para a consolidação da nova moeda como elemento monetário dotado da capacidade para a liberação de obrigações entre partes contratantes no cenário do comércio internacional Brasil-Argentina. ■



FINANCECOMMUNITY

The 100% digital information tool
dedicated to the financial market players in Spain



DIGITAL NEWS

MARKET TRENDS

FINANCIAL ADVISORS

MOVES



Follow us on



www.financecommunity.es



Expert Opinion

Podcast IBL 

The appointment where the most important law professionals will discuss the latest legal trends, tips and tools in the Iberian context

**YOUR SPACE,
YOUR VOICE.**



Melhores firmas 2022

Com informações coletadas da TTR Data*, o The Latin American Lawyer apresenta o ranking dos escritórios em transações de M&A, Private Equity, Venture Capital and Asset Acquisitions por valor e por número de transações.

por amanda medeiros

Durante o ano, os escritórios reportam ao à TTR Data (anteriormente Transactional Track Record) as transações que realizam em suas respectivas práticas. A plataforma registra mês a mês as operações e fornece relatórios periódicos sobre o desempenho das firmas.

Graças a esses relatórios, apresentamos os rankings dos escritórios que tiveram mais sucesso em termos de transações de M&A, Private Equity, Venture Capital and Asset Acquisitions.

Por valor, na ordem de classificação, são eles: Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, Demarest Advogados, BMA – Barbosa Müssnich Aragão, Pinheiro Neto Advogados, Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, Lefosse, Tauil & Chequer Advogados Associado a Mayer Brown, TozziniFreire Advogados, Trindade Sociedade de Advogados e Madrona Advogados.

RANKING TTR 2022 - ASSESSORES JURÍDICOS POR VALOR DE TRANSAÇÕES*

M&A, PRIVATE EQUITY, VENTURE CAPITAL AND ASSET ACQUISITIONS

POSIÇÃO	ESCRITÓRIO	VALOR/ MILHÕES
1	Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados	59.372,05
2	Demarest Advogados	43.790,97
3	BMA – Barbosa Müssnich Aragão	42.408,37
4	Pinheiro Neto Advogados	38.287,01
5	Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados	35.706,50
6	Lefosse	33.988,48
7	Tauil & Chequer Advogados Associado a Mayer Brown	33.145,08
8	TozziniFreire Advogados	26.285,26
9	Trindade Sociedade de Advogados	16.450,15
10	Madrone Advogados	15.037,95

No ranking geral por número de transações, na ordem de classificação, são estão: Bronstein Zilberberg Chueiri & Potenza Advogados, FM/ Derraik Advogados, Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, TozziniFreire

Advogados, Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, Lefosse, Demarest Advogados, Pinheiro Neto Advogados, Madrona Advogados e Cescon, Barriue Flesch & Barreto Advogados.

RANKING TTR 2022 - ASSESSORES JURÍDICOS POR NÚMERO DE TRANSAÇÕES*

M&A, PRIVATE EQUITY, VENTURE CAPITAL AND ASSET ACQUISITIONS

POSIÇÃO	ESCRITÓRIO	N.º DE TRANSAÇÕES
1	Bronstein Zilberberg Chueiri & Potenza Advogados	106
2	FM/Derraik Advogados	106
3	Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados	76
4	TozziniFreire Advogados	74
5	Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados	60
6	Lefosse	60
7	Demarest Advogados	54
8	Pinheiro Neto Advogados	54
9	Madrone Advogados	40
10	Cescon, Barriue Flesch & Barreto Advogados	40

Os relatórios completos e detalhados, podem ser consultados no site do TTR Data. De acordo com o relatório anual da plataforma, entre janeiro a dezembro de 2022, foram registradas 2.387 transações que movimentaram R\$ 291,72 bilhões. Esse volume apresenta queda de 12% em relação ao ano de 2021.

DESTAQUE

O escritório Mattos Filho ficou em primeiro lugar no ranking de assessores jurídicos por valor de transações, com total de R\$ 59.372,05 bilhões e na terceira posição no ranking por número de operações, com 76



RODRIGO FIGUEIREDO NASCIMENTO

atividades reportadas.

Rodrigo Figueiredo Nascimento, sócio da área de Societário/M&A do Mattos Filho considera que o destaque no ranking demonstra a capacidade de entrega do escritório e sua expertise. Diante dos resultados obtidos em 2022, as expectativas dele para este ano são boas. “O mercado de M&A brasileiro é sólido e gera oportunidades em qualquer conjuntura. Certamente um clima de segurança jurídica gera mais oportunidades. Esperamos continuar com um nível importante de operações em 2023”,



JEAN MARCEL ARAKAWA

diz.

É o que também espera **Jean Marcel Arakawa**, sócio das áreas de Mercado de Capitais, Societário/M&A e Venture Capital do Mattos Filho. “O mercado de capitais brasileiro está inserido no ambiente global de aumento de taxas de juros e, portanto, esperamos para este ano muito trabalho em reestruturações financeiras e novas emissões de títulos de dívida. Com maior clareza sobre o grau de alinhamento entre as políticas macroeconômica e fiscal no Brasil, esperamos uma retomada das emissões de ações, começando por follow-ons e posteriormente com IPOs”.

REFERÊNCIA

O TozziniFreire, também é um dos escritórios que tem se mantido entre os Top 10 melhores escritórios de acordo com os dados do TTR Data. **João Busin e Marcela Waksman Ejnisman**, sócios da área de M&A do escritório comentam que valorizam muito o TTR como fonte de informação e referência, seja para o mercado ou para os seus clientes. “Para nós, é uma enorme satisfação fazermos parte da construção de um ecossistema com referências mais precisas e aderentes à realidade do nosso mercado, como vem sendo coordenado pelo TTR nos últimos anos”,



JOÃO BUSIN

reforçam.

Para 2023, os sócios estão com boas perspectivas, especialmente a partir do segundo trimestre do ano, quando, ao ver deles, o mercado já deverá ter, de certa forma, se ajustado ao cenário macro trazido pelo novo Governo, com boa parte dos players tendo a clareza necessária para implementar suas estratégias durante o ano. A equipe de TozziniFreire está cautelosa e otimista. “Se de um lado o novo Governo tem trazido algumas novidades não tão desejadas para a gestão econômica de curto e médio prazo, de outro já vem apresentando iniciativas importantes que certamente trarão impactos positivos para a economia no longo prazo, como na agenda relativa ao meio ambiente, e, ainda, em reformas que podem trazer avanços significativos para a inclusão social e maior diversidade. Quanto à nossa posição em relação aos demais players de mercado, temos boas expectativas de crescimento, considerando a amostragem que já tivemos nos primeiros meses do ano, com um aumento no número de transações já concluídas em que atuamos e o estoque de mandatos já contratados para os próximos meses em comparação com o mesmo período no ano passado”, confirmam.

Além da cautela, João Busin e Marcela Waksman Ejnisman dizem perceber também uma preocupação importante com a recessão em mercados desenvolvidos, como Estados Unidos,



MARCELA WAKSMAN EJNISMAN

por exemplo, o que pode trazer relevantes desafios para alguns mercados em termos de captação de recursos, especialmente nos setores de investimentos alternativos, tecnologia e infraestrutura, já que a tendência é que os investidores se tornem mais seletivos na alocação de recursos nesses setores específicos. “Por outro lado, há uma expectativa de que, com a recessão, players desses mercados passem a avaliar com mais entusiasmo ativos que tenham sua operação em jurisdições emergentes, como é o caso do Brasil, tendo em vista a relação risco/retorno”, ponderam.



ARTHUR PENTEADO

EXPECTATIVAS

Arthur Penteado, co-head da área de M&A e Private Equity do Machado Meyer Advogados, que ocupa o quinto lugar em ambos rankings aqui mencionados, conta que o escritório também usa a plataforma TTR Data como uma ferramenta de acompanhamento do mercado em geral e da própria performance de seus profissionais.

Para ele, as expectativas são positivas para o mercado nacional de operações de M&A em 2023. “Conjunturalmente, o Brasil está muito bem-posicionado no mercado global, destacando-se positivamente entre os países em desenvolvimento que costumam atrair maior atenção dos investidores globais. Internamente, a quase paralisação do mercado doméstico de crédito em razão dos altos juros ao lado dos desafios impostos por crises pontuais, poderá fazer com que muitas empresas sofram uma crise de liquidez, o que tende a aumentar o número de aquisições oportunísticas por parte dos players mais capitalizados e com nível de liquidez mais saudável”, analisa.

Gustavo Rugani, sócio da área de Mercado



GUSTAVO RUGANI

de Capitais do Machado Meyer Advogados pontua que 2023 ainda será um ano desafiador no que diz respeito a operações de equity (IPOs principalmente). “Apesar de tudo, o escritório segue bastante ativo e além da execução das operações de dívidas que estão em curso, tem sido contactado e contratado para processos de preparação para IPOs visando janelas futuras, o que é ótimo para as companhias poderem amadurecer as alterações necessárias com mais tempo”, assegura.

O sócio ainda analisou o cenário deste ano para outras áreas: “Para o mercado de equity, a SELIC nos elevados patamares atuais atua como um importante elemento dificultador do acesso ao mercado pelas empresas. Dessa forma, é possível que as operações de dívida possam suprir as necessidades mais urgentes de capital para investimentos até que uma janela de mercado se abra. Para o mercado de fundos, a maior flexibilidade do novo regime deve resultar em uma intensificação de produtos mais estruturados que façam uso das novas permissões regulatórias”.

CONFIANÇA

Segundo **José Diaz**, sócio das áreas de Fusões e Aquisições e Comércio Internacional e Aduaneiro do Demarest, escritório que aparece em segundo lugar na classificação por valor de transações do TTR Data, a plataforma também é uma ferramenta para avaliar o mercado jurídico, mas para 2023, Diaz diz considerar muito cedo para ter expectativas. “Não há clareza externamente se teremos uma retomada em 2023. Há alguns sinais positivos de retomada nos Estados Unidos, mas ainda tímidos, e na Europa o cenário continua de incerteza, agravado pela continuidade do conflito entre a Rússia e a Ucrânia que já ultrapassa os 12 meses e provavelmente entrará numa nova fase. Do ponto de vista interno, o novo governo ainda busca dar sinais mais claros de como pretende conduzir a economia, para que isso reforce uma redução da taxa de juros, o que permitiria uma retomada de investimentos diretos em áreas que são necessárias para o desenvolvimento do país”, explana. Sendo assim, o sócio do Demarest pontua que o principal desafio deste ano é que o governo consiga rapidamente transmitir confiança para os agentes econômicos retomarem seus investimentos. Sob esse ponto de vista, o controle da inflação, a



JOSÉ DIAZ

responsabilidade com os gastos públicos e a taxa de juros serão os principais pontos que vão direcionar a velocidade de uma retomada mais forte do volume de investimentos e, por consequência, das operações de fusões e aquisições. “Em se mantendo as incertezas nesse campo econômico, poderíamos voltar a um período de recessão com uma nova redução do volume de operações de M&A, tal como experimentada em 2022, na ordem de 20%”, presume.

**Esta classificação foi gerada com base em todas as transações registradas no TTR (TTRRecord.com) de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022. Os rankings não incluem aquisições/vendas de ativos e transações de joint venture e incluem apenas transações nas quais pelo menos uma parte na transação é baseada no país para o qual a classificação é gerada. As classificações de M&A incluem transações de qualquer tamanho de participação, desde que o valor da transação seja pelo menos: EUR 1 milhão para transações informadas em EUR; USD 1 milhão para transações informadas em USD; GBP 1 milhão para transações informadas em GBP; e BRL 5 milhões para transações informadas em BRL. Tabelas de liga exclusivamente para transações de private equity e/ou capital de risco não têm*

restrições quanto ao valor da transação ou participação adquirida/vendida. Em caso de empate, aplicam-se os seguintes critérios: para um empate entre dois assessores com o mesmo volume de transação (número de transações), prevalece o assessor com maior valor de transação; para um empate entre dois assessores com o mesmo valor de negócio, prevalece o assessor com o maior volume de negócios. Em caso de empate entre dois assessores com o mesmo volume e valor de transação, os assessores compartilham uma classificação e são listados em ordem alfabética. Para transações nas quais o mesmo consultor representa tanto o comprador quanto o alvo ou vendedor, o negócio é creditado apenas uma vez como mandato de consultoria no lado da compra. As classificações do lado da venda incluem mandatos consultivos para as metas e vendedores.

Todas as transações e dados financeiros estão disponíveis em www.ttrdata.com.



Segmento tem potencial para movimentar mais de R\$ 7 bi ao ano com negócios de licenciamento de marcas e desenvolvimento de tecnologia, como uso de inteligência artificial

“Regras do jogo” podem gerar ainda mais lucro ao mercado de apostas esportivas

por monique guzzo, tatiana campello e camila garcindo dayrell garrote

O Demarest Advogados lançou recentemente um manual sobre a regulamentação de jogos e apostas no Brasil. Objetivo é analisar o que de fato é legal ou não no país, identificar a atual legislação e as novas regras em discussão no segmento.

As advogadas que coordenaram o trabalho no Demarest: **Monique Guzzo**, advogada das áreas de Regulatório & Direito Público; **Tatiana Campello e Camila Garcindo Dayrell Garrote** são sócia e advogada, respectivamente, das áreas de Propriedade Intelectual, Tecnologia e Inovação | Privacidade, Tecnologia e Cibersegurança do escritório, prepararam um artigo para o *The Latin American Lawyer*, com mais informações sobre o tema.

Entre 2018, ano em que foi sancionada a [Lei nº. 13.756](#) (Lei das Apostas Esportivas) e 2020, o mercado de apostas esportivas online no país cresceu de R\$ 2 bilhões para R\$ 7 bilhões. E a previsão é de o segmento movimentar de R\$ 7 bilhões a 10 bilhões por ano, segundo estimativas do setor. Números esses que podem ser ainda maiores, com a possibilidade de relevante arrecadação pelo governo, se publicada uma regulamentação específica, sustentável, segura e capaz de atrair empresas nacionais e estrangeiras a explorarem e constituírem empresas de apostas no Brasil.

A lei criou a modalidade lotérica, denominada “apostas de quota fixa”, que foi caracterizada como um serviço público exclusivo da União e poderá ser explorado comercialmente em todo o país. A modalidade consiste em um sistema de apostas relativo a eventos reais de temática esportiva – no momento de efetivação do jogo é definido quanto o apostador pode ganhar se acertar o prognóstico.

A despeito da lei estabelecer que esse seria um serviço exclusivo da União, em recente

entendimento do [Superior Tribunal Federal](#) foi decidido que a União não detém o monopólio na exploração de loterias, embora tenha a competência privativa para legislar sobre a matéria. Os governos estaduais também podem explorar atividades lotéricas, desde que sigam as normas federais.

Por ser um serviço público, a loteria de apostas de quota fixa deverá ser autorizada ou concedida pelo Ministério da Economia (ME) e explorada, exclusivamente, em ambiente concorrencial, com a possibilidade de ser comercializada em quaisquer canais de distribuição comercial – físicos e virtuais.

A Lei nº. 13.756 prevê que o ministério regulamentará a exploração das apostas esportivas no prazo de até dois anos, prorrogável por até igual período, a contar da publicação da lei no Diário Oficial da União, em 13/12/2018. Apesar da alta expectativa, o prazo inicial de dois anos se encerrou e a regulamentação ainda não foi publicada. Não se sabe a causa dessa omissão. Provavelmente, a mudança de governo contribuiu para o atraso na aprovação do texto final.

No [site](#) do ministério há evidências sobre o procedimento de consulta pública (em 2019), coordenado pela Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria, para colher subsídios para regular as apostas esportivas de quota fixa. O ME já declarou que a nova regulamentação terá como principais objetivos:

- estabelecer um modelo regulatório alinhado às melhores práticas mundiais e que propicie um ambiente concorrencial para o setor de loterias;
- contemplar as questões essenciais à futura operação do serviço público, com a adoção de modernas práticas de segurança, integridade, *accountability*, responsabilidade social corporativa, prevenção a fraudes e à lavagem de dinheiro.

QUAIS SÃO OS JOGOS E APOSTAS PERMITIDOS E PROIBIDOS?

Modalidade de jogo/apostas	Legal ou ilegal?	Existe regulamentação (ainda que pendente)?
 Jogos de Azar ⁴	Ilegal (Lei das Contravenções Penais, art. 50)	PL nº 442/1991 PLS nº 2648/2019 PLS nº 4495/2020 PLS nº 186/2014
 Bingo	Legal (Desde que atenda às exigências legais)	Lei nº 9.981/2000
 Poker	Legal	PL nº 442/1991
 Apostas em corrida de cavalos	Legal (Desde que atenda às exigências legais e somente em hipódromos autorizados ⁵)	Lei nº 7.291/84 Decreto nº 96.993/88
 Apostas de quota fixa (apostas esportivas)	Legal (Pendente de regulamentação para ser devidamente explorada)	Lei nº 13.756/18, também conhecida como a “Lei das Apostas Esportivas”
 Jogos Eletrônicos	Legal (Desde que não sejam jogos de azar, como máquinas de caça-níquel)	PL nº 2796/2021

4. A Lei das Contravenções Penais considera jogo de azar como: (i) o jogo em que o ganho e a perda dependem exclusiva ou principalmente da sorte; (ii) as apostas sobre corrida de cavalos fora de hipódromo ou de local onde sejam autorizadas; (iii) as apostas sobre qualquer outra competição esportiva.

Modalidade de jogo/apostas	Legal ou ilegal?	Existe regulamentação (ainda que pendente)?
 Jogo do Bicho	Ilegal (Lei das Contravenções Penais, art. 50)	PL nº 442/1991 PLS nº 186/2014
 Loteria	Legal (Serviço público – Monopólio da Caixa Econômica Federal/ União – discussões no judiciário para exploração no âmbito estadual)	Decreto Lei nº 204/67 Lei nº 13.756/18 Decreto nº 6.259/44
 Cassino	Ilegal (Lei das Contravenções Penais, art. 50)	PL nº 442/1991 PLS nº 2648/2019 PLS nº 4495/2020 PLS nº 186/2014
 Apostas sobre qualquer outra competição esportiva	Ilegal (Lei das Contravenções Penais, art. 50)	É considerado um jogo de azar

5. São possíveis as captações de apostas por meios virtuais, desde que por canais oficiais e operados diretamente pelos hipódromos autorizados, com sistemas auditáveis de controle, nos termos do parecer do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (“MAPA”).

Apesar da falta de regulamentação e da insegurança jurídica em constituir casas de apostas esportivas no país, o setor tem crescido ano após ano, e as projeções são notáveis. Isso porque a atividade vem sendo explorada por empresas com sede no exterior e em jurisdições onde esse tipo de aposta já foi legalizada e/ou regulamentada. Então, os apostadores brasileiros firmam negócios jurídicos **regidos pela legislação do país onde estão sediadas as casas de apostas**. Todo o lucro dessas casas nem chega aos cofres públicos, tendo em vista a impossibilidade de cobrança de impostos de empresas com sede (apenas) no exterior. E a atividade acaba não sendo fiscalizada por autoridades brasileiras.

A falta de regulamentação, a inércia e a omissão do governo em estabelecer um modelo regulatório estável, sério e dotado de segurança

jurídica e econômica acaba prejudicando não só os apostadores brasileiros, incapazes de fazer valer ou cobrar seus direitos em cortes do país, como a população em geral, que poderia se beneficiar da aplicação da arrecadação de impostos dessa atividade em áreas que precisam urgentemente de recursos – educação, saúde, seguridade social etc.

Um efeito secundário de perda de receita da falta de regras desses jogos recai sobre as infinitas oportunidades de licenciamento de marcas ou até mesmo de tecnologia, incluindo o desenvolvimento e uso de inteligência artificial. Quantos recursos não foram perdidos até agora. Com a regulamentação do setor, boas práticas relacionadas à propriedade intelectual serão efetivamente instauradas, preservando assim direitos autorais, marcários, patentários, gerando novos negócios a partir de tais ativos intangíveis.



Monique Guzzo é advogada do Demarest desde novembro de 2021, onde atua principalmente com foco nas áreas de Regulatório & Direito Público. Tem experiência ainda nas áreas de Life & Science, Healthcare e Educação do escritório. No setor jurídico, com foco em Direito Público e Regulação, atua desde 2008. É formada em Direito pela FAAP (Fundação Armando Alvares Penteado) e pós-graduada em Direito Administrativo pela FGV (Fundação Getulio Vargas). Tem ainda curso de Extensão - O Setor de Energia Elétrica: Aspectos Físicos e Regulamentação – na ABCE (Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica). 



Tatiana Campello é sócia das áreas de Propriedade Intelectual (PI), Inovação e Tecnologia e Privacidade de Dados e Cibersegurança do Demarest. Possui especialização em Direito Empresarial pela PUC-SP e bacharelado em Direito pelas Faculdades Integradas Cândido Mendes, do RJ. Tem vasta experiência no uso da PI como um instrumento de negócios para as empresas em diferentes ramos de atividades, assessorando, ainda, seus clientes nos atuais temas relacionados a proteção de dados e privacidade, inclusive na implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Participa de diversas associações nacionais e internacionais, e é professora e palestrante sobre temas relacionados as suas áreas de atuação.

Entre as associações é:

- Secretária da Sociedade da Licensing Executives Society International (LESI) (2022-2023)
- 2ª Vice-presidente (2022-2023) da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)
- Chair do Data Privacy Group do Lex Mundi 



Camila Garcindo Dayrell Garrote é advogada sênior do Demarest Advogados na Área de Propriedade Intelectual, Inovação & Tecnologia e Entretenimento, coordenando a área de Propriedade Intelectual, com foco, especialmente, em marcas e patentes, contratos de licenciamento, estratégias de negócios, entretenimento, influenciadores, contratos de jogos e novas tecnologias. Assessoro empresas no âmbito de operações de M&A sob a vertente IP. Ela atua no escritório desde novembro de 2014, é formada em Direito pelo Ibmec e pós-graduada em Propriedade Intelectual pela PUC-Rio. Atua como membro da ABPI, do Comitê Pro Bono do INTA (International Trademark Association), do Comitê de Direitos Autorais, Publicidade e Entretenimento da ASPI (Associação

Paulista da Propriedade Intelectual) e do Grupo de Especialidades ELA (Employment Law Alliance) - Propriedade Intelectual. 

Demarest Advogados é um escritório *full service* de advocacia do Brasil e está entre os maiores da América Latina.

Com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Nova York, o Demarest atende mais de 2.000 clientes do mundo todo, com 600 colaboradores, dos quais 400 são do jurídico.

Atualmente 77 sócios atuam em 22 áreas do Direito Empresarial em importantes transações nacionais e internacionais, e atividades de destaque relacionadas a fusões e aquisições, tributário, contencioso, bancário e financeiro, infraestrutura, compliance, trabalhista, ESG, entre outras áreas, que contribuem para atrair investimentos e impulsionar o desenvolvimento do país.

O Demarest mantém ainda forte relacionamento com escritórios independentes no mundo todo e é o único brasileiro membro da Lex Mundi, a principal associação mundial do setor, com presença em mais de 100 países. 

No campo marcário, por exemplo, é possível notar que o INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) já adota em sua classificação de produtos e serviços a indicação de produtos relacionados diretamente a [jogos de apostas](#). Ou seja, já existe a possibilidade de o titular de uma marca desta natureza protegê-la para identificar produtos e serviços como: fichas, máquinas de jogo, serviços de jogos de apostas ou até mesmo provimento de instalações para cassino.

Até pouco tempo, qualquer pedido de registro com menção a tais itens em sua especificação de produto ou serviço sofreria exigência do INPI de esclarecimentos sobre itens como "*instalações de casino (fornecimento de -)*", uma vez que seria considerado ilícito pela lei brasileira, requerendo que o titular do pedido substituisse por itens/descrições compatíveis com a classe reivindicada e que não se enquadrassem nessa condição. Essa possibilidade é um importante passo no caminho de incentivo a adoção de políticas de P.I. em empresas do segmento de jogos de aposta. Uma marca registrada ou uma tecnologia protegida representam a possibilidade de não só inovar no segmento e ser pioneiro em determinado nicho, mas também de gerar receita com o recebimento de royalties por meio de licenças.

Outro aspecto relevante é a privacidade e a proteção de dados pessoais dos jogadores ou apostadores. No Brasil, a Lei Geral de Proteção de

Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18 ou LGPD) entrou em vigor em 2020 e trouxe regras aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

É fundamental as empresas que operam no setor tratem os dados pessoais que tiverem acesso no âmbito dos seus negócios de forma mais eficaz e transparente, preservando a confiança de jogadores e apostadores.

A coleta de dados transparente e bem-feita permite o desenvolvimento de uma cadeia mais atrativa aos apostadores e jogadores, dado que através dela é possível que a empresa personalize cada vez mais sua experiência de usuário, considerando informações como gostos e preferências a certos tipos de jogos.

É fundamental que a regulamentação do tratamento de dados siga as diretrizes da LGPD para que haja a possibilidade de crescimento efetiva do setor, evitando assim autuações pela ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) e vazamento de dados.

O mercado de apostas esportivas no Brasil pode ser, de fato, ainda mais lucrativo se regulamentado. Afinal, as regras trazem a segurança jurídica do negócio e, por consequência, o convite a grandes *players* para entrar no mercado nacional. A regulamentação, portanto, é urgente para se promover o crescimento adequado, controlado e orgânico deste setor que já é uma realidade e que por si só já é tão aquecido e promissor. 

Expert Opinion



YOUR SPACE, YOUR ARTICLE.

For information:
info@iberianlegalgroup.com



50 MELHORES MULHERES NO SETOR JURÍDICO IBÉRICO

O InspiraLaw, na sua sétima edição deste ano, apresenta as melhores advogadas e in-houses na Espanha e Portugal.

Essas mulheres inspiradoras se distinguiram como a elite. Nos últimos anos, tem sido uma das tarefas mais difíceis que a equipe editorial da Iberian Lawyer enfrenta. Recebemos centenas de propostas. Somos verdadeiramente gratos a todos que dedicaram um tempo para nos enviar suas indicações. Os critérios variaram de selecionar mulheres em papéis de liderança proeminentes, aquelas que genuinamente inspiraram colegas e clientes e, o mais importante, talvez, mulheres que causaram impacto em suas respectivas entidades liderando iniciativas. Era praticamente impossível reduzir a lista a apenas cinquenta, e reconhecemos que há nomes que mereciam estar aqui também. Todos os nomeados são vencedores aos nossos olhos.



PATRÍCIA AFONSO FONSECA

Diretora de Assuntos Jurídicos / NOVOBANCO

Patrícia Fonseca é responsável jurídica no Novo Banco, instituição financeira criada em 2014 pelo Banco de Portugal para resgatar ativos e passivos do Banco Espírito Santo. Profissional jurídica interna com profunda experiência nos mercados de capitais e de dívida, bem como um vasto conhecimento de valores mobiliários derivados e regulamentos bancários, Fonseca tem sido recomendada pelos seus esforços na gestão de transações transfronteiriças, como a recente venda de um grande banco de investimento português a um investidor chinês por aproximadamente 378 milhões de euros. Antes de seu trabalho no setor jurídico interno, Fonseca atuou como associada de finanças corporativas na Linklaters, especializada em fusões e aquisições, reestruturação societária de private equity e transações societárias. Fonseca tem recebido vários prêmios, como o prêmio Iberian Lawyer 2022 de advogado interno do ano em Banca & Finanças.



MARTA AFONSO PEREIRA

sócia / Linklaters Portugal

Marta Afonso Pereira é Chefe de Emprego no escritório de Lisboa, tendo acumulado a sua experiência tanto no trabalho como no contencioso. Também fornece consultoria estratégica de conformidade. Assessora clientes portugueses e internacionais em questões de direito do trabalho e da segurança social, incluindo benefícios de pessoal, negociação coletiva de trabalho e outros representantes dos trabalhadores, reestruturação de empresas, pós-estruturação e transferência de pessoal, processos disciplinares e contratação e despedimento de executivos, bem como no contencioso laboral. Para além do trabalho consultivo, Marta tem desempenhado um papel de liderança nas iniciativas de Diversidade e Inclusão (D&I) e liderança feminina do escritório, tanto em Portugal como a nível mundial. A Advogada Ibérica distingue-a como uma das 50 mulheres mais inspiradoras do setor jurídico.



INÊS ALBUQUERQUE E CASTRO

Socio / Eversheds Sutherland FCB

Inês Albuquerque e Castro é sócia de capital do Eversheds Sutherland FCB, tendo ingressado no então denominado FCB Advogados em 2015, como coordenadora associada da área laboral. Em 2017, tornou-se sócia. Os seus mais de 20 anos de experiência na área laboral e da Segurança Social e a sua abordagem prática permitem-lhe ser uma verdadeira aliada dos clientes e mentora para as novas gerações de advogados. Enês tem tido um trabalho ilustre, tendo trabalhado na Miranda e VdA. Albuquerque e Castro assessora regularmente os departamentos jurídicos e/ou de RH de várias empresas nacionais e internacionais de diferentes setores e participou na elaboração, elaboração e publicação do Código do Trabalho de 2003. Participa também, regularmente, como orador, de conferências, seminários e workshops na área do Direito do Trabalho e da Segurança Social. É responsável pela prática de trabalho na Eversheds para Portugal, Angola e Moçambique.

YOLANDA AZANZA

Sócia / Clifford Chance

A Yolanda Azanza é especializada em todos os aspectos dos mercados de capitais de dívida e ações, representando emissores e subscritores em transações transfronteiriças, incluindo IPOs, ofertas secundárias e transações em bloco, títulos conversíveis e trocáveis, programas de notas de médio prazo, capital regulatório, títulos cobertos e instrumentos híbridos. Azanza é advogada da Universidade de Navarra e tem uma vasta experiência em direito internacional, arbitragem internacional e assessoria jurídica. Ela ingressou na Clifford Chance em 1996 e é sócia do escritório de advocacia desde 2008. Foi nomeada para o Iberian Lawyer Award 2019 entre as 50 mulheres mais influentes do mercado jurídico em Espanha e Portugal.



RAQUEL AZEVEDO

sócia / PLMJ

Raquel é sócia nas práticas de Banca e Finanças e Mercado de Capitais. Em seus mais de 15 anos de experiência, se concentrou em transações de mercado de capitais, incluindo IPOs, IPOs e ofertas públicas de aquisição, governança corporativa de empresas listadas, aquisições por fundos de private equity, empresas listadas e empresas do setor financeiro e privatizações. Raquel completou uma pós-graduação em direito bancário, de valores mobiliários e de seguros na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e tem um LL.M. em finanças e regulação de valores mobiliários pelo King's College London. Antes de ingressar em PLMJ, trabalhou em derivados de ações OTC no Dresdner Bank AG, em Londres, e como compliance officer na BPI Asset Management, BPI Pensions e BPI Life, bem como noutras sociedades de advogados. Raquel é membro do Instituto Português de Corporate Governance.



ANA SOFIA BATISTA

Sócia Co-Head de Socirate/M&A/ Private Equity / Abreu Advogados

Ana Sofia Batista é sócia da Abreu Advogados desde 2007. Como advogada, ela esteve envolvida em muitas transações de fusões e aquisições e também ajudou extensivamente em assuntos relacionados ao direito bancário e financeiro nacional e internacional. Além disso, Ana Sofia é também codiretora do Grupo de Private Equity. Escreveu vários artigos sobre Mercado de Capitais e Instrumentos Financeiros, tendo participado em vários Seminários e Conferências sobre estes temas e questões relacionadas. Como coordenadora do Mozambique Desk, tem participado em operações de investimento em Moçambique, prestando assessoria jurídica e fazendo a ligação com advogados locais na rede internacional da Abreu Advogados. Foi nomeada Presidente do Comité Jurídico e Regulador da Invest Europe, a associação europeia de capital de risco que representa as empresas dos setores de private equity, capital de risco e investimento em infraestruturas na Europa e os seus investidores, para o próximo mandato 2023-2024.





ANA BAYÓ BUSTA

Diretora Jurídica, Patentes e Compliance da Bayer Pharmaceuticals Iberia / Bayer Pharmaceuticals Iberia

Ana Bayó Busta é uma executiva apaixonada atualmente posicionada como Diretora de Compliance Jurídico e Ibérico nas Indústrias Farmacêutica e Alimentar com competências na realização de projetos, processos de transformação e gestão de equipes. Também especialista em governança, direito comercial, contencioso de patentes, direito internacional, direito da privacidade e compliance. Bayó Busta é mestre em Direito (LL.M.) com foco em Direito da Propriedade Intelectual pela London School of Economics and Political Science, U. of London. Ana Bayó Busta trabalha há 10 anos em diferentes escritórios de advogados, incluindo Garrigues, Clifford Chance e Gómez-Acebo & Pombo. Também participa ativamente de Associações Internacionais de Mulheres Executivas e Advogadas, Propriedade Intelectual, Antitruste, Compliance, Governança Corporativa, ESG e Sustentabilidade.



RUTH BREITENFELD

Vice-Presidente / CEPSA Portugal

Ruth Breitenfeld é Vice-Presidente da CEPSA Portugal desde 2015. Possui reconhecida experiência em gestão e coordenação, tanto internamente como com parceiros externos locais e internacionais. Foi incluída na revista Iberian Lawyer como uma das 50 melhores mulheres do setor jurídico em Espanha e Portugal. Além disso, Ruth Breitenfeld tem uma vasta experiência no setor de energia desde o início da década de 1990. Um dos seus primeiros cargos foi na BP Portugal, onde passou mais de 15 anos. Ingressou na CEPSA em 2006, passando quase uma década no escritório da empresa em Lisboa como conselheira geral antes de se mudar para a sede de Madrid.



NIEVES BRIZ

Sócio / Dentons

Nieves é sócia-gerente do escritório da Dentons em Barcelona, onde é responsável pelo design e desenvolvimento da estratégia de negócios da empresa no mercado catalão. Ela também é sócia do grupo de prática corporativa e de fusões e aquisições. Na Dentons, ela é membro do Comitê Global de Diversidade e Inclusão e do Comitê para o Avanço das Mulheres. Ela também é presidente do Fórum Internacional de Mulheres (IWF) na Espanha. É membro do Conselho Consultivo da SyC Women Legal Practice, do Conselho de Administração da ACG Barcelona, do Conselho Consultivo da ESADE Law School, bem como dos Conselhos Consultivos de várias empresas tecnológicas e industriais. Antes da Dentons, ela desenvolveu sua carreira profissional na Fieldfisher JAUSAS como sócia de M&A e Compliance, e trabalhou na EY Abogados por 25 anos, onde foi a primeira e mais jovem mulher a ser nomeada como sócia de capital internacional.

CRISTINA CASTRO VELA

Chefe do Departamento Jurídico Imobiliário e Comercial / AENA S.M.E. S.A.

Cristina Castro Vela é advogada especializada em assessoria em direito comercial. Possui vasta experiência em Governança Corporativa, Compliance (CESCOM / International Certified Compliance Professional), IP e Proteção de Dados. Além disso, Castro Vela tem anos de experiência no setor privado e público. É chefe do Departamento Jurídico Comercial e Imobiliário da Aena desde 2019 e, anteriormente, trabalhou como advogada e consultora corporativa da Loterías y Apuestas del Estado e também trabalhou como advogada corporativa na Deloitte Legal. Castro é licenciado em Direito pela Universidade de Vigo e mestre em Direito Internacional e Estudos Jurídicos pela ISDE Law and Business School. Durante 2017 e 2018 estudou segurança, dados e proteção de provas na IE Law School.



CLARA CERDÁN MOLINA

Conselheira Geral / Mulher no Mundo Jurídico

Clara Cerdán foi anteriormente Conselheira Geral e Secretária do Conselho de Administração do Grupo Ferroatlántica (Ferroglobe), cargo que ocupava desde 2014. Ela é co-fundadora e vice-presidente da Women in a Legal World. Antes de ingressar no Grupo Ferroatlántica, passou sete anos na Sacyr, onde foi responsável pelo departamento jurídico internacional. Do ponto de vista acadêmico, é professora de Direito Internacional dos Negócios na Universidade Carlos III e na Universidade Politécnica do MDI; bem como Professor de Governança e Compliance no ICADE e Centro de Estudios Garrigues. Cerdán é licenciado em Direito pela Universidade Complutense de Madrid e licenciado em Estudos Empresariais pela European Business School em Madrid, Londres e Paris, ambos títulos com honras e prêmios extraordinários. Possui um PDG no IESE, um AMP na Esade e Wharton e o Programa de Liderança Global em Harvard.



DOROTHÉE CHOUSSY SERZEDELO

juridicamente assessora da L'Oréal Portugal

Dorotheé Choussy é membro da Comissão Executiva da L'Oréal Portugal, tendo ingressado na empresa em 2011. Em sua função atual, Choussy Serzedelo lida com uma variedade de questões legais e também é membro do grupo de trabalho de distribuição e concorrência da L'Oréal. Anteriormente, trabalhou durante três anos na Autoridade da Concorrência Portuguesa como gestora de casos no departamento de práticas restritivas, no grupo de prática de direito da PI, da UE e da concorrência de PLMJ, uma sociedade de advogados portuguesa, e no grupo de prática de propriedade intelectual da Linklaters em Londres. É membro da Ordem dos Advogados Portuguesa e foi também admitida na Ordem dos Advogados de Paris e como advogada em Inglaterra e no País de Gales. Recebeu vários prêmios, entre os quais o Iberian Lawyer IP&TMT Awards Portugal em 2022 e as 50 mulheres do setor jurídico.





LOLA CONDE

COO, Banco Santander

Lola Conde é licenciada em Direito Espanhol e da UE pela Universidade CEU de Madrid com um Prémio Extraordinário. Depois de alguns anos a preparar-se para as oposições, juntou-se ao Grupo Santander. Conde participou da primeira edição do Programa Supera para potenciais mulheres gestoras do Grupo e concluiu inúmeros cursos de pós-graduação e desenvolvimento gerencial, tanto técnico quanto gerencial, em instituições com IE Business School, destacando seu MBA Multinacional com Deusto em um ambiente diversificado e internacional com módulos em diferentes países. Atualmente o Santander Legal COO, reportando-se aos Diretores Jurídicos e ao Secretário do Conselho de Administração do Grupo, desenvolveu a sua carreira profissional como advogada no Grupo, em áreas tão diversas como as Novas Tecnologias, Inovação, IT & Ops, Banca de Retalho, entre outras.



FÁTIMA CORREIA DA SILVA

Jefa de Legal / Critical Tech Works

Fátima Correia da Silva é Chief Compliance Officer, Chief Legal Officer e DPO da Critical TechWorks, uma empresa do BMW Group. Tem 15 anos de experiência em compliance, combate à lavagem de dinheiro, investigações de fraude e auditoria. Focado em IP&TMT - marcas e patentes. Está registrado na Associação de Examinadores de Fraude Certificados. Responsável pela Proteção de Dados certificado pelo ICS. Fátima é licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra e tem várias pós-graduações pela Universidade de Lisboa e Católica, incluindo Direito da Propriedade Intelectual, Direito Comercial e Societário e Direito da Proteção de Dados. Antes de se mudar internamente, foi gerente sênior da EY por 11 anos. Fátima supervisiona os departamentos jurídico e de conformidade da Critical Tech Works desde 2020, uma empresa que tinha cerca de 200 funcionários em 2018 e agora tem mais de 1600 funcionários.



CARLA DE ABREU LOPES

Diretora de Assuntos Jurídicos / Huawei

Carla de Abreu iniciou a sua carreira na Garrigues em 2002 como estagiária e mais tarde como associada sênior. Após 7 anos na empresa, tornou-se sócia. Em 2012, ingressou na Samsung Portugal como Gestor de Assessoria Jurídica na cidade de Lisboa. Durante este período, começou a aumentar a conscientização sobre questões legais e de conformidade, bem como aplicar a função legal à prevenção de riscos. Depois de mais de 10 anos na empresa, em 2022 mudou-se para a Huawei, onde trabalha como Diretora Jurídica na Huawei Technologies. Carla foi reconhecida como uma das 50 melhores mulheres do direito espanhol e português em 2021 e 2022 InspiraLaw "Diversidade e Inclusão".



LEGALCOMMUNITYMENA

AWARDS

The event celebrating in-house & private practice lawyers
in the Middle-East and North African markets

SAVE THE DATE
23 NOVEMBER 2023
CAIRO

#LcMenaAwards 

www.legalcommunityMENA.com

For information: ilaria.guzzi@lcpublishinggroup.com



INHOUSECOMMUNITYUS

The 100% digital information tool in English for U.S. and international In-house counsel



LEGAL AND INHOUSE AFFAIRS

INHOUSE INTERNATIONAL POSITIONS

GENERAL COUSEL IN THE US

COMPANIES' TOP MANAGEMENT

INTERNATIONAL DIGITAL NEWS



Follow us on



www.inhousecommunityus.com

SARA DE ALMEIDA BARROSO

Socia, CMS Portugal

Sara Almeida Barroso tem mais de 21 anos de experiência e desenvolve a sua atividade no setor imobiliário, mais concretamente em planeamento urbano e ambiental, gestão de projetos, contencioso e assuntos regulatórios. Ingressou na CMS Portugal em 2021 e centra-se em licenciamento, contratação pública e avaliações de impacto ambiental, tendo experiência adicional em reclamações contra autoridades públicas. É membro da Ordem dos Advogados desde 2004 e é também membro do painel de árbitros do CAAD. Almeida Barroso é professor convidado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa desde 2011. É licenciada em Direito pela Universidade de Lisboa e pós-graduada em Planeamento Urbano, Ordenamento do Território e Turismo pela mesma universidade. Bem como mestrado em Ciências Jurídico-Administrativas.



ADRIANA DE BUERBA

sócia / Perez-Llorca

Adriana de Buerba é sócia do departamento de Direito Penal Econômico e Investigações de Pérez-Llorca desde janeiro de 2010. Ela ingressou na Pérez-Llorca em 2008 como chefe da prática criminal, depois de dez anos como promotora de justiça. Sua área de atuação se concentra em direito penal econômico e investigações. Interveio em inúmeros processos penais por crimes societários, fraude fiscal, acidentes de trabalho, fraude, extinção de bens e apropriação indébita. Adriana tem uma experiência reconhecida em cooperação judiciária internacional devido à sua participação em inúmeros processos penais transnacionais relacionados com a execução de pedidos de assistência jurídica internacional. Ela também é especialista em procedimentos europeus de extradição e mandados de prisão. A equipe que ela lidera também aconselha várias empresas sobre conformidade corporativa. Foi galardoada com vários prêmios, como o Iberian Lawyer: InspiraLaw Top 50 Women Lawyers (2017, 2021) ou o Iberian Lawyer: 40 under Forty (2011).



MARIANA DO CANTO E CASTRO

Directora de Recursos Humanos, Head Counsel & Social Impact Strategy Manager / Randstad Portugal

Mariana Canto e Castro é Diretora de Recursos Humanos, Head Counsel e Social Impact Strategy Manager na Randstad Portugal há mais de 8 anos, especificamente em Lisboa. O seu trabalho centra-se em questões jurídicas, contenciosas, compliance, proteção de dados, gestão de riscos, recursos humanos, responsabilidade social corporativa e inovação social, entre outros. Iniciou a sua carreira no Citibank Portugal, como Compliance Officer, Head of the Legal Department, membro da Management Team e secretária corporativa. Depois, focou-se na área dos recursos humanos, primeiro como Gestora e anos mais tarde como Chefe de Direito/Contencioso e Chefe de Recursos Humanos no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. Mariana foi reconhecida como uma das 50 melhores mulheres do direito espanhol e português no InspiraLaw "Diversidade e Inclusão" 2021.





ROSA ESPÍN

Co CEO, Ambar

Rosa Espín é CEO da Ambar desde 2020. Ela se define como uma pessoa apaixonada com foco em inovação, estratégia e negócios conscientes. É licenciada em Direito e Negócios pela Universidad Pontificia Comillas. Além disso, obteve um PhD em Direito Público Global pela Universidade Autônoma de Barcelona, graduando-se laude. Ela completou o renomado EMBA no IESE e espera aplicar a tecnologia para impulsionar a eficiência e oferecer um serviço excepcional na Ambar. Antes de ingressar na Ambar, foi advogada nos Departamentos de Contencioso e Regulamentação da Latham & Watkins. No início de 2020, lançou o Ambar Partners, um projeto inovador e disruptivo no mercado jurídico.



MARLEN ESTÉVEZ SANZ

Sócia e membro do conselho de administração / RocaJunyent

Marlen Estévez é sócia do departamento de contencioso da RocaJunyent e chefe do departamento de mediação e arbitragem, além de membro do Conselho de Administração do escritório. Chefe do Comitê de Inovação e codiretor do Latam Desk. Especialista em resolução de conflitos (arbitragem internacional (comercial e de investimento) e contencioso transnacional e nacional, bem como mediação). Ela também é presidente e fundadora da organização sem fins lucrativos Woman in a Legal World (WLW), com o objetivo de tornar o talento feminino visível no setor jurídico, e por quase 4 anos, presidente da seção de Esports da Ordem dos Advogados de Madri. Marlen foi reconhecida como uma das 50 melhores mulheres do direito espanhol e português no InspiraLaw "Diversidade e Inclusão" 2021.



SARA ESTIMA MARTINS

Sócia / SRS Abogados

Sara Estima Martins tem mais de 15 anos de experiência na área do direito da concorrência. Ex-sócia de PLMJ, a sua experiência abrange questões de direito da concorrência, incluindo fusões, cartéis e outras práticas horizontais, acordos verticais e abusos de posição dominante. Assessorou clientes na implementação de programas nacionais de aplicação da lei da concorrência e compromissos em matéria de direito da UE, em particular sobre a livre circulação, os fundos estruturais, a política agrícola comum e o acesso aos documentos das instituições da UE, representando-os frequentemente perante a Comissão Europeia e o Tribunal de Justiça. Foi estagiário no Departamento de Direito da Concorrência da Allen & Overly em Madrid.

ISABEL FERNANDES

Consultora Jurídica Geral / Grupo Visabeira S.A.

Isabel Fernandes é Conselheira Geral do Grupo Visabeira desde 2006. Lidera um grupo complexo de empresas em diferentes mercados. Antes do seu cargo atual, Isabel foi Diretora Associada de Impostos e Jurídicos na PWC de 1998 a 2006 no México, Moçambique. Entre 2002 e 2006, Isabel assumiu o papel de correspondente do Escritório Internacional de Documentação Tributária (IBFD). Destaca-se pela sua experiência em Direito Societário, Governança Corporativa e Reestruturação, bem como em matéria Contratual. Possui significativa experiência internacional em questões jurídicas e tributárias. Fernandes venceu o Prémio Equipa Corporativa Portuguesa nos Iberian Lawyer Gold Awards 2018 e nos Gold Awards 2022. Fernandes e a sua equipa estiveram fortemente envolvidos na subsidiária do Grupo Visabeira, a Constructel Visabeira, que recebeu 200 milhões de euros em capital de crescimento da Goldman Sachs Asset Management.



ANA FERNÁNDEZ PODERÓS

sócia / KPMG Espanha

Ana Fernández Poderós passou toda a sua carreira profissional na KPMG, onde ingressou em 1990 e tornou-se sócia em 2002. Durante a sua carreira profissional desenvolveu uma vasta experiência na auditoria de grandes empresas em diferentes setores, gerindo equipas internacionais. Nos últimos 14 anos trabalhou principalmente para empresas do setor energético. Fernández Poderós participou em inúmeros projetos internos a nível nacional e internacional relacionados com o desenvolvimento de pessoas, metodologia de auditoria e controlo de qualidade, função da qual foi diretora nacional entre 2003 e 2009. Externamente, leciona no Mestrado em Auditoria do ICADE. Desde 2015 é membro do Comitê de Diversidade da KPMG Espanha. Ela foi reconhecida no passado por alguns dos principais diretórios jurídicos internacionais e com prémios como Top 100 Women Leaders na Espanha 2019 e 2021.



ISABEL FLORES SANTAMARÍA

Diretora do Departamento de Tributação das Sociedades do Grupo Telefónica / Telefónica

Isabel Flores Santamaría é diretora do departamento de tributação corporativa do Grupo Telefónica, uma multinacional espanhola de telecomunicações fundada em 1924. A Telefónica é a quarta maior empresa do seu sector na Europa. A empresa está presente em mais de vinte países e está presente na Europa, Ásia e América Latina, embora a sua sede esteja localizada em Madrid. Isabel trabalha na empresa há mais de 14 anos. É licenciada em Economia, Economia Geral, Economia Monetária e Setor Público pela Universidade CEU San Pablo. Foi também reconhecida como uma das 50 melhores mulheres do direito espanhol e português em 2022 nos prémios InspiraLaw "Diversidade e Inclusão".





RAQUEL FLÓREZ ESCOBAR

Sócia / Campos de Frescos

Raquel lidera a prática de Pessoas e Recompensas na Espanha na Freshfields. Ela tem uma carreira de 25 anos na Freshfields e foi nomeada para a associação em 2008. Ela é especializada em questões globais de recrutamento e retenção, demissões (individuais e coletivas), transações transfronteiriças, projetos de terceirização, transferências de negócios, investigações globais, denúncias, políticas de remuneração, reclamações de discriminação e assédio, direitos humanos e economia sob demanda. Assessora clientes nacionais e internacionais em trabalhos consultivos e contenciosos. É membro da International Bar Association (IBA), da European Employment Lawyers Association (EELA) e da associação nacional espanhola de especialistas em direito do trabalho ASNALA. Em dezembro de 2020, Raquel foi eleita Segunda Vice-Presidente da Comissão Executiva do FORELAB, por um período de dois anos.



MARÍA PILAR GARCÍA GUIJARRO

Sócio-Gerente / Watson Farley & Williams

María Pilar é sócia do departamento de Corporate/M&A e chefe do escritório de Madrid. Ela tem mais de 20 anos de experiência no setor de energia e infraestrutura na Europa, América Latina e Oriente Médio, com foco particular em ativos solares e eólicos. Presta consultoria em toda a gama de transações comerciais para inúmeros fundos de investimento, empresas industriais e instituições financeiras, tanto local quanto internacionalmente. É especialista em assessoria comercial, incluindo estruturação, desenvolvimento, desenvolvimento de projetos, aquisição de projetos, portfólios e plataformas e transações de private equity, bem como contratos de projetos (como PPA, EPC e O&M) e joint ventures. María Pilar foi reconhecida como uma das 50 melhores mulheres do direito espanhol e português no InspiraLaw 2021 "Diversidade e Inclusão".



JULIA A. GARCÍA NAVARRO

Secretária do Conselho / Diretora de Assuntos Jurídicos, Riscos e Seguros / Grupo Tranfesa Logistics S.A.

Julia A. García Navarro é Secretária do Conselho de Administração e membro do Comitê Executivo do Grupo de Empresas, bem como Diretora de Jurídico, Riscos e Seguros da Transfesa Logistics. Antes de ingressar na Transfesa, trabalhou como diretora jurídica e gerente de proteção de dados no Grupo Capgemini na área de Iberia & Latam, onde já havia trabalhado anos antes como Consultora Jurídica. É uma profissional com experiência comprovada no setor digital e tecnológico, indústria de serviços, transportes, logística e imobiliário. É especialista em liderar e treinar equipes multidisciplinares em ambientes multinacionais e multiculturais por meio de técnicas motivacionais. Julia foi reconhecida como uma das 50 melhores mulheres do direito espanhol e português em 2021 e 2022 InspiraLaw "Diversidade e Inclusão".

PAULA GOMES FREIRE

Sócia-Gerente / VdA

Paula Gomes Freire ingressou na VdA em 1996. É Sócia-Diretora da área Bancária e Financeira da VdA, onde preside à Comissão Executiva e é membro do Conselho de Administração. Paula tem liderado diversas operações, tanto em Portugal como no estrangeiro, centradas principalmente na emissão e colocação de instrumentos de dívida, nomeadamente notas de euro de médio prazo, papel comercial, ações preferenciais e híbridas. Participou na recapitalização do setor bancário português e na implementação inaugural de uma medida de resolução ao abrigo da Diretiva Recuperação e Resolução Bancárias. Autora de diversas publicações e artigos especializados na área da sua prática jurídica. Paula foi reconhecida como uma das 50 melhores mulheres do direito espanhol e português no InspiraLaw "Diversidade e Inclusão" 2021 e 2022.



ANA GÓMEZ HERNÁNDEZ

Sócia / Ceca Magan

Ana Gómez Hernández é sócia e advogada trabalhista da Ceca Magan, especializada em procedimentos relacionados à negociação coletiva, previdência social e contencioso perante tribunais trabalhistas e administrativos para empresas nacionais e internacionais. Ana tem mais de cem procedimentos a seu crédito, assessorando em mais de mil transações relacionadas ao trabalho. Atualmente é Presidente da Associação Nacional dos Advogados do Trabalho de Espanha (ASNALA). Ela é citada dizendo que dedica tanto tempo quanto a profissão jurídica permite, a suas três "coisas" favoritas, seus filhos. Ana é licenciada em Direito pela Universidade Autónoma de Madrid e mestre em Direito Empresarial pelo Centro de Estudios Garrigues.



PATRICIA LIÑÁN HERNÁNDEZ

Sócia / ECija

Patricia Liñán é sócia da Ecija. É reconhecida no mercado como especialista em Direito da UE e Concorrência com sede em Madrid. Tem fortes credenciais em reivindicações e danos antitruste. Liñán atua rotineiramente para clientes em processos de sanção, mandatos de auxílio estatal e recursos para tribunais locais. Sua lista de clientes inclui bancos espanhóis, empresas globais de ciências da vida, bem como varejistas on-line. Patricia é licenciada em Direito pela Universidade de Granada e mestre em Direito da União Mista pelo Colegio de Europa. Patricia passou a maior parte de sua carreira na CMS Espanha, onde passou de associada a chefe do departamento de Direito da Concorrência. Posteriormente, ela foi sócia da Bird & Bird antes de ingressar na Ecija em fevereiro de 2021.





BEATRIZ MARTÍNEZ-FALERO GARCÍA

Diretora de Assessoria Jurídica e Secretária do Conselho de Administração Mahou San Miguel

Beatriz é advogada, com experiência em estratégia de negócios, governança corporativa, compliance e sustentabilidade em ambientes nacionais e internacionais. Desenvolveu sua carreira como advogada para grandes empresas adquirindo ampla experiência em negociações de contratos relevantes e desenvolvimento de projetos de investimento. Tem uma profunda vocação para dotar as empresas do enquadramento legal adequado para a minimização de riscos e a implementação da estratégia empresarial com segurança e compliance para as equipes humanas. Como membro do Comitê Executivo da Mahou San Miguel, gerenciei planos estratégicos e projetos de m&a e implementei projetos de eficiência, mudança cultural, desenvolvimento digital e programas de Compliance. Foi reconhecido no passado por alguns dos principais diretórios jurídicos internacionais.



MAFALDA MASCARENHAS GARCIA

Conselheira Geral / IBM

Mafalda Mascarenhas Garcia é a advogada principal da IBM, onde trabalha há oito anos. É licenciada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa (1996) e LL.M. em Direito Societário e Comercial pela University College London (2000). Mascarenhas Garcia iniciou a sua carreira na Linklaters antes de ingressar na Cuatrecasas Portugal em 2001, onde a sua prática se centrou em Direito Societário e Comercial, Fusões e Aquisições, Direito Financeiro, Corporate Finance e Project Finance e foi também membro da Sociedade de Advogados Angolana do escritório. Em 2013, Mafalda ingressou na IBM, onde ocupou vários cargos seniores, incluindo IBM Senior Counsel – EU Cloud Code of Conduct (2017-presente), advogada líder para assuntos relacionados ao GDPR (2018-presente) e, mais recentemente, líder jurídica do departamento jurídico de privacidade da IBM para nuvem pública, plataforma de nuvem e aplicativos de IA (2020-presente). A Mafalda foi reconhecida no passado por alguns dos principais diretórios e rankings jurídicos internacionais.



PILAR MENOR

Co-Presidente Global do Grupo de Emprego, Sócia Sênior e Chefe de Emprego em Espanha / DLA Piper

Pilar Menor é Co-Presidente de Emprego Global na DLA Piper, Diretora de Emprego e Sócia Sênior em Madrid. Foi sócia-diretora em Espanha entre 2012-2020. Possui vasta experiência em Direito do Trabalho e Previdenciário, incluindo operações de reestruturação societária, contencioso trabalhista, negociação coletiva, contratos de alta administração e aspectos trabalhistas de fusões e aquisições. Pilar é presidente do Fórum Espanhol de Advogados do Trabalho (Forelab), membro do Conselho do Conselho das Ordens dos Advogados da Comunidade de Madrid, membro ativo de várias associações profissionais, como a International Bar Association, European Employment Lawyers Association, WLW, Woman Forward, Probono Spain Foundation e a Madrid Bar Association. Ela também é membro de vários comitês da DLA Piper: Conselho de Diversidade, presidente do grupo de trabalho EMEA sobre D&I, vice-presidente da rede interna de equilíbrio de gênero DLA Piper LAW (Leadership Alliance for Women) e membro do comitê diretivo de Saúde Mental e Bem-Estar.

TERESA MINGUEZ DIAZ

Advogada Geral / Porsche Iberica

Teresa Mínguez é Diretora Jurídica e de Compliance da Porsche Ibérica, S.A., onde tem a responsabilidade global por todos os assuntos legais e de compliance relacionados com o negócio das entidades Porsche em Espanha e Portugal. Recentemente, assumiu também as funções de Data Protection Officer das entidades do grupo na Península Ibérica. Teresa é representante da ACC na Espanha e membro do Comitê Jurídico da World Compliance Association. Escreveu inúmeros artigos e palestrou sobre questões jurídicas principalmente relacionadas à Governança Corporativa, Compliance e Inovação na área jurídica. Anteriormente, foi Associada Sênior no Departamento de Direito Comercial da CMS Albiñana & Suárez de Lezo, onde desenvolveu a sua carreira durante mais de 15 anos e onde ganhou o "Innovative Lawyers Award" atribuído pelo Financial Times em 2009. Foi reconhecida com vários prêmios, como o Gold Award Iberian Lawyer 2022 como consultora interna no seu setor.



LAIA MONCOSÍ BARASOAIN

CEO Advogados de Projetos

Laia Moncosí é sócia fundadora e CEO da Lawyers for Projects, um escritório que presta serviços jurídicos por meio de talentos flexíveis e baseados em projetos. É licenciada em Direito pela Universidade de Navarra, pós-graduada em Direito da Concorrência e MBA Executivo pela ESADE. Laia desenvolveu grande parte de sua carreira na PwC como advogada especializada em direito da concorrência, onde teve a oportunidade de integrar as equipes jurídicas de grandes empresas, como a seconded. Sua experiência lhe deu uma visão global do setor de direito empresarial. É coautora de The Governance of the Legal Function in Organizations (2021, Thomson Reuters Legal) e modera regularmente debates sobre operações e tecnologia no setor jurídico. Ela é membro do Women in a Legal World e seu Comitê de Tecnologia, e acredita firmemente que o setor jurídico precisa inovar para evoluir.



ALICIA MUÑOZ LOMBARDÍA

Chefe de Governança e Mudanças Climáticas, Assuntos Regulatórios e de Privacidade. Subsecretário do Conselho / Banco Santander

Com mais de 25 anos de experiência no mundo jurídico e empresarial, Alicia Muñoz Lombardía desenvolveu toda a sua carreira profissional no Grupo Santander, ocupando vários cargos de gestão na Secretaria-Geral e Compliance, com contacto direto com o Conselho de Administração, a direção sênior do Banco, investidores internacionais e reguladores e supervisores. É diretora de várias empresas e palestrante regular em vários fóruns. Participou de publicações coletivas e lecionou no Mestrado em Transformação Competitiva de Negócios da Universidade Complutense e no Programa de Governança Corporativa da UNIR. É sócia fundadora da Women Action Sustainability e sócia da Women in a Legal World. Além disso, recebeu o Prêmio InspiraLaw2022 da Iberian Lawyer.





TERESA PAZ-ARES

Sócia / Uría Menéndez

Teresa Paz-Ares é sócia nas áreas de Fusões e Aquisições e Direito Societário do escritório de Madrid da Uría Menéndez desde 2002 e dirige o Grupo de Direito da Saúde da sociedade. Chefiou o escritório de Barcelona nas áreas de Comunicação, Saúde e Direito Industrial. É especialista em direito societário e comercial e fusões e aquisições. Centra parte da sua atividade em determinados setores regulados (farmacêutico e media), onde presta assistência aos seus clientes nas mais diversas áreas, tanto regulatórias como puramente comerciais. De 2014 a 2019, Teresa foi responsável pelo grupo de Diversidade e Talento do escritório. Teresa foi reconhecida como uma das 50 melhores mulheres do direito espanhol e português no InspiraLaw "Diversidade e Inclusão" 2021 e 2022.



LEONOR PISSARRA

Directora Jurídica de País / Novartis Farma Portugal

Leonor Pissarra é Diretora Jurídica com vasta experiência na indústria farmacêutica. Especialista em Direito Societário, Direito da Privacidade, Assessoria Jurídica, Propriedade Intelectual e Assistência Jurídica. É uma forte profissional de desenvolvimento empresarial com uma licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa – Faculdade de Direito. Depois de passar mais de uma década em consultório particular, Leonor Pissarra mudou-se internamente em 2011 para se juntar à Novartis como diretora jurídica e chefe de conformidade nacional. Nos anos seguintes, sua equipe evoluiu de um provedor de serviços típico para um verdadeiro parceiro de negócios. Sob a liderança de Pissarra, a equipe jurídica da Novartis produziu resultados excepcionais na proteção do negócio, por exemplo, protegendo a propriedade intelectual de todos os produtos Novartis. Pissarra está especialmente orgulhoso de sua contribuição para a campanha interna "Novartis Way", um projeto projetado para apoiar a aspiração da Novartis de ser a empresa de saúde mais respeitada e bem-sucedida do mundo.



ANA PRADO BLANCO

Advogada Geral / DAIMLER (Mercedes Benz)

Ana Prado Blanco é a Conselheira Geral da Mercedes-Benz Espanha. Ingressou em 2012 como conselheira geral e secretária corporativa da subsidiária espanhola da empresa automobilística alemã, que inclui 12 entidades diferentes. Prado Blanco é secretário do conselho de administração de sete empresas diferentes em Espanha pertencentes à Mercedes-Benz Espanha, que é a holding do Grupo Daimler em Espanha. Nos últimos anos tem participado ativamente na reestruturação dos processos e organização do conselho de administração, organizando formações sobre os novos requisitos legais, deveres e obrigações dos administradores. Como uma valiosa parceira de negócios interna em estreito contato com a administração da empresa, ela é um membro ativo da comunidade Daimler e uma defensora do conceito "Working out Loud", ajudando as organizações a criar culturas mais colaborativas e ajudando as pessoas a acessar uma carreira melhor e uma melhor qualidade de vida.

CLAUDIA RAMAJO SANZ

Vice-Presidente e Conselheira Sênior / American Express Espanha

Claudia Ramajo Sanz é vice-presidente e diretora sênior da American Express Espanha desde 2015. Anteriormente, trabalhou na Pérez-Llorca como advogada associada por mais de cinco anos. Tem também uma curta experiência no BBVA, onde trabalhou como advogada de outsourcing durante quase um ano. É advogada do ICAI-ICAE e licenciada em Administração e Gestão de Empresas pela Universidad Pontificia Comillas. Ramajo Sanz também estudou técnicas de Marketing e vendas para advogados na IE Business School. Ela explica frequentemente que, além de a Espanha se tornar o centro de grande parte dos negócios do banco na UE / EEE, teve três filhos que testam suas habilidades de negociação e gerenciamento de equipe todos os dias.



LARA REIS

Diretora Geral | Diretor de Compliance / DPO HAITONG BANK

Lara Reis é Diretora Geral e Diretora de Conformidade do Haitong Banking Group, um banco de investimento líder e empresa de valores mobiliários na China e uma empresa chinesa pioneira de serviços financeiros que opera em 5 continentes e 14 países, incluindo os centros financeiros globais de Xangai, Hong Kong, Nova York, Londres, Tóquio e Cingapura. Lara combina 17 anos de forte experiência internacional no setor financeiro como advogada e como diretora administrativa em bancos de investimento. Formada em direito, ela desenvolveu um forte histórico de compliance, governança interna, regulamentação e gestão de segurança da informação ao longo dos anos. Antes de ingressar no Haitong, trabalhou em prestigiadas sociedades de advogados como Clifford Chance, VdA e PLMJ.



STÉPHANIE SÁ SILVA

Socia / DLA Piper

Stéphanie Sá Silva concentra a sua prática no setor da aviação e na área do direito societário. Tem assessorado em matérias societárias, fusões e aquisições, projetos de investimento, operações de reestruturação, privatizações e acordos comerciais, em diversos setores de atividade. Em 2009 trabalhou como assessora jurídica no Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento de Portugal. Fez parte da equipa de grandes empresas como a Cuatrecasas, PLMJ e atualmente é sócia da DLA Piper. Entre outros, assessorou em questões comerciais, contenciosas e regulatórias específicas do setor aéreo. Foi reconhecida como uma das 50 melhores mulheres do direito espanhol e português no InspiraLaw "Diversidade e Inclusão" 2021.





LEONOR SAMPAIO SANTOS

José de Mello Capital

Leonor Sampaio Santos é a Chefe de Jurídico de Josh da Mello Capital, onde passou os últimos 20 anos de sua carreira. Começou como aprendiz em PLMJ (1999-2001). Foi uma carreira cheia de sucessos e desafios que culminaram talvez no ponto alto de sua carreira. Leonor supervisionou a venda da participação majoritária na Brisa, que ocorreu durante o primeiro período de lockdown da COVID-19, em 2020. Esta foi, possivelmente, uma das operações de M&A mais relevantes em Portugal nos últimos anos. Na comunicação social portuguesa da altura, foi citada como tendo dito que nunca mais experimentaria outro desafio como este, que tinha a sensação de estar a nadar em alto mar e que se orgulha de o ter vivido. Licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa (1999). No passado, foi reconhecido por alguns dos principais diretórios Jurídico Internacional.



YOKO TAKAGI

Socia / Branco e Caso

Yoko é sócia do grupo corporativo White & Case em Madri. Sua prática se concentra em fusões e aquisições, finanças corporativas e transações de mercado de capitais. A sua experiência abrange um vasto espectro de transações públicas e privadas, principalmente com uma componente internacional. Ela tem uma vasta experiência na assessoria a fundos de private equity, corporações, patrocinadores e bancos de investimento em transações relacionadas a uma ampla gama de setores, incluindo energia, instituições financeiras, tecnologias limpas e telecomunicações. Yoko foi membro fundador do escritório da empresa em Madri em 2013, desde então ela tem apoiado as necessidades dos clientes que investem na Espanha, além de ajudar os clientes espanhóis a se expandirem globalmente.



MARÍA TOMILLO

Sócia / Simmons & Simmons

María Tomillo é sócia do grupo de Mercados Financeiros da Simmons & Simmons há quase 4 anos, lidera a prática de Regulação Financeira em Madrid e pertence ao setor internacional de Gestão de Ativos e Fundos de Investimento. Antes de ingressar na empresa em 2012, fez parte da equipe de regulação financeira de uma das Big Four, como gerente sênior responsável pela prática de fundos mútuos. Anteriormente, trabalhou por 7 anos no departamento jurídico do Allfunds Bank. Ela é especializada em regulação financeira, com amplo conhecimento do setor de gestão de ativos. Presta assessoria regulatória principalmente a empresas de investimento, gestores de ativos e bancos. María foi reconhecida como uma das 50 melhores mulheres do direito espanhol e português no InspiraLaw "Diversidade e Inclusão" 2021.

JIMENA URRETAVIZCAYA

Socia / Allen & Overy

Jimena Urretavizcaya tem uma vasta experiência em operações de financiamento nacionais e internacionais, concentrando sua prática em finanças alavancadas, financiamento imobiliário e reestruturação. Ela também assessorou em várias transações de financiamento de projetos, em setores como energia renovável e GNL, e em vários financiamentos de ativos. A sua experiência abrange também operações de titularização em Espanha, prestando assessoria em importantes titularizações internacionais de carteiras de dívida (incluindo RPL) nos últimos anos. Recentemente, foi selecionada como uma das advogadas mais destacadas do mercado espanhol pela IFLR1000 Women Leaders 2021. Além disso, lidera o Comitê Pro Bono da A & O Espanha e coopera regularmente com uma variedade de ONGs, como Fundación También, Hope and Homes for Children, Afrikids e AMREF, entre outras.



MAGDA VIÇOSO

socia / Morais Leitão Portugal

Magda Viçoso ingressou na Morais Leitão em 2018 como sócia. Ela é membro da equipe de Corporate e M&A e Mercado de Capitais da empresa e membro do Conselho de Administração da empresa. Tem experiência reconhecida por diversas diretorias jurídicas internacionais, tendo assessorado ofertas de capital público e privado nacionais e internacionais, ofertas públicas de aquisição, fusões e aquisições, parcerias e privatizações. Destaca-se também em Governança Corporativa e Compliance de empresas listadas. Ao longo da sua carreira, tem prestado regularmente assessoria em assessoria empresarial, empresas cotadas em bolsa e grupos substanciais, especialmente nos setores bancário, energético, cimento, telecomunicações, serviços postais e logística. Magda Viçoso trabalhou nos CTT – Correios de Portugal, S.A. – de 2015 a 2018, incluindo nas suas filiais. Magda esteve em PLMJ de 2001 a 2014, tornando-se sócia em 2012 e coordenando a equipa de Mercado de Capitais. Desenvolveu a sua prática em Societário, M&A e Governança Bancária e Financeira. Magda foi premiada várias vezes, por exemplo nos IP&TMT Awards Portugal Iberian Lawyer 2022.



CORAL YAÑEZ

Sócio-Gerente / Bird & Bird

Coral Yañez é sócio-gerente do escritório de Madri e coordena o departamento de Direito Público da Bird & Bird. O advogado é especialista em Direito Administrativo e tem uma vasta experiência, tanto contenciosa como consultiva, em Direito Público, tendo assessorado clientes nacionais e estrangeiros nos mais variados assuntos regulatórios: processos disciplinares, reclamações de responsabilidade das Administrações Públicas, expropriação forçada, urbanismo, acordos administrativos, subsídios, direito da saúde, contratação pública, etc. Também tem sido responsável pela direção jurídica de inúmeros recursos contencioso-administrativos, nos últimos anos principalmente relacionados ao setor de energia. Além disso, a Coral Yañez é especializada em Ciências da Vida, Energia e Serviços Públicos e contencioso administrativo.





ROSA ZARZA

Sócia / Garrigues

Rosa Zarza é sócia e chefe do Departamento de Direito do Trabalho da Garrigues, com mais de 200 profissionais em todo o mundo, e membro da Comissão de Gestão da sociedade. Rosa ingressou na Garrigues em 1990 e dez anos depois, aos 33 anos, foi nomeada sócia. Em 2011, ela assumiu sua posição atual, tornando-se uma das mulheres com a mais alta posição de liderança e gestão na empresa. De fato, Rosa foi a primeira pessoa a liderar o departamento de Direito do Trabalho em todo o mundo depois que essa área experimentou sua consolidação e expansão em larga escala. Posicionado como um advogado líder no mercado ibérico, sob a sua liderança, o departamento emergiu ainda mais forte da crise econômica, ganhando uma escala mais internacional através da sua presença nos 13 países em que a Garrigues tem escritórios próprios. A par de Espanha, esta presença é particularmente notória em Portugal e na América Latina. Este departamento participou da mais importante e complexa Reestruturação Trabalhista dos últimos anos.



TERESA ZUECO

sócia / Escudero Patton Boggs

Teresa Zueco lidera as Práticas Corporativas, M&A e Private Equity do escritório de Madrid e é também a sócia-gerente do escritório. Atua nas áreas de direito societário geral, fusões e aquisições nacionais e transfronteiriças para empresas industriais e fundos de private equity. Teresa tem uma vasta experiência na assessoria em fusões e aquisições e estruturação societária nos setores de infraestrutura e energia, transporte, saúde e hotelaria. Teresa é reconhecida como uma das 20 advogadas corporativas mais ativas em Espanha em número de transações e está classificada na Iberian Lawyer como uma das 60 melhores advogadas em Espanha.



IBERIAN LAWYER



THE DIGITAL AND FREE MONTHLY MAGAZINE

DEDICATED TO THE IBERIAN BUSINESS COMMUNITY

Every issue includes:

- Interviews to lawyers, in-house counsel, tax experts
- Business sector studies
- Post-awards reports
- Video interviews

Follow us on



For information:
info@iberianlegalgroup.com

Search for Iberian Lawyer or IBL Library on



Figuras destacadas

Rommy Morales, profesional de renombre en Propiedad Intelectual

Economía

Debate sobre la propuesta moneda común entre Argentina y Brasil: "Sur"

Entrevista

Ricardo Fischer, líder de la Práctica de Marcas de ArentFox Schiff

MEJORES FIRMAS 2022

Ranking de los despachos más destacados por valor de operaciones de M&A y en el sector Tecnología, con información de TTR Data

Editorial

CON CALMA

Por Giselle Estrada Ramírez

Uno de los temas que más destacamos cuando llega el mes de marzo es el de la latente brecha de género ante la que se enfrentan las mujeres día con día, cuestión que no exenta a la industria legal donde pocas mujeres logran ocupar los puestos más altos entre los directivos de los despachos.

En esta edición de The Latin American Lawyer, algunas de nuestras secciones se pintan de morado al visibilizar la labor de la mujer en el sector jurídico. Tal es el caso de nuestras secciones On The Web y On The Move, donde, de manera respectiva, recopilamos los fichajes de socias más relevantes, así como las operaciones lideradas por mujeres que se efectuaron en los últimos meses.

Siguiendo esta línea, en una de nuestras entrevistas resaltamos a Rommy Morales, bióloga de profesión y notable figura de la Propiedad Intelectual en México, recientemente nombrada socia del despacho Olivares. En esta, nos compartió acerca de su trayectoria y cambio tras pasar de dedicarse a las ciencias a involucrarse cada vez más en el sector legal, así como las complicaciones de regulación de medicamentos durante los últimos años en el país.

También ponemos en relieve a otra eminencia de la Propiedad Intelectual, Ricardo Fischer, líder de la Práctica de Marcas de ArentFox Schiff, quien se desempeña en Estados Unidos con un background Latinoamericano enriquecedor. Con él conversamos sobre la evolución de su carrera, así como del uso de la Inteligencia Artificial desde la perspectiva de la PI, y cómo puede modificar el panorama.

Otro de los temas que no podemos pasar por alto es el de la propuesta de la nueva moneda “Sur” entre Argentina y Brasil. Para debatir las posibilidades y complicaciones que conllevaría implementar esta divisa, reunimos a abogados de reconocidas firmas legales, así como a la CEO de una empresa de consultoría económica.

Dedicamos la portada a un ranking con las mejores firmas de 2022, según su número de operaciones de M&A entre enero y diciembre, gracias a información recopilada por TTR Data.

Precisamente, TTR recientemente anunció una disminución de las transacciones del 48% hasta febrero de 2023, siendo un año difícil para el mercado transaccional y para los negocios en LatAm. Tomando esto en cuenta, no queda más que esperar con paciencia y con calma, hacer lo que nos sea posible para tratar de aumentar el número desde nuestras trincheras.

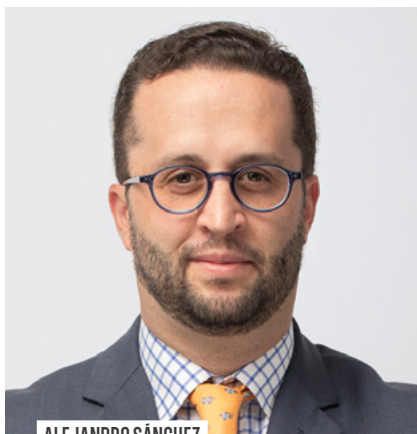
En esta ocasión, continuamos aprendiendo del uso del compliance gracias a nuestra colaboración con la World Compliance Association, esta vez en especial sobre República Dominicana.

Por último, pero no menos importante, en línea con la conmemoración del Día Internacional de la Mujer, de parte de la revista ibérica del grupo, Iberian Lawyer, entregamos la séptima edición de InspiraLaw, el cual presenta a las 50 mejores mujeres abogadas internas e in-house de España y Portugal. 

On the Move



SELENE ESPINOSA



ALEJANDRO SÁNCHEZ

MÉXICO

H&K promueve a dos socios en México

Holland & Knight ha anunciado la promoción de 52 abogados como socios, a partir de 2023, a nivel mundial, incluyendo a 33 asociados y 19 abogados sénior. Entre ellos **Selene Espinosa**, de la oficina de Ciudad de México, y **Alejandro A. Sánchez Mújica** de la oficina en Monterrey.

Esta promoción de socios es la más numerosa de la historia de la firma, así como una de las más diversas, con un 58% de miembros procedentes de grupos demográficos infrarrepresentados dentro de la profesión jurídica. Este es el séptimo año consecutivo en el que H&K ha promovido una nueva ronda de socios que supera el 50% de diversidad.

Selene Espinosa es miembro del área de Negocios. Centra su práctica en servicios corporativos y transacciones financieras. Representa a bancos, fondos, inversionistas, compradores y vendedores estratégicos en transacciones transfronterizas complejas que involucran entidades y activos estadounidenses, canadienses, europeos y latinoamericanos. También representa a suscriptores de pólizas de seguro de representación y garantía en relación con transacciones de fusiones y adquisiciones.

Alejandro A. Sánchez Mújica también es miembro del área de Negocios. Cuenta con amplia experiencia representando a empresas nacionales e internacionales en transacciones nacionales y transfronterizas, incluyendo asesoría en la estructuración y ejecución de coinversiones, proyectos de infraestructura, financiamiento, así como en la estructuración e implementación de complejos paquetes de garantías, fusiones y adquisiciones públicas y privadas, transacciones de capital privado y capital de riesgo en diversos sectores.

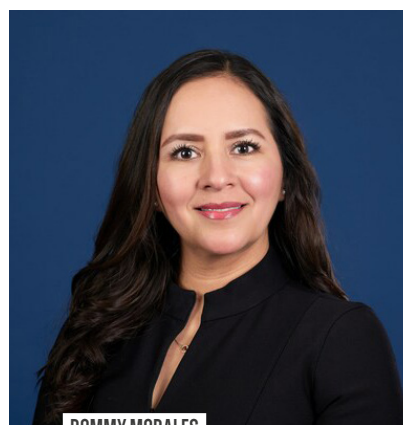
MÉXICO

Olivares promueve a dos nuevos socios

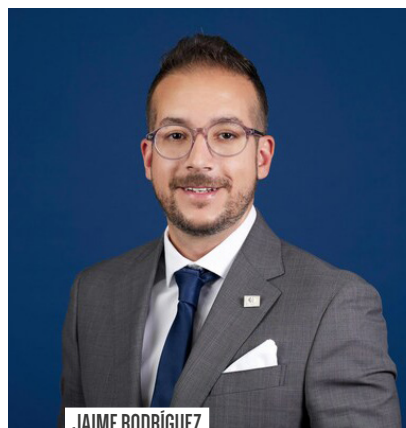
El despacho mexicano Olivares, ha anunciado la promoción de **Rommy Morales** y **Jaime Rodríguez** como nuevos socios.

Rommy Morales se unió a la firma en 2008, y lleva más de 16 años centrando su práctica en la tramitación y defensa de patentes farmacéuticas en México. Ofrece asesoramiento a clientes nacionales e internacionales en relación con la protección y observancia de sus derechos de propiedad intelectual. Rommy co-dirige el Grupo de Patentes de Olivares, supervisando todos los procesos de presentación y tramitación de patentes, así como la supervisión de un equipo en esta área. Participa regularmente en procedimientos judiciales relacionados con las ciencias de la vida que afectan a productos farmacéuticos de valor comercial.

Jaime Rodríguez es parte de Olivares desde 2007, donde se ha desempeñado especializándose en el Derecho de PI, lo que se refleja en sus estudios de postgrado y máster. Esta experiencia le ha permitido alcanzar el éxito en diversas áreas de la PI, incluyendo impresionantes resultados en litigios, así como notables resultados en asuntos de derechos de autor. Asimismo, Jaime se ha desempeñado como profesor en diversas instituciones educativas y ha publicado numerosos artículos relacionados con su práctica y la ley.



ROMMY MORALES



JAIME RODRÍGUEZ

MÉXICO

Creel promueve a Sofía Gómez como socia

Creel Abogados ha anunciado la promoción de **Sofía Gómez B.** como nueva socia del despacho en el área Laboral.

Sofía se integró a la firma en 2021. Cuenta con amplios conocimientos y experiencia ejerciendo todas las subespecialidades del Derecho Laboral, tales como derecho individual y colectivo de trabajo, seguridad social y migratorio. Centra su práctica asesorando en el manejo y administración de sus relaciones con los empleados y organizaciones sindicales. En coordinación con el equipo de Derecho Corporativo, Sofía también participa en auditorías en materia laboral relacionadas con operaciones de Fusiones y Adquisiciones, y Financiamiento.

Sofía es Licenciada en Derecho por la Universidad Iberoamericana, cursó una Maestría en Derecho del Trabajo por la Escuela Libre de Derecho y una Maestría en Derecho por la Pritzker School of Law, Northwestern University. Previamente se desempeñó en Ius Laboris y en el despacho Basham Ringe y Correa. Es miembro de la Asociación Nacional de Abogados de Empresa (ANADE), del American Bar Association y del Houston Bar Association.



SOFÍA GÓMEZ



DOMINGO PISCITELLI NEVOLA



ANDREA CRUZ SUÁREZ



ANNETTE ADRIANA ANNIA VARGAS



JOSÉ ANTONIO DE SOUSA CUMBRADO

VENEZUELA

TPA nombra a cuatro nuevos socios

El despacho venezolano Torres Plaz y Araujo ha anunciado el nombramiento de **Domingo Piscitelli Nevola** y **Andrea Cruz Suárez** como nuevos socios, y de **Annette Adriana Annia Vargas** y **José Antonio De Sousa Cumbrado** como nuevos socios departamentales.

Domingo Piscitelli Nevola se incorporó a la firma en 2012 y forma parte del departamento Administrativo-Económico. Centra su práctica en materia regulatoria, derecho administrativo, derecho constitucional, libre competencia, concesiones y licitaciones, contrataciones públicas, inversión extranjera, protección de activos y derecho corporativo. Previamente se desempeñó como abogado en los despachos Grau García Hernández & Mónaco, y Badell & Grau. Es abogado por la Universidad Católica Andrés Bello y obtuvo una maestría en Derecho Constitucional por parte de la misma.

Andrea Cruz Suárez se desempeña en el departamento de Litigios de Torres Plaz & Araujo. Ingresó a la firma en 2010 y desde entonces su ejercicio se ha centrado en el área de litigio, especialmente en temas relacionados con el Derecho civil, mercantil y de aviación. Es abogada con mención Magna Cum Laude por parte de la Universidad Central de Venezuela.

Annette Annia Vargas es parte del departamento Contencioso-Tributario y es parte de TPA desde 2013. Se especializa en el asesoramiento en actividades aduaneras, así como en labores como el manejo de causas, revisión y seguimiento de las mismas tanto en sede administrativa como jurisdiccional, en materia tributaria y administrativa, así como también la redacción de escritos y comunicaciones a ser presentados ante las oficinas de la Administración Pública, al igual que ante los órganos judiciales de la República. Abogada de la Universidad Central de Venezuela, con mención honorífica Magna Cum Laude, se encuentra cursando especialización en Derecho Financiero en la Universidad Católica Andrés Bello.

José Antonio de Sousa se unió al despacho en 2018 en el departamento de Derecho Corporativo-Tributario / Oil & Gas. Su práctica profesional se ha enfocado principalmente en asuntos tributarios y corporativos a nivel nacional e internacional. Es abogado de la Universidad Central de Venezuela con mención honorífica Magna Cum Laude, obtuvo un Diploma en Derecho Tributario Internacional de la Universidad Católica Andrés Bello, y cursó una especialización de Derecho Financiero en la misma universidad.



FEDERICA MENA LATUFF

VENEZUELA

ARAQUEREYNA promueve a socia a Federica Mena Latuff

El despacho venezolano ARAQUEREYNA ha anunciado el nombramiento de **Federica Mena Latuff** como nueva socia de la firma.

“Sin duda, daré lo mejor de mí para corresponderles y para representar e inspirar, no sólo a otras mujeres venezolanas, sino a las generaciones de abogados más jóvenes”, comentó la nueva socia.

Federica es parte de la firma desde hace 6 años, donde ha desarrollado su práctica principalmente en el Derecho Mercantil y el Derecho Inmobiliario. En los últimos años, se ha enfocado en el Régimen de Sanciones Internacionales impuestas a Venezuela, lo que le ha permitido asistir a clientes nacionales e internacionales en esta materia.

Abogada egresada de la Universidad Católica Andrés Bello, se dedica principalmente a asuntos inmobiliarios, relacionados con la adquisición, venta y arrendamiento de inmuebles comerciales, hoteleros, hospitalarios y de viviendas; y a asistir casos de fusiones y adquisiciones de compañías internacionales, reestructuraciones de empresas, constitución de empresas, redacción de contratos. Recientemente ha realizado estudios en las áreas de Gerencia y Finanzas Corporativas.

Asimismo, Federica es la mente promotora detrás de la iniciativa legal para emprendedores en Venezuela, ARAQUEREYNWithU. Este proyecto ofrece asesoría y acompañamiento en el proceso de formalización legal de nuevos emprendimientos; todo esto a tarifas especiales para empresarios emergentes.



LUCÍA RIVAS O'CONNOR



LUIS MARÍA MERELLO

ARGENTINA

TCA designa a dos nuevos socios

Tanoria Cassagne ha anunciado el nombramiento de **Lucías Rivas O'Connor** y **Luis María Merello** como nuevos socios del área de Nuevos Negocios, Innovación & Transformación Digital, liderada por **Manuel Tanoira**.

Estas nuevas designaciones permitirán potenciar la creciente práctica, fortaleciendo al despacho en materia de Venture Capital en la región. El Área de VC asesora a Start Ups, Fondos de VC, Corporate VCs en el lanzamiento y crecimiento de nuevas empresas que a través de la innovación buscan resolver los problemas del mundo y crear los empleos del futuro.

Manuel Tanoira, líder del área considera estratégico el nombramiento de Lucía y Luis debido al constante crecimiento en cantidad de clientes y transacciones llevadas a cabo por el área, y al compromiso de continuar brindando servicios de excelencia que le permitan sostenerse en su posición de liderazgo en la industria de venture capital en América Latina.

El Comité Ejecutivo, integrado por **Santiago Monti**, **Alexia Rosenthal** y **Bernardo Cassagne**, enfatiza la importancia de seguir designando socias mujeres en el estudio, contando de esa manera con una representación más inclusiva y representativa en la mesa de decisiones.

Lucía se incorporó a TCA en 2016. Es abogada egresada con honores de la Facultad de Derecho de la Universidad Austral, con más de 10 años de experiencia en capital de riesgo y startups, asistiendo a emprendedores, startups e inversores en transacciones transfronterizas vinculadas principalmente con compañías basadas en América Latina. Previo a su incorporación a la firma fue asociada en Negri & Teijeiro Abogados, M&M Bomchil Abogados y se desempeñó como counsel legal de RecargaPay.

Por su parte, Luis es abogado egresado de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires con estudios de posgrado en la Universidad Torcuato Di Tella. Por otro lado tiene más de 10 años asesorando a empresas tecnológicas, habiéndose incorporado hace 7 años a TCA para asesorar a emprendedores, startups e inversores en rondas de financiamiento y en el lanzamiento de nuevas compañías en América Latina. Anteriormente se desempeñó como abogado en los despachos Taiah & Asociados, Richards Cardinal Tützer Zabala & Zaefferer y en la plataforma de ventas online Mercado Libre, así como tribunal oral en el Poder Judicial.



ANA JAVIERA VELÁSQUEZ

CHILE

Eguiguren promueve a socia a Ana Velásquez

Eguiguren Abogados ha anunciado la promoción de **Ana Javiera Velásquez Osorio** como nueva socia del despacho.

El socio fundador del estudio, **Pedro Eguiguren**, celebró el nuevo nombramiento de la abogada y detalló que "Ana asume como socia para liderar el área laboral y debido a su experiencia apoyar la defensa en juicios complejos".

Ana es abogada titulada de la Pontificia Universidad Católica de Chile y cuenta con un diplomado en Derecho del Trabajo con mención en Procedimiento y Litigación Laboral de la misma universidad. Es experta en asesoría y litigación en juicios civiles y comerciales, con especialidad en derecho concursal.

Asimismo, Ana trabajó asesorando en el ámbito legal a Liquidadores Concursales, llevándole los Juicios, confeccionando escritos, revisando cada uno de los créditos verificados, redactando informes, actas de incautación y juntas, relacionándose con los acreedores y deudores durante los procedimientos. Antes de entrar al rubro concursal, trabajó en la Empresa Eclass, como encargada académica de coordinación de diversos cursos dictados a empresas, entre las cuales estaba la Mutual de Seguridad e Indumotora, entre otras.

2nd Edition

ENERGY & INFRASTRUCTURE

The event dedicated to private practice lawyers,
experts in the sector of energy & infrastructure in Latin America

SAVE THE DATE

13 December 2023 • São Paulo

Send your submission or ask for info to
guido.santoro@iberianlegalgroup.com
vincenzo.rozzo@iberianlegalgroup.com

Follow us on



#TheLatamLawyerAwards

www.thelatinamericanlawyer.com

DRESS CODE: business suit / cocktail dress

On the web

Liderazgo femenino

The Latin American Lawyer se une a la conmemoración del Día Internacional de la Mujer, dando visibilidad a las abogadas que, en Latinoamérica, todavía se encuentran frente a una brecha de género en la que pocas profesionales llegan a los altos puestos directivos.

En esta ocasión, ponemos en relieve operaciones principalmente lideradas por mujeres, incluyendo dos transacciones de M&A, un joint venture relacionado a un proyecto hotelero, una financiación y tres operaciones de Mercado de Capitales.



GERALDINE IFRÁN



DANIEL GONZALES

Ferrere asesora a GlobalLogic en compra de acciones de filiales de Hexacta

Ferrere, a través de su equipo en Uruguay, ha asesorado a GlobalLogic, parte del grupo Hitachi, en la compra del 100% de las acciones de las filiales de Hexacta en Argentina, Uruguay, Perú, Colombia.

La asesoría implicó la realización de un completo due diligence legal de las filiales uruguayas del grupo Hexacta, así como el asesoramiento en la estructuración y los aspectos regulatorios, legales y fiscales de la transacción.

Esta adquisición forma parte de la estrategia global de GlobalLogic de expandir su oferta y talentos en ingeniería, para satisfacer la demanda creciente de servicios de ingeniería digital. Hexacta, por su parte, lleva más de 20 años proporcionando software de alta calidad, consultoría de TI, diseño de UI/UX y servicios de ingeniería y análisis de datos.

El equipo de Rebaza Alcázar & De Las Casas asesoró en Perú a través de su equipo conformado por el socio **Daniel Gonzales La Rosa**, y los asociados Fernando Rodríguez y María José García.

El equipo de Ferrere estuvo liderado por la socia **Geraldine Ifrán**, y fue integrado por Isabel Laventure, Verónica Raffo, Martín Pesce Cutri, Alejandro Alterwain, Isabel Hounie, Walter Planells, María Eugenia Gitto Croce, Giselle Cardoso Ottonello, Maria Eugenia Contreras Duque, Cecilia Alberti Belvedere y Santiago Saint-Upéry Díaz.

ÁREAS DE PRÁCTICA

M&A, Corporate

OPERACIÓN

Compra de acciones de filiales de Hexacta por parte de GlobalLogic

FIRMAS

Ferrere, Rebaza Alcázar & De Las Casas

ABOGADOS PRINCIPALES

Geraldine Ifrán, Daniel Gonzales La Rosa

VALOR

Confidencial



GUILLERMO FERRERO



LIDIA VILCHEZ

PPU actúa en venta de Jokr Perú a Chelsea National Corp

Philippi Prietocarrizosa Ferrero DU & Uría ha actuado como asesor legal de Jokr S.a.r.l. (compañía luxemburguesa) y Jokr Services GmbH (compañía alemana), en la venta del 100% de su participación en Jokr Perú a favor de Chelsea National Corp. subsidiaria de InRetail Perú Corp.

Esta transacción fue firmada y cerrada el 6 de febrero, donde Legal Scale asesoró a Jokr en conjunto con PPU, mientras que Paul Hastings actuó como asesor del comprador en Nueva York y Alemania, y Payet Rey Cauvi Pérez Abogados, como asesor local del comprador en Perú.

Dado que las partes acordaron los términos comerciales relevantes de la transacción, el proceso de cierre de los acuerdos demandó una negociación exhaustiva y expedita de pocos días, en la que se cerraron el contrato de compraventa de acciones, un contrato de escrow, un contrato de transferencia de marca, un contrato de prestación de servicios tecnológicos y otros acuerdos relacionados. Los referidos documentos están sujetos en algunos casos a las leyes del Estado de

Nueva York y en otros casos a las leyes de Alemania o sujetos a las leyes de Perú. El asesoramiento también incluyó la planificación laboral y fiscal de la operación.

Jokr Perú es un supermercado online peruano que funciona a través de una app de entrega instantánea. La empresa inició sus operaciones en abril de 2021, buscando revolucionar los supermercados digitales.

El equipo de PPU estuvo liderado por los socios **Guillermo Ferrero** y **Lidia Vilchez**, con apoyo de la directora Johana Timana, el asociado principal Víctor Abad y los asociados Jacqueline Febres y Renato Manrique.

ÁREAS DE PRÁCTICA

M&A, Corporate

OPERACIÓN

Venta de participación de Jokr en Perú a favor de Chelsea National Corp.

FIRMA

PPU Perú

ABOGADOS PRINCIPALES

Lidia Vilchez, Guillermo Ferrero

VALOR

Confidencial



MACARENA RAVINET

Cuatrecasas asiste a CMPC en contrato de crédito de \$200m con Export Development Canada

Cuatrecasas, a través de su equipo en Santiago de Chile, ha asistido a Empresas CMPC en el otorgamiento de un contrato de crédito bajo las leyes del Estado de Nueva York (Estados Unidos), suscrito entre CMPC Celulose Riograndense-en su calidad de deudor-, Empresas CMPC -en su calidad de garante-, y Export Development Canada, en su calidad de acreedor.

Macarena Ravinet, socia líder de la operación, comentó: “esta operación de financiamiento, con un valor de US\$ 200 millones, permitirá a CMPC utilizar estos fondos para fines corporativos generales de la sociedad deudora, en cumplimiento con los estándares internacionales de sustentabilidad”.

El equipo de Cuatrecasas estuvo compuesto por la socia **Macarena Ravinet** y el asociado Federico Espinosa.

ÁREAS DE PRÁCTICA

Bancario y Financiero

OPERACIÓN

Contrato de crédito entre CMPC y Export Development Canada

FIRMA

Cuatrecasas Chile

ABOGADO PRINCIPAL

Macarena Ravinet

VALOR

\$200 millones de dólares (USD)



ROBERTO VIDAL



ANA CAROLINA CASTILLO

Morimor en joint venture para proyecto hotelero de Waldorf Astoria en Costa Rica

Morgan & Morgan ha asesorado al grupo de socios mayoritarios en un joint venture para el desarrollo, construcción y operación de un proyecto hotelero de la cadena Waldorf Astoria en Punta Cacique, Guanacaste, Costa Rica.

El proyecto consistirá en un resort de playa de lujo con un aproximado de 40 unidades residenciales y 190 habitaciones de hotel, para una inversión de más de US\$180,000,000. El proyecto ya inició construcción y se espera que el hotel abra sus puertas para recibir huéspedes en 2025.

El equipo de Morimor estuvo compuesto por los socios **Roberto Vidal** y **Ana Carolina Castillo Solís**.

ÁREAS DE PRÁCTICA

Corporate, Proyectos

OPERACIÓN

JV para el desarrollo de proyecto hotelero en Costa Rica

FIRMA

Morgan & Morgan

ABOGADOS PRINCIPALES

Roberto Vidal, Ana Carolina Castillo

VALOR

Confidencial



MERCEDES RODRIGUEZ GIAVARINI



LUCIANA DENEGRI

MCRM asesora a PRO MUJER en primera emisión de bono de género

Mitrani Caballero & Ruiz Moreno ha asesorado a PRO MUJER Servicios Financieros en su primera emisión en Argentina de un bono social con un enfoque absoluto en perspectiva de género bajo el nuevo Régimen Simplificado y Garantizado para emisiones de Obligaciones Negociables con Impacto Social.

Las Obligaciones Negociables PRO MUJER Serie I fueron emitidas el 6 de febrero por un valor nominal de AR\$200.000.000, tendrán vencimiento el 6 de febrero de 2024 y devengarán intereses a una tasa de interés variable, que será equivalente a la Tasa Badlar Privada.

Las ON se encuentran alineadas a lo establecido en los Principios de Bonos Sociales (SBP

por sus siglas en inglés) del ICMA (International Capital Market Association) y han sido emitidas conforme los “Lineamientos para la Emisión de Valores Negociables Sociales, Verdes y Sustentables en Argentina” contenidos en las Normas de la CNV (N.T. 2013 y mod) (los “Lineamientos”). La calificación de las Obligaciones Negociables como “bono social BS2” fue realizada por la Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF) en su carácter de revisor externo.

Gracias a esta operación, PRO MUJER podrá destinar el total de los fondos al financiamiento directo de 1.700 mujeres de bajos recursos, de entre 18 y 75 años, propietarias de micro y pequeñas empresas, que realizan y/o trabajan en actividades económicas productivas, de servicios, de comercio, textiles o agropecuarias y/o en el ámbito de la economía semi formal, y que necesitan financiamiento para el capital de inversión y operaciones de sus micro emprendimientos o para sus familias.

Las ON fueron admitidas para su listado en Bolsas y Mercados Argentinos en el Panel SVS y fueron autorizadas para su negociación en el Mercado Abierto Electrónico.

Banco de Galicia y Buenos Aires, Banco Hipotecario, Banco Supervielle y Banco Comafi actuaron como organizadores, colocadores y entidades de garantía; mientras que Allaria Ledesma & Cía actuó como colocador. Estas entidades fueron asesoradas por Beccar Varela.

El equipo de MCRM estuvo liderado por la socia Mercedes Rodriguez Giavarini, con apoyo del senior counsel Nicolás Fernandez Madero, y los asociados Melina Goldberg y Juan Manuela Iglesias Mamone.

El equipo de Beccar Varela estuvo compuesto por la socia Luciana Denegri y los asociados Julián Ojeda, María Belén Tschudy y María Inés Cappelletti.

ÁREAS DE PRÁCTICA

Mercado de Capitales

OPERACIÓN

Primera emisión de bono social con perspectiva de género de PRO MUJER

FIRMAS

Mitrani Caballero & Ruiz Moreno, Beccar Varela

ABOGADOS PRINCIPALES

Mercedes Rodriguez Giavarini, Luciana Denegri

VALOR

\$200.000.000 pesos argentinos (ARS)

Bruchou y TCA asesoran en emisión de ON Clase L de Petroquímica Comodoro Rivadavia



JOSÉ MARÍA BAZÁN



ALEXIA ROSENTHAL



JAIME URANGA



ROCÍO CARRICA

Bruchou & Funes de Rioja ha asesorado a Petroquímica Comodoro Rivadavia, y TCA Tanoira Cassagne asesoró a los colocadores, en la colocación de las Obligaciones Negociables Clase L por un valor nominal de AR \$7.439.994.886, emitidas bajo el Régimen Simplificado de Emisor Frecuente. Las ON Clase L fueron autorizadas para su listado en Bolsas y Mercados Argentinos (BYMA) y para su negociación en el Mercado Abierto Electrónico (MAE).

Banco Santander Argentina, Banco de Galicia y Buenos Aires, Banco BBVA Argentina, Industrial and Commercial Bank of China (Argentina) y Banco Itaú Argentina actuaron como colocadores. Mariano Juárez Goñi, Florencia Fridman y Anabela Mengoni actuaron como asesores internos de Petroquímica Comodoro Rivadavia.

Los abogados in-house que asesoraron a los colocadores fueron Enrique Cullen y Fernan Pereyra de Olazabal para Banco de Galicia y Buenos Aires; María Gabriela Mancuso y María Dolores Distefano para Banco BBVA Argentina; María Cecilia Victoria y Sebastián Pereyra Pagari para Banco Itaú Argentina; Ignacio Garcia Deibe y Ezequiel Guerrero para Banco Santander Argentina; y Matías Filippo y Luciana Vásquez para Industrial and Commercial Bank of China (Argentina).

El equipo de Bruchou estuvo compuesto por el socio **José María Bazán** y los asociados Manuel Etchevehere y Facundo Suarez Loñ.

El equipo de TCA incluyó a los socios **Alexia Rosenthal, Jaime Uranga y Rocío Carrica** y a los asociados Lucía Viboud Aramendi, Juan Manuel Simó y Agustín Astudillo.

ÁREAS DE PRÁCTICA

Mercado de Capitales

OPERACIÓN

Emisión de Obligaciones Negociables de Petroquímica Comodoro Rivadavia

FIRMAS

Bruchou & Funes de Rioja, Tanoira Cassagne Abogados

ABOGADOS PRINCIPALES

José María Bazán, Alexia Rosenthal, Jaime Uranga, Rocío Carrica

VALOR

\$7.439.994.886 pesos argentinos (ARS)



MARÍA GABRIELA GRIGIONI

PAGBAM representa a Cencosud en emisión de cuotas Serie XXVII

Pérez Alati Grondona Benites & Arntsen ha representado a las entidades involucradas en la emisión de los Valores Fiduciarios denominados “Cuotas Cencosud Serie XXVII” Clases A y B, por un monto total de AR \$2.384.481.635.

La Comisión Nacional de Valores autorizó la oferta pública de los valores fiduciarios de la Serie XXVII el día 13 de febrero de 2023; en tanto la emisión de los títulos fiduciarios se llevó a cabo el 22 de febrero de 2023.

En la emisión, Cencosud actuó como fiduciante; TMF Trust Company (Argentina) como fiduciario y emisor; Banco de Galicia y Buenos Aires como organizador y co-colocador; y SBS Trading y Banco Patagonia como co-colocadores.

Fix SCR Agente de calificación de riesgo otorgó calificación “AAAsf(arg)” para los VDFA y “CCsf(arg)” para los VDFB.

Los bienes fideicomitidos del “Fideicomiso Financiero Cuotas Cencosud Serie XXVII” son créditos físicos y digitales derivados de la utilización de las tarjetas de crédito emitidas por Cencosud.

Cencosud es una empresa dedicada a la explotación de centros comerciales, supermercados y homecenters tales como Disco, Jumbo, Easy y Unicenter, entre otros.

Los abogados internos que asesoraron en la transacción fueron Javier Luzzi para Cencosud; Leonardo Pirolo y Tomás Bruno para TMF Trust Company (Argentina); y Fernán Pereyra de Olazabal para Banco de Galicia y Buenos Aires.

El equipo de PAGBAM incluyó a la socia **María Gabriela Grigioni**, asociados Nahuel Perez de Villarreal, Jerónimo Juan Argonz, María Sol Martínez y paralegal Violeta Okretic.

ÁREAS DE PRÁCTICA

Mercado de Capitales

OPERACIÓN

Emisión de valores fiduciarios de Cencosud

FIRMA

Pérez Alati Grondona Benites & Arntsen

ABOGADO PRINCIPAL

María Gabriela Grigioni

VALOR

\$2.384.481.635 pesos argentinos (ARS)



RICARDO FISCHER

La protección de la Propiedad Intelectual es uno de los principios básicos de cualquier empresa. Con una creciente actividad en la industria de la PI, es importante reconocer a figuras que contribuyen a su desarrollo. The Latin American Lawyer se acercó a Ricardo Fischer, líder de la Práctica de Marcas de ArentFox Schiff para dialogar su trayectoria así como nuevas cuestiones en la industria como el uso de Inteligencias artificiales.

Innovación a través de la Propiedad Intelectual

por giselle estrada ramírez

Uno de los activos más valiosos de las empresas alrededor del mundo es la Propiedad Intelectual, ya que, en mayor parte representa el valor de su mercado. En la economía actual, cada vez más digital y basada en el conocimiento, la protección y la gestión de los derechos de Propiedad Intelectual se han convertido en elementos fundamentales para que las empresas sigan siendo competitivas y rentables.

Tan sólo en 2021, las solicitudes de patentes en todo el mundo crecieron un 3,6%, superando los 3,4 millones, según datos de la Organización Mundial de la Propiedad Intelectual (WIPO, por sus siglas en inglés). Asimismo, la actividad de presentación de marcas y diseños industriales creció un 5,5% y un 9,2%, respectivamente, donde la presentación de marcas totalizó 18,1 millones y la actividad de presentación de diseños industriales ascendió a 1,5 millones en dicho año.

Para conversar sobre esta importante y creciente industria, entrevistamos a Ricardo Fischer, líder de la Práctica de Marcas de ArentFox Schiff:

Ricardo, inicialmente ¿Qué le llamó la atención de la profesión jurídica? ¿y en específico de la Propiedad Intelectual?

Siempre tuve interés e inquietud sobre la conducta de las personas y empresas, las reglas que las regulan y la esencia de estas normas. Por ende, la profesión jurídica parecía una opción ideal. Sobre la Propiedad Intelectual, hubo un interés sobrevenido, no estaba en mi radar ni en el currículum universitario. Mi primer contacto fue al iniciar mi carrera profesional en un despacho que tenía una importante práctica en esta especialidad, a partir de entonces, me apasionó ver cómo la Propiedad Intelectual tiene un efecto fundamental con el desarrollo sostenible de los países. No es casualidad que la mayoría de los países desarrollados tienen sistemas que incentivan la innovación, el desarrollo y el respeto de los derechos de Propiedad Intelectual. Los grandes cambios empresariales parten con la innovación y el abogado de Propiedad Intelectual está en una situación privilegiada e instrumental para definir, identificar y proteger estas innovaciones.

A lo largo de su trayectoria, debió contar con figuras influyentes. ¿Quiénes le han marcado más y qué aprendió de ellas?

La primera figura influyente viene de haber crecido

en una familia de padres trabajadores, incansables e inmigrantes, para quienes un nuevo país no fue un obstáculo para construir una importante empresa en el sector de radio partes en la industria automotriz. Una vez en la profesión, tuve gente que confió en mí, tanto en Venezuela como en los EEUU, que me dieron la oportunidad de poder ejercer en importantes despachos en ambos países.

Nativo de Venezuela, y como cualquier profesional que deja su país, debe poseer una gran capacidad de adaptación y un background multicultural. Para su carrera, ¿qué cualidades le ha brindado esta experiencia?

Ha sido una experiencia maravillosa, quizás por haber venido de una familia de inmigrantes a Venezuela —soy parte de la primera generación nacida en Venezuela— siempre tuvimos la oportunidad de conocer varios países, idiomas y culturas. A pesar de haber estudiado Derecho en Venezuela, hice maestría en los EEUU que eventualmente me permitió sacar la licencia (Barra) para ejercer en los EEUU. La mejor cualidad que me ha brindado esta experiencia ha sido adaptarme a las necesidades de mis clientes y poder operar y ejercer en países o regiones con distintos sistemas jurídicos, de derecho continental y anglosajón. Trato de adaptar no sólo mi práctica, sino la manera como me comunico con mis clientes dependiendo de su zona geográfica. Por ejemplo, en casos de clientes en países de Derecho Civil o continental con asuntos en los EEUU, trato de adaptar mis comunicaciones a principios que sean comunes en ambos sistemas o, de no haberlos, busco cuál es la figura más parecida para explicar los pormenores de leyes, regulaciones o litigios.

Asimismo, al inicio de su carrera ejerció en

“No es casualidad que la mayoría de los países desarrollados tienen sistemas que incentivan la innovación, el desarrollo y el respeto de los derechos de Propiedad Intelectual. Los grandes cambios empresariales parten con la innovación”

“La mejor cualidad que me ha brindado esta experiencia [multicultural] ha sido adaptarme a las necesidades de mis clientes y poder operar y ejercer en países o regiones con distintos sistemas jurídicos”

despachos venezolanos ¿cuáles son las principales diferencias entre desempeñar el Derecho en LatAm y en Estados Unidos?

Por lo menos antes, llevo casi 20 años practicando derecho en los EEUU, las prácticas eran muy distintas.

En América Latina el modelo que más prevalecía era el de firmas familiares, con estructuras verticales en donde pocos en la firma generaban clientes y la expectativa para la mayoría era en el área de atención, no en la generación de clientes. En los EEUU el modelo es bastante más horizontal, más democratizado en cierta manera. Al principio de la carrera del abogado, en su parte formativa, el foco es que aprendan los principios de su área de especialización, con alguna subespecialidad, que puede ser por materia o industria, pero en algún momento, si quiere seguir creciendo dentro de la organización tendrá que poder generar sus propios clientes. Pienso que en los EEUU los clientes están más apegados al socio que lleve sus casos, en América Latina el foco es más orientado a que los clientes sean de las firmas. A todo evento, creo que el modelo ha ido cambiando también en América Latina y he visto que firmas tradicionales se han ido abriendo fuera del ámbito familiar o se han ido creando firmas nuevas sin nexos familiares entre sus socios fundadores.

Quienes se dedican a la Propiedad Intelectual, en muchas ocasiones se especializan en alguna industria en específico, como la alimentaria o farmacéutica. En su caso ¿qué es lo más valioso de asesorar a clientes de diferentes sectores?

Al principio creo que todos hacemos un poco de todo y luego con el tiempo, dependiendo de los clientes que vamos viendo, vamos adquiriendo conocimientos más específicos a algunas industrias. En mi caso específico, he tenido muchos clientes y

casos en la industria de la moda y en la de alimentos y bebidas. Por ejemplo, en el caso de industria de la moda, es común ver casos donde la discusión versa sobre “trade dress” o la apariencia general de un producto, o la protección de derechos de autor sobre ciertos diseños impresos en prendas o accesorios, y los límites de esos derechos considerando la necesidad o utilidad de los mismos.

En la industria de alimentos o bebidas, a pesar que también existen casos de “trade dress” o de derechos de autor, es muy común ver casos relacionados con marcas, colores, empaques, claims y/o etiquetado.



SOBRE RICARDO FISCHER

Líder de la Práctica de Marcas en la oficina de Washington, D.C. de ArentFox Schiff, especializado en distribución internacional y asesoría de entrada al mercado para compañías que operan en Europa, América Latina y el Caribe, y para compañías estadounidenses que ingresan a esos mercados.

Ricardo está colegiado en Nueva York y Venezuela. También está admitido como Consultor Jurídico Especial por el Colegio de Abogados del Distrito de Columbia y es supervisado por los directores de la firma. Es miembro del Comité Ejecutivo de la Asociación Interamericana de la Propiedad Intelectual (ASIPI) y anteriormente presidió su Comité de Internet. También ha formado parte de varios comités de la Asociación Internacional de Marcas (INTA).

¿Qué tipo de operaciones le aportan más significado? ¿tiene alguna anécdota de ejemplo?

Estamos en una especialidad del derecho que es maravillosa, donde estamos en una posición de ayudar a personas y empresas a innovar y contribuir con el desarrollo de la humanidad, ya sea en las artes, en tecnología, a resolver problemas de alimentación o en la cura de enfermedades.

Como un caso muy especial, he tenido el privilegio de ayudar y representar a una empresa de biotecnología basada en Cambridge, Massachussets, fundada por mi hermano, que está desarrollando tratamientos genéticos para la cura de enfermedades huérfanas, incluyendo una que busca la cura del Dravet Syndrome que afecta a mi sobrina, la hija de mi hermano que fundó la compañía, Tevard Biosciences.

Nos encontramos ante un momento significativo donde cada vez se desarrollan más inteligencias artificiales ¿Cómo cambiará el Derecho de la Propiedad Intelectual ante ello?

Un principio básico de la Propiedad Intelectual ha sido que proviene del intelecto de un ser humano. Por ejemplo, en los casos de derecho de autor la autoría siempre pertenece a una persona natural, por lo que pena que la titularidad pueda pertenecer a una empresa o persona moral. Hubo un caso reciente en donde la US Copyright Office determinó que un registro de derecho de autor no debió haber incluido imágenes creadas utilizando un sistema de inteligencia artificial y que su autor, Kris Kashtanova sólo tiene derecho a obtener

copyright sobre las partes del libro que escribió, o de su autoría, mas no sobre las imágenes en la obra que fueron producidas en la obra “Zarya of the Dawn” pero generadas con el uso de inteligencia artificial.

Este es probablemente uno de muchos casos donde estos temas van a ser discutidos en el amplio espectro de la Propiedad Intelectual y hasta dónde puede llegar la autoría de un ser humano una vez que un proceso automatizado pueda ir aprendiendo de manera independiente de sus parámetros o algoritmos iniciales.

¿Podría contarnos cuáles son sus planes a corto plazo?

Soy el co-chair del área de Marcas y Copyrights de la firma Arent Fox Schiff, y mis planes a corto plazo, aparte de seguir sirviendo y asesorando a mis clientes, está en seguir trabajando en el desarrollo y evolución de nuestros abogados más jóvenes, seguir trabajando para tener la máxima diversidad, equidad e inclusión en nuestra firma y en nuestro grupo, y que sigamos evolucionando al ritmo de las nuevas tecnologías y podamos ofrecer a nuestros clientes servicios en áreas que sean novedosas. Fuimos una de las primeras firmas que asesoramos a firmas que, por aquel entonces, estaban incursionando en lo que hoy conocemos como la Internet, y hoy somos de las pocas firmas que tenemos presencia en el Metaverso. La evolución es una tarea de todos los días. 

“[...] estos temas [de inteligencia artificial] van a ser discutidos en el amplio espectro de la Propiedad Intelectual y hasta dónde puede llegar la autoría de un ser humano una vez que un proceso automatizado pueda ir aprendiendo de manera independiente de sus parámetros o algoritmos iniciales”



**ArentFox
Schiff**

SOBRE ARENTFOX SCHIFF

Firma de reconocimiento internacional en sectores clave en los que se entrecruzan los negocios y el derecho. Con más de 600 abogados y profesionales de la política, el bufete sirve de destino para una lista internacional de empresas, gobiernos, particulares y asociaciones comerciales.



MEJORES FIRMAS LATAM 2022

Con información recopilada de TTR, The Latin American Lawyer presenta este ranking de los despachos con mayor número de operaciones transaccionales y del sector Tecnología en los países más activos de Latinoamérica.

por giselle estrada ramírez

Una de las maneras más sencillas de identificar a una buena firma de abogados es con respecto a la cantidad de operaciones que realizan en sus respectivas prácticas. Tomando ello en cuenta, el mercado transaccional de Fusiones y Adquisiciones (M&A) es uno de los que más destacan y, aunque a veces tome tiempo determinar con precisión estos números, todos los años TTR Data (antes Transactional Track Record) se toma la tarea de ir registrando mes a mes las operaciones que realizan las firmas en Latinoamérica.

Gracias a estos informes, podemos presentar un ranking de los despachos que se desempeñaron con mayor éxito en cuanto a operaciones de M&A durante el 2022, incluyendo las de Private Equity y Venture Capital. En función de ello, tomaremos en cuenta a los países con mayor actividad: Argentina, Chile, Colombia, México y Perú. Asimismo, damos continuidad al ranking que ofrecimos a mediados del año pasado.

Según el reporte anual de TTR, entre enero y diciembre se registraron 3,452 transacciones de M&A por un importe de USD 97.907 millones, lo

que supone una disminución del 11% con respecto a 2021.

Dentro de los países hispanohablantes de LatAm, México se posicionó como el país con mayor actividad, registrando 422 transacciones, aumentando en un 1%; seguido de Chile con 314 deals, descendiendo un 12%; posteriormente, Colombia realizó 266 operaciones, aumentando su número en un 6%; mientras que Argentina tuvo 184 transacciones registradas, cifra que representa un descenso del 16%; por último, Perú contabilizó 109, lo que supone un descenso del 16%, con respecto al mismo periodo del año anterior. Este ranking mantiene las mismas posiciones consignadas durante los primeros siete meses de 2022 (véase [TLAL 27](#)).

Por su parte, respecto al capital movilizado de estos países, comparando las cantidades con las de 2021, México, al igual que Chile, disminuyeron su importe en un 17%, con USD 16.036 millones y USD 14.723 millones, respectivamente. Asimismo, también con un descenso, Colombia disminuyó un 20% su capital movilizado (USD 10.061 millones), Argentina redujo su importe en un 70% (USD 4.180 millones), y Perú en un 25% (USD 2.572 millones).

Las mejores firmas de Latinoamérica, por valor de operaciones, durante 2022 fueron las mostradas a continuación.

**Este ranking fue generado en base a todas las transacciones registradas en TTR (TTRecord.com) del 1 de enero al 31 de diciembre de 2022, incluyendo tanto transacciones anunciadas como cerradas. Las adquisiciones de activos han sido incluidas únicamente cuando el Target ha sido clasificado como "Business Unit". No se han incluido joint ventures. También se excluyen global deals y deals intragrupo. Sin restricciones sobre el valor de la transacción o la participación adquirida/vendida. El ranking ha tenido en cuenta asesoría jurídica en corporate M&A, estructuración fiscal y control de concentraciones.*

ARGENTINA

RANKING 2022	FIRMA	NÚM. DE TRANSACCIONES	VALOR TOTAL (USDM)	RANKING 2021
1	DLA Piper Argentina	14	1,60	2
2	Marval O'Farrell Mairal	10	283.30	1
3	Tanoira Cassagne Abogados	5	38.00	13
4	Bruchou & Funes de Rioja	4	28.80	8
5	EY Law Argentina	3	*	*
6	Baker McKenzie Argentina	2	962.00	5
7	Beccar Varela	2	215.20	4
8	Tavarone, Rovelli, Salim & Miani	1	665.00	14
9	Estudio Molledo	1	195.00	*
9	MW Legal	1	195.00	*
9	Ortiz y Asociados	1	195.00	*
10	EGMT	1	3.70	*

*Sin datos disponibles

CHILE

RANKING 2022	FIRMA	NÚM. DE TRANSACCIONES	VALOR TOTAL (USDM)	RANKING 2021
1	Carey	37	6,906.75	1
2	Claro & Cía.	16	6,199.93	4
3	Cuatrecasas Chile	15	1,554.56	2
4	Barros & Errázuriz	14	2,875.79	5
5	DLA Piper Chile	14	874.35	3
6	CMS Carey & Allende	10	409.80	6
7	NLD Abogados	8	10.00	20
8	Phillipi, Prietocarrizosa Ferrero DU & Uría Chile	6	100.68	7
9	Bofill Mir & Álvarez Jana (BMAJ)	6	20.91	*
10	Garrigues Chile	5	57.44	11

*Sin datos disponibles

COLOMBIA

RANKING 2022	FIRMA	NÚM. DE TRANSACCIONES	VALOR TOTAL (USDM)	RANKING 2021
1	Brigard Urrutia	37	1,334.92	1
2	DLA Piper Martinez Beltrán	24	4,249.77	2
3	Posse Herrera Ruiz	21	737.11	3
4	Gómez-Pinzón	19	731.13	5
5	Cuatrecasas Colombia	11	51.00	6
6	Phillipi, Prietocarrizosa Ferrero DU & Uría Colombia	9	591.70	4
7	Dentons Cárdenas & Cárdenas	8	561.38	9
8	RAD	8	66.30	7
9	Garrigues Colombia	8	8.95	8
10	UH Abogados	7	15.46	15

MÉXICO

RANKING 2022	FIRMA	NÚM. DE TRANSACCIONES	VALOR TOTAL (USDM)	RANKING 2021
1	Creel, García-Cuellar, Aiza y Enríquez	50	2,793.10	1
2	Mijares, Angoitia, Cortés y Fuentes	11	1,934.53	2
3	Galicia Abogados	11	1,1769.59	3
4	Ritch Mueller	8	127.58	6
5	DLA Piper México	7	225.00	*
6	Cuatrecasas México	6	*	9
7	González Calvillo	5	1.50	7
8	Pérez Correa González	3	82.00	*
9	Basham Ringe y Correa	3	*	4
9	Von Wobeser y Sierra	3	*	14
10	Santamarina y Steta Abogados	2	700.00	22

*Sin datos disponibles

PERÚ

RANKING 2022	FIRMA	NÚM. DE TRANSACCIONES	VALOR TOTAL (USDM)	RANKING 2021
1	Estudio Muñiz	14	128.61	1
2	Rodrigo, Elías & Medrano Abogados	13	976.61	5
3	Rebaza, Alcázar & De Las Casas	9	746.00	8
4	Cuatrecasas Perú	8	87.93	4
5	Phillipi, Prietocarrizosa Ferrero DU & Uría Perú	7	87.93	6
6	García Sayán Abogados	5	300.00	*
7	Miranda & Amado Abogados	4	163.50	2
8	Garrigues Perú	4	25.00	9
9	Estudio Rubio Leguía Normand	3	300.00	7
10	Payet, Rey, Cauvi, Pérez Abogados	3	87.93	10

*Sin datos disponibles

Adicionalmente, TTR Data seleccionó como transacción del año la adquisición del 100% de Dercorp CL a la familia Del Río por parte de Inchcape, empresa dedicada a operar concesionarios de vehículos con sede en Londres. La operación fue valorada en USD 1.536 millones, y contó con el asesoramiento jurídico de Claro & Cía, [PPO Abogados](#), Herbert Smith Freehills, [Barros & Errázuriz](#), White & Case y Garrigues Chile.

RANKING FIRMAS M&A EN SECTOR TECNOLOGÍA

Asimismo, remitimos un ranking de las firmas con mayor número de operaciones en el sector Tecnología, siendo este uno de los más relevantes y con más actividad en la región:

ARGENTINA

RANKING 2022	FIRMA	NÚM. DE TRANSACCIONES	VALOR TOTAL (USDM)	RANKING 2021
1	Tanoira Cassagne Abogados	6	38,50	2
2	DLA Piper Argentina	6	1,60	6
3	Marval O'Farrell Mairal	3	242,00	1
4	CLO Cornu Labat – Otálvares	2	0,75	*
5	EY Law Argentina	2	*	*
6	Beccar Varela	1	207,00	4
7	EGMT	1	3,70	*
8	Allende & Brea Abogados	1	0,50	*
9	Aguirre Saravia & Gebhardt	1	*	*
9	Baker McKenzie Argentina	1	*	*
9	Bartolomé & Allemand	1	*	*
9	Bomchil	1	*	*

*Sin datos disponibles

CHILE

RANKING 2022	FIRMA	NÚM. DE TRANSACCIONES	VALOR TOTAL (USDM)	RANKING 2021
1	DLA Piper Chile	20	41,65	1
2	Carey	15	898,80	2
3	CMS Carey & Allende	9	410,20	8
4	Cuatrecasas Chile	9	2,10	5
5	Claro & Cía.	5	1,094,00	*
6	Barros & Errázuriz	5	156,06	4
7	Aninat Abogados	3	117,00	10
8	Villarino e Ilharreborde (VEI)	3	18,80	*
9	Alcaíno Abogados	3	18,00	*
10	NLD Abogados	3	10,00	*
11	Barros Silva Varela & Vigil Abogados	2	930,20	*
12	Marinovic & Alcalde	2	*	*
12	Philippi, Prietocarrizosa Ferrero DU & Uría Chile	2	*	6

*Sin datos disponibles

COLOMBIA

RANKING 2022	FIRMA	NÚM. DE TRANSACCIONES	VALOR TOTAL (USDM)	RANKING 2021
1	Brigard Urrutia	12	327,04	7
2	RAD	8	67,00	1
3	DLA Piper Martinez Beltrán	5	200,00	7
4	Posse Herrera Ruiz	5	*	4
5	Cuatrecasas Colombia	4	51,00	*
6	Garrigues Colombia	3	8,95	*
7	UH Abogados	3	7,50	*
8	Correa Merino Agudelo	2	2,00	5
9	Dentons Cárdenas & Cárdenas	1	10,00	*
10	Lloreda Camacho & Co	1	8,71	*
11	Brick Abogados	1	*	*
11	Contexto Legal Abogados	1	*	*
11	Philippi, Prietocarrizosa Ferrero DU & Uría Colombia	1	*	3

MÉXICO

RANKING 2022	FIRMA	NÚM. DE TRANSACCIONES	VALOR TOTAL (USDM)	RANKING 2021
1	Creel, García-Cuellar, Aiza y Enríquez	15	296,09	1
2	Mijares, Angoitia, Cortés y Fuentes	4	155,00	2
3	González Calvillo	3	1,50	6
4	Cuatrecasas México	3	*	*
4	Galicia Abogados	3	*	*
5	Pérez Correa González	2	82,00	*
6	Ritch Mueller	2	27,00	*
7	DLA Piper México	2	*	*
8	Rva abogados	1	27,19	*
9	Kuri breña, sánchez ugarte y aznar	1	7,50	*
10	Basham ringe y correa	1		7
10	Chevez ruiz zamarripa	1		*
10	Creel abogados	1		*
10	Quintanilla asociados	1		*

*Sin datos disponibles

PERÚ

RANKING 2022	FIRMA	NÚM. DE TRANSACCIONES	VALOR TOTAL (USDM)	RANKING 2021
1	Rebaza, Alcázar & De Las Casas	4	746,00	4
2	Rodrigo, Elías & Medrano Abogados	4	736,00	2
3	Garrigues Perú	3	10,00	*
4	Cuatrecasas Perú	3	*	*
5	DLA Piper Perú	2	30,00	*
5	Estudio Muñiz	2	30,00	1
6	Philippi, Prietocarrizosa, Ferrero DU & Uría Perú	2	*	4
7	García Sayán Abogados	1	*	*
7	Martinot Abogados	1	*	*
7	Miranda & Amado Abogados	1	*	3

*Sin datos disponibles

Todas las operaciones y los datos de los rankings están disponibles en www.ttrdata.com

Gracias a las palabras de distinguidos abogados y profesionales dedicados a la industria bancaria, en The Latin American Lawyer analizamos las ventajas, complicaciones y posibilidades de la propuesta de moneda común entre Brasil y Argentina: “sur”.



SUR: Potencia Regional

por giselle estrada ramírez

A inicios de año, tras la reunión entre los presidentes de Brasil y Argentina, los gobiernos de ambos países acordaron tratar de impulsar la iniciativa de una moneda común que pretende facilitar sus operaciones financieras. La divisa denominada “sur” se trataría de una moneda exclusiva para transacciones comerciales, de manera que, al no estar en circulación, no dejarían de existir el real brasileño ni el peso argentino.

La viabilidad de esta moneda se ha puesto en duda, pues no es la primera vez que un tipo de cambio de dicha naturaleza haya sido propuesta, sin embargo, para discutir con mayor certeza, The Latin American Lawyer se acercó a la voz de los expertos quienes comparten su postura.

En esta ocasión, por parte del despacho TCA Tanoira Cassagne, nos comparten su opinión **Alexia Rosenthal**, socia de Banking & Finance y Mercado de Capitales y presidente del comité ejecutivo, así como **Ignacio Criado Diaz**, abogado sénior de la mencionada área; otro abogado que nos comenta al respecto es **Hugo Bruzone**, socio de la práctica de Derecho Bancario & Mercado de Capitales de Bruchou & Funes de Rioja. Por último, pero no menos importante, contamos con la opinión de **Mariana Camino**, CEO de ABECEB, empresa de consultoría de economía y negocios en Argentina.

¿De qué manera la moneda Sur impulsaría la relación comercial entre Argentina y Brasil?

Alexia e Ignacio:

A la fecha no hay una propuesta real y concisa de cómo se implementaría esta moneda. Recordemos que las primeras conversaciones sobre este tema no aclaraban si Sur sustituiría las monedas locales de cada uno de los países (Peso y Real) o si sería una moneda paralela para transacciones comerciales.

La idea de una moneda común fue recientemente descartada por el gobierno brasileño por las marcadas diferencias entre ambas economías. Tengamos en cuenta que la inflación argentina en el 2022 rondó el

95%, Argentina además actualmente tiene una deuda con el FMI superior a USD 72 mil millones y creciente, las reservas argentinas están en mínimos históricos y casi 8 veces menos que las de Brasil, y por sobre todas las cosas, Argentina actualmente no tiene acceso a crédito internacional (excepto por el Fondo Monetario Internacional).

Por todas estas cuestiones, los comunicados oficiales apuntaron más a la idea de una moneda para transacciones comerciales y financieras entre ambos países que la idea de una moneda común, como es el caso del euro.

En ese caso, el primer gran desafío sería el respaldo de dicha moneda, ya que para ello se debería crear un banco central conjunto al que ambos países capitalicen con reservas internacionales; lo cual no parece viable por la falta de reservas con las que cuenta el Banco Central de la República Argentina.

Por esta razón, se estaría gestando la idea de generar un swap entre ambos países para compensar los déficits comerciales, de manera de ahorrar al Banco Central de la República Argentina el dispendio de reservas



MARIANA CAMINO

internacionales.

Esto ciertamente mejoraría el comercio exterior entre ambos países y sus flujos financieros, reduciendo la dependencia de ambos países con el dólar. Es decir que, en el corto plazo, la estructura del swap podría otorgarle al Banco Central de la República Argentina una mayor disponibilidad de reservas para el año 2023.

Hugo Bruzone:

En primer lugar, veo el proyecto de una moneda común entre Argentina y Brasil como un proyecto de largo, para el cual todavía falta recorrer un largo camino. Dicho esto, desde el punto de vista de la relación comercial entre ambos países parece obvio que una moneda común favorece el intercambio comercial, potenciando el comercio de bienes y servicios entre los países que formen parte de dicha iniciativa, al reducir costos transaccionales, permitir eficiencias y así lograr una mayor integración comercial.

Por algunas declaraciones oficiales, parecería que los gobiernos son conscientes de las dificultades de crear una verdadera moneda común y que, al menos en una primera etapa, tendría una función limitada. Como sabemos, el dinero tiene tres funciones clásicas, medio de cambio; unidad de cuenta; y reserva de valor.

Si ese fuese el camino, tendería a cumplir su función de medio de cambio en las transacciones entre países, pero no cumpliría la función de reserva de valor ni de unidad de cuenta, y, por lo tanto, su impacto sería mucho más limitado.

Mariana Camino:

La implementación de una moneda como el SUR únicamente permitiría una reducción de los costos de transacción de la compra y venta de dólares, lo que sería importante para las PyMEs que tienen menor poder de negociación frente a los bancos. En teoría, implica una ventaja de costos que podría incentivar el comercio bilateral.

No obstante, también es cierto que esta virtud ya la tiene el “sistema de pagos en monedas

locales” (SML) que se aplica a nivel bilateral desde 2014. En el SML, los bancos centrales hacen la compensación al final del día por el balance bilateral del comercio, en dólares. De manera que, si bien previene el constante flujo de divisas, no impide la salida neta de dólares de la Argentina, que es quién tiene un saldo bilateral deficitario.

Si el SUR permite que ya no existan compensaciones en dólares, el Banco Central de la República Argentina (BCRA) podría liberar las importaciones desde Brasil y el comercio podría incrementarse, pero principalmente en un sentido: el de las importaciones argentinas, aumentando el rojo de las cuentas argentinas.

¿Qué medidas se tendrían que aplicar para que se logre implementar? ¿Cuáles son las posibles complicaciones?

Alexia e Ignacio:

Cabe aclarar que ambos países actualmente cuentan con el SML, que es un sistema de pagos destinado a operaciones comerciales, de hasta 360 días, que permite a los importadores y exportadores argentinos y brasileños la realización de pagos y cobros en sus respectivas monedas. El SML entró en vigencia en 2008 y habilita una serie de procedimientos entre los bancos centrales de Argentina y Brasil para cursar operaciones de comercio exterior en moneda local. Al final de cada día, los Bancos Centrales de ambos países le giran a su contraparte los dólares netos por esas operaciones.

La implementación del SML fue un hito histórico como principio del establecimiento de un mercado globalizado. Sin perjuicio de ello, el SML no ha tenido el éxito esperado, ya que la gran mayoría de las operaciones de comercio exterior entre ambos países continúan realizándose en dólares estadounidenses.

Hugo Bruzone:

Cuando uno revisa las integraciones monetarias exitosas, donde la experiencia de la Unión Europea obviamente se destaca, se enfatiza la necesidad de lograr coordinación

y convergencia en las principales variables económicas tales como inflación; metas fiscales, cuenta corriente, tipo de cambio, tasa de interés. Ello lleva necesariamente a tener que adoptar marcos normativos en materia impositiva, de legislación laboral, etc., que no desequilibren la competitividad entre las diversas economías. Es decir, parece muy difícil converger en lo monetario manteniendo situaciones fiscales y de competitividad muy asimétricas.

Mariana Camino:

Lo primero es definir concretamente de qué estamos hablando. No se refiere el proyecto a una moneda única común que reemplace al peso y al real, al estilo del euro. Algo así sería fácticamente imposible dadas las características de los países.

Se está hablando únicamente de una moneda que sirva para realizar una anotación contable, muy posiblemente sin billetes físicos, y que se utilizaría únicamente en el intercambio comercial mientras convive con el peso y el real, con los cuales debería tener una conversión automática.

Requerimientos:

Aclarado este punto, el primer requerimiento indispensable es cómo manejar el riesgo cambiario. Como la Argentina tiene mucha más inflación que Brasil la relación "peso/SUR" va a ser mucho más volátil que la relación "real/SUR". A los efectos que ninguna parte esté sometida a una pérdida cambiaria, el SUR tiene que ser una moneda estable (similar al dólar). Pero si no se quiere usar la moneda norteamericana ni ninguna otra moneda global, el SUR debiera estar indexado a una canasta de bienes.

El segundo, es la existencia de una garantía a ser ejecutada por el país superavitario en caso de incumplimiento de la parte deficitaria. Como Argentina tiene un déficit estructural en el intercambio con Brasil debería ofrecer una garantía ante la posibilidad de que no pueda compensar ese desequilibrio. La pregunta es qué puede ofrecer la Argentina que a Brasil le interese... ¿el gas

de Vaca Muerta?

Un tercer requerimiento es que el Sur sea lo suficientemente robusto como para ser aceptado como activo en las reservas de ambos bancos centrales.

Complicaciones:

Las empresas que realizan operaciones de comercio exterior están habituadas a una valuación internacional de bienes y servicios, es decir, en dólares. Tener que valorizar todo en dólares, en pesos o reales, y además en "sures" implica una duplicación y un sobre costo operativo. Los exportadores argentinos tienen una preferencia por el cobro en dólares, y no es tan fácil instalar la confianza en otra moneda, salvo que obtengan algún margen de beneficio por su empleo.

Podría producirse un desvío de importaciones hacia Brasil, ya que, al no generar una pérdida de dólares, el BCRA mostraría mayor flexibilidad, con lo que se podría acumular un crédito en sures en el banco central de Brasil que podría provocar un riesgo creciente de incumplimiento.

A pesar de que un tipo de cambio de esta naturaleza ya se ha propuesto en repetidas ocasiones ¿Por qué se dice que será poco viable? ¿realmente afectaría negativamente a Brasil, o cuál es la razón por la que no se ha concretado?

Alexia e Ignacio:

Nos remitimos a las razones descritas en el punto 1 en cuanto a las diferentes situaciones de las economías de ambos países.

Hugo Bruzone:

Me parece que tiene que ver con lo que mencioné en la pregunta anterior. Desde el año 1998, con la devaluación de Brasil y luego con la salida del régimen de convertibilidad de Argentina en el año 2002, ambos países se enfrentaron a situaciones muy diversas. En ese período, Argentina restructuró 2 veces su deuda externa y alcanzó niveles de inflación de 3 dígitos. Desde ese punto de

vista, parecería que resta un largo proceso de estabilización y convergencia para poder pensar en un proyecto de real unificación monetaria.

Mariana Camino:

Los problemas macroeconómicos de la Argentina han generado una altísima



SOBRE ABECEB

Es una empresa de consultoría con 20 años de trayectoria que ofrece servicios a clientes de Argentina e Iberoamérica. Por su nivel de expertise y larga experiencia, que logra una visión integral al analizar la macroeconomía, la micro y los negocios.

Esa perspectiva permite brindar un mejor entendimiento de la estrategia más adecuada para la planificación de las empresas, para cuantificar y cualificar riesgos y para un mejor rendimiento de las oportunidades. Entre sus servicios se destacan el asesoramiento en macro, economía real, Latam; y en estrategia y negocios (M&A, búsqueda de financiamiento, business plan, partners).



SOBRE HUGO BRUZONE

Hugo lidera el área de Derecho Bancario & Mercado de Capitales de Bruchou & Funes de Rioja. Ha participado en numerosas operaciones de mercado de capitales incluyendo oferta pública de acciones, ofertas públicas de adquisición y colocación de títulos de deuda. A su vez, posee una amplia experiencia en la industria bancaria, representando instituciones financieras argentinas y del exterior en diferentes operaciones de fusiones y adquisiciones y en asuntos regulatorios. Asesora a la Asociación de Bancos de la Argentina (ABA).

Desempeñó diversas funciones en el sector público, ejerciendo el cargo de Asesor Legal y Coordinador General del Fondo Fiduciario de Capitalización Bancaria, Director del Banco de la Nación Argentina y Director del Banco Central de la República Argentina. Asimismo, ocupó los cargos de presidente de Pellegrini Sociedad Gerente de Fondos Comunes de Inversión S.A. y de Nación Bursátil Sociedad de Bolsa S.A. y de Síndico de Seguro de Depósitos S.A. (Sedesa).



SOBRE ALEXIA E IGNACIO

Alexia Rosenthal es abogada y licenciada en Ciencias Políticas por la Universidad de Buenos Aires Socia fundadora y presidente del Comité Ejecutivo del estudio TCA Tanoira Cassagne, a cargo del área de Mercado de Capitales, Banking & Finance, Fintech y Project Finance. Directora Titular Independiente del Mercado Abierto Electrónico (MAE) desde 2018. Consultora contratada por el Banco Interamericano de Desarrollo BID para asesorar a la Comisión Nacional de Valores. Miembro del Directorio del Comité de Abogados de Bancos de Argentina. Asesora legal externa de Bolsas y Mercados de Argentina (BYMA). Asesora legal externa de la Cámara de Fondos Comunes de Inversión (CAFCI). Asesora legal externa de Caja de Valores. Se desempeña asesorando tanto a entidades locales como internacionales, en Mercado de Capitales, Derecho Bancario y Financiero, Normativa Cambiaria, Regulaciones del Banco Central de la República Argentina, Reestructuraciones Financieras y Fusiones & Adquisiciones.

Ignacio Criado Diaz es abogado egresado de la Pontificia Universidad Católica Argentina. Su práctica se centra en el asesoramiento, tanto a entidades locales como internacionales, en Mercado de Capitales, Derecho Bancario y Financiero, reestructuración de pasivos, emisiones de valores negociables, tanto del ámbito público como privado y regulaciones del Banco Central de la República Argentina. Es especialista en la regulación de la Comisión Nacional de Valores y securitización y transacciones financieras estructuradas.

inflación y desequilibrios tales que obligaron a devaluaciones muy bruscas de la moneda. Actualmente la moneda argentina no cumple con las funciones básicas de “dinero”, por lo que la población ha adoptado al dólar como moneda sustituta. Ante esta situación, hay dos alternativas de moneda “común”: una panacea como el SML, donde la contraparte tiene cobertura de riesgo en dólares, o una “camisa de fuerza”, donde los países se obliguen a hacer los deberes para que el sistema funcione, como delegar la política monetaria y tener parámetros estrictos para la política fiscal.

Esto no lo veo probable, y menos aún que Brasil se someta a esas condiciones.

Hay también un problema de expectativas asimétricas entre Argentina y Brasil: para el segundo la iniciativa reviste un carácter estratégico de soberanía respecto de los focos de poder global (USA, UE, Asia) y constituye un proyecto de largo plazo. En cambio, la Argentina lo lee exclusivamente como una forma de no desprenderse de dólares al importar, ya que su atención está puesta en las urgencias internas y necesita una solución de muy corto plazo. ■

Además de abogados, jueces y notarios, la industria legal se encuentra llena de valiosos profesionales que decidieron dedicarse a áreas del derecho tras haber incursionado en otras carreras. Tal es el caso de Rommy Morales, eminencia de Propiedad Intelectual y patentes de medicamentos, recientemente nombrada socia del despacho Olivares.



ROMMY MORALES

Biología y Farmacia en la profesión legal

por giselle estrada ramírez

La llegada de marzo y el día internacional de la mujer siempre resulta en una buena excusa para contar las historias de inspiradoras mujeres que abrieron camino en su ámbito profesional. El sector legal no está exento de disponer con incontables casos de profesionistas femeninas que son figuras de referencia en sus áreas, mas, quienes apenas empiezan tienen un largo camino por recorrer.

La industria legal en Latinoamérica apenas cuenta con un 26% de mujeres profesionales entre los altos directivos de las firmas, siendo México uno de los países que falla más al incluir a las abogadas, donde solo el 13% de los cargos de socios son ocupados por mujeres, según los datos recopilados por The Latin American Lawyer en 2022 (véase [TLAL núm 24, pág. 32](#)). Asimismo, no es información nueva el decir que en el ámbito de la ciencia, la brecha de género continúa vigente, puesto que las mujeres investigadoras representan sólo el 33%, según un informe de la UNESCO de 2019, donde además, Latinoamérica se destaca como una región en la que apenas el 45.1% de las mujeres dedican sus carreras a la ciencia e investigación.

Es por ello que en esta ocasión decidimos resaltar el caso de Rommy Morales, figura destacada de la Propiedad Intelectual y de patentes farmacéuticas en México, quien no sólo es una mujer que se dedicó inicialmente y continúa informándose en la ciencia, siendo bióloga y Maestra en Biomedicina Molecular, sino que además acaba de ser nombrada la primera socia del despacho Olivares.

Rommy, felicitaciones por su nombramiento como socia, ¿cómo se preparó para asumir el

“[...] conocer el marco jurídico de la Propiedad Intelectual y cómo éste se vincula de una manera tan armónica con las ciencias, la innovación y su protección, [fue algo] que me apasionó”

puesto?

Muchas gracias por sus felicitaciones. Sobre cómo me preparé para asumir el puesto, en realidad fue un trabajo que inicié hace casi 15 años cuando acepté la invitación de trabajar en OLIVARES, ya que desde el momento en que formé parte del equipo de patentes, siempre fui muy comprometida con los objetivos de la firma y los míos como profesionista, lo que me llevó a obtener muy buenos resultados dentro de la firma e ir ascendiendo dentro de la misma.

Corrijame si me equivoco, pero es además la primera socia de la firma ¿así es? ¿qué le



SOBRE ROMMY MORALES

Socia de Olivares, se unió a la firma en 2008. Ha asesorado a varias de las principales empresas farmacéuticas, biotecnológicas y químicas del mundo para la protección y defensa de sus derechos de Propiedad Intelectual. Es co-directora del grupo de patentes y coordinadora de las áreas de presentación y de trámite de solicitudes de patente; así como encargada del área de variedades vegetales.

Rommy es una de las especialistas más reconocidas en México en el trámite y litigio de patentes farmacéuticas, biotecnológicas y químicas pues posee un amplio conocimiento técnico, así como una vasta experiencia en dichas áreas.

“Desde la perspectiva legal, se han tenido que incrementar esfuerzos e invertir más recursos, para que [...] se pueda contribuir al debido acceso a medicamentos para aquellos pacientes que están en espera de un tratamiento”

entusiasmo más y cuáles son sus objetivos en esta nueva etapa?

Así es, tengo el gran honor de ser la primera mujer en ser nombrada socia de OLIVARES desde su fundación en 1969.

Son muchísimas las cosas que me entusiasman, pero una de las que más me motivan es marcar la diferencia y ser un factor de cambio para impactar de manera positiva dentro de la firma. Mi objetivo en esta nueva etapa es aportar ideas, soluciones y crear valor dentro del negocio, desde mi experiencia y perspectiva como profesionalista, representando a las mujeres no sólo dentro de la firma, sino a las del gremio en nuestro país.

Bióloga de profesión ¿cómo surgió su interés por dedicarse a la Propiedad Intelectual y patentes farmacéuticas a través de la abogacía?

Siendo bióloga de profesión y con una maestría en ciencias en Biomedicina Molecular, me cuestioné si quería dedicarme a la investigación para así continuar con mis estudios en esa rama de las ciencias o si quería explorar nuevas cosas. En esta búsqueda, decidí aventurarme en un área que parecía no estar relacionada con la mía, la de la Propiedad Intelectual, así que estudié una especialidad en dicha materia, suceso que marcó y definió mi trayectoria profesional pues pude conocer el marco jurídico de la Propiedad Intelectual y cómo éste se vincula de una manera tan armónica con las ciencias, la innovación y su protección, materia que me apasionó.

La industria farmacéutica se vio sumamente afectada a raíz de la pandemia de covid-19 ¿cómo cambió el trabajo con sus clientes?

Desde mi punto de vista, la industria farmacéutica durante la pandemia del COVID-19

lejos de verse afectada, se fortaleció al convertirse en el eje principal para el desarrollo de vacunas en tiempos récord.

Esto demostró la importancia que las empresas farmacéuticas innovadoras tienen a nivel global y subrayó el papel de la propiedad intelectual en este ámbito.

Asimismo, este gobierno se ha caracterizado por el desabasto de medicamentos, con respecto a sexenios anteriores ¿cómo ha afectado este desabasto a sus clientes desde la perspectiva legal?

El problema del desabasto de medicamentos ha tenido un impacto en varios frentes de la industria.

Desde la perspectiva legal, se han tenido que incrementar esfuerzos e invertir más recursos, para que, a través de acciones legales en las instancias respectivas, se pueda contribuir al debido acceso a medicamentos para aquellos pacientes que están en espera de un tratamiento, esto a la par de esfuerzos que se han realizado en otras áreas para afrontar este gran reto.

Recientemente la Comisión Federal para la Protección contra Riesgos Sanitarios (Cofepris) facilitó los trámites para importar medicamentos y dispositivos médicos, de manera que no se pasara por una revisión tan rigurosa ¿Ha habido complicaciones al respecto, o ha traído más ventajas? Cuéntenos su opinión

Es un tema controvertido, ya que, en efecto, se esperaba un beneficio en el debido y pronto acceso a medicamentos y dispositivos médicos

“La Propiedad Intelectual ofrece un amplio abanico de áreas en la que los profesionistas pueden desarrollarse, y es un área tan noble que, desde un abogado hasta un ingeniero, biólogo (como es mi caso), químico, etc., pueden dedicarse a esta rama del derecho”

por parte de los pacientes, así como en la agilización de la eventual aprobación de dichos productos. Sin embargo, por ahora, no se ha logrado un progreso significativo.

Por otro lado, hay que considerar que existen cuestiones que se deben tomar en cuenta para que se importen productos sin una revisión rigurosa, ya que es necesario asegurar que se cumplan con los estándares mínimos de calidad, seguridad y eficacia. Además, es sumamente importante tomar en cuenta que otros derechos, tales como derechos exclusivos de propiedad intelectual, pueden verse afectados. Finalmente se debe atender al principio de igualdad entre aquellos a los que les fue requerido pasar por una revisión exhaustiva.

Por lo anterior, es muy importante seguir trabajando para cuidar estas y otras cuestiones a fin de mantener un equilibrio en el sistema que permita un adecuado acceso a los medicamentos y dispositivos médicos por parte de los pacientes.

En un país con pocas mujeres socias en los despachos legales ¿qué le diría a las futuras abogadas o profesionales mujeres que aspiran a un camino laboral similar?

Dado que en la actualidad el tema de género está dejando de ser una barrera para que las mujeres talentosas ocupen puestos de alta dirección, yo les diría que no duden en ser la mejor versión de ellas mismas en cualquier puesto o actividad que desempeñan, hacer aquello que les apasiona y tener metas claras, lo que sin lugar a duda aumentará sus probabilidades de éxito profesional.

De la misma manera, ¿qué les recomendaría a las personas profesionales que busquen desempeñar su carrera a través del Derecho?

La Propiedad Intelectual ofrece un amplio abanico de áreas en la que los profesionistas pueden desarrollarse, y es un área tan noble que, desde un abogado hasta un ingeniero, biólogo (como es mi caso), químico, etc., pueden dedicarse a esta rama del derecho, por lo que los invito a explorar las diferentes áreas prácticas de la Propiedad Intelectual y elegir la que más más se ajuste a sus intereses personales y profesionales, y como en mi caso, encontrarán una profesión sumamente apasionante. ■



SOBRE OLIVARES

Firma de abogados y profesionales técnicos fundada en 1969, actualmente reconocida como una firma líder en Propiedad Intelectual en México. Bajo la dirección de 11 socios, Olivares brinda servicios legales de primer nivel a clientes nacionales y extranjeros en materia de patentes, variedades vegetales, marcas, derechos de autor, litigio, derecho regulatorio, administrativo, civil, comercial y corporativo, entre otros.

Olivares además cuenta con grupos especializados en las principales industrias, como ciencias de la vida, entretenimiento, nuevas tecnologías y privacidad de datos. Asimismo, cuenta con un equipo de traductores especializados, algunos con experiencia en diversos trámites de Propiedad Intelectual, lo que asegura la calidad de las traducciones técnicas y legales, que a su vez pueden ser empleadas en todos los países de habla hispana sin necesidad de adaptarlas a los regionalismos de cada país.



THE LATIN AMERICAN LAWYER

THE DIGITAL AND FREE MAGAZINE

DEDICATED TO THE LATIN AMERICAN
BUSINESS COMMUNITY

Every issue includes:

- Interviews with lawyers, in-house counsel, tax experts
- Business sector studies
- Post-awards reports
- Video interviews

Follow us on



Search for The Latin American Lawyer
or IBL Library on



N 30 | Março 2023

Diretora de Redação

ilaria.taquinta@iberianlegalgroup.com

Vice-diretor

michael.heron@iberianlegalgroup.com

Colaboração

giselle.estrada@iberianlegalgroup.com
amanda.medeiros@iberianlegalgroup.com

Contribuição

tatiana campello, wagner cubilete,
babaji cruz peñaló, tania de león, katherine faña diaz,
camila garcindo, dayrell garrote, monique guzzo,
laura paniagua, ana valerio

Diretor de Redação - Grupo

nicola.dimolfetta@lcpublishinggroup.com

Responsável Administrativo

carlos.donaire@iberianlegalgroup.com

Equipe Gráfica

francesco.inchingolo@lcpublishinggroup.com
andrea.cardinale@lcpublishinggroup.com
riccardo.sisti@lcpublishinggroup.com
claudia.gentile@lcpublishinggroup.com

Gestor Internacional de Projetos e Conferências

anna.palazzo@iberianlegalgroup.com

CEO

aldo.scaringella@iberianlegalgroup.com

Group Communication and Business Development Director

helene.thierry@lcpublishinggroup.com

General Manager and Group HR Director

stefania.bonfanti@lcpublishinggroup.com

Group CFO

valentina.pozzi@lcpublishinggroup.com

Marketing and Sales Supervisor

chiara.segghi@lcpublishinggroup.com

Account Executive Brazil, Iberian and Latam Markets

amanda.castro@iberianlegalgroup.com

Events and Sales Coordinator

silvia.torri@lcpublishinggroup.com

Editor

Registered office:
C/ Manuel Silvela, 8
1º Dcha
28010 Madrid
T: +34 91 563 3691
info@iberianlawyer.com
www.iberianlawyer.com
www.thelatinamericanlawyer.com

The publisher and authors are not responsible for the results of any actions (or lack thereof) taken on the basis of information in this publication. Readers should obtain advice from a qualified professional when dealing with specific situations. Iberian Lawyer is published 11 times a year by Iberian Legal Group SL. © Iberian Legal Group SL 2020 - January 2022. Copyright applies. For licensed photocopying, please contact info@iberianlegalgroup.com

Legal Deposit

M-5664-2009

info@iberianlegalgroup.com